

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ORIGEM E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE PALMAS - 1840-1899

Dissertação de Mestrado submetida
à Universidade Federal de Santa Ca
tarina para a obtenção do grau de
Mestre em História.

LOURDES STEFANELLO LAGO

FLORIANÓPOLIS
NOVEMBRO - 1987

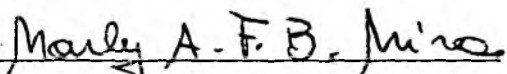
ORIGEM E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DE PALMAS - 1840-1899

Dissertação apresentada

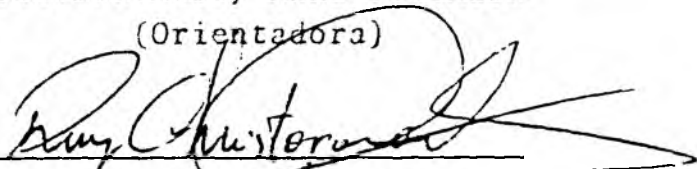
por

LOURDES STEFANELLO LAGO

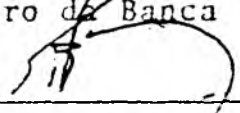
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta dos Professores:



Profa. Dra. Marly Anna F. B. Mira
(Orientadora)



Prof. Dr. Ruy C. Wachowicz
Membro da Banca



Prof. Dr. Walter F. Piazza
Membro da Banca

À memória de meu pai, Ricardo, e em homenagem a minha mãe Elena, pelo muito que representaram nas minhas realizações.

e

A meus alunos, pela compreensão quando de minhas angústias e pelo incentivo quando de meus desânimos.

AGRADECIMENTOS

Externo meus agradecimentos:

- À Professora Marly Anna Fortes B. Mira, orientadora deste trabalho, pelo acompanhamento e incentivo e o carinho que me dedicou.

- Aos Diretores das Escolas: Colégio Estadual D. Carlos - Ensino de 1º e 2º graus; FAFI e FACEPAL, pelo apoio e palavras de incentivo que me deram.

- A Dom Agostinho José Sartori, Bispo Diocesano de Palmas, pela gentileza e confiança com colocar os arquivos da Cúria à minha disposição.

- À Sirlei Teixeira, amiga, incentivadora e colaboradora, pelo trabalho que fez.

- Ao Marcos Schenato, ex-aluno, pela prontidão com que desenhou os mapas que constam no trabalho.

- À colega Inês Erilea S. Rampazzo, pela dedicação com que revisou este trabalho.

- À amiga Paola G. Bordignon, pelo carinho com que efetuou a revisão bibliográfica.

- Ao grupo de alunas, Jacira, Terezinha e Mariluci, pela ajuda que me deram no fichamento dos eventos.

- Aos meus irmãos, cunhados e sobrinhos, pelo apoio financeiro, pelo carinho que me dispensaram e pela compreensão de minhas ausências no decorrer do trabalho.

RESUMO

Palmas, localizada no centro-sul do Estado do Paraná, região de Campos que integram o chamado Paraná Tradicional. Seu povoamento faz parte da política imperial, que buscava ocupar e povoar a região, para garantir a posse da mesma na questão de limites entre o Brasil e a Argentina.

Sua descoberta data do século XVIII, porém a chegada das duas bandeiras conquistadoras data de 1838; embora os primeiros registros oficiais somente tenham ocorrido em 1843.

Inicialmente dedicou-se à criação de gado, passando a arrendar seus campos para a engorda de tropas, que vinham do Rio Grande do Sul em direção à Sorocaba, além de participar do comércio desses animais.

Região em formação, atraía pessoas vindas de localidades com características semelhantes à Palmas - agro-pecuária.

A partir de 1860/70, ao lado dos elementos vindos de outras localidades do Estado do Paraná, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, de outros Estados e mesmo do exterior, somam-se os nascidos em Palmas.

Dedicando-se exclusivamente à agro-pecuária, a sociedade palmense apresenta taxas de crescimento demográfico consideradas como "taxas agrícolas".

Em termos de saúde, devido às distâncias e às

dificuldades de acesso e comunicação com localidades mais desenvolvidas, a população vivia a mercê das doenças, quase sempre fatais, demonstrando altas taxas de mortalidade.

A presença de escravos e de índios, na região, imprime características próprias. Enquanto, o índice de casamentos de negros e índios não é muito alto, o número de filhos naturais, mesmo entre os índios, é elevado.

Assim, a Igreja demonstrou certa tolerância quanto aos filhos ilegítimos, cujos pais viviam amasiados ou mesmo de mulheres solteiras e pais desconhedicos, batizando-os normalmente.

Por outro lado, apesar da população ser católica, em sua totalidade, não se verificou a abstenção de casamentos e concepções, nos períodos considerados proscritos pela Igreja. Os meses de março e dezembro, quaresma e advento, respectivamente registraram altos índices tanto de casamentos como de concepções.

ABSTRACT

Palmas, a town in the center-south of Paraná, is an agricultural area known as the Tradicional Parana. Its settling down was part of an imperial policy that tried to fill up the region to prevent other settlers coming mainly from Argentina and to retain the limits between Argentina and Brazil.

Palmas was founded around the XVIIIth century, though records show that two groups of settlers came in 1838. Again other records show 1843 as the date these two groups would have come.

At first, Palmas settlers lived on cattle raising but later they passed their fields to accommodate the fighting troops coming from Rio Grande do Sul on the way to Sorocaba - São Paulo, and also to take part in the business related to these animals.

The whole area was new, consequently it attracted foreigners coming from every part which contributed to the formation of very particular area close to what is Palmas-agro cattle raiser nowadays.

From 1860/70 besides the elements coming from other places in Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo as well as other states we have the newly born in Palmas.

These new comers dedicated themselves to agro-cattle raising, and the social groups presented a high inci

dence of what is called "agricultural levelling".

As far as health is concerned, Palmas is nothing different from the other rural areas where the distances are great and lack communication between the rural community and city a bit more developed. As such the population was totally unprotected, suffering all the major diseases, with very high death rates.

We also have among the population shave and indian blood imprinting very strong and particular characteristics to this society. Despite this fact, the incidence of weddings among indians and blacks is not very high. The number of children born outside the marriage lock-even among the indians is high.

Never theless, the Catholic church has always shown a very tolerant position regarding these children, whereas the parents were only living together or the girls never got married or the father was unknown or otherwise, yet these children were always baptized.

By the other hand, though the population was basically catholic we did not see any absence of conception and weddings during the so called prescribed months by the church - March and December - lent and advent where high indexes of marriages as well as conceptions were still perceived.

SUMÁRIO

RESUMO	V
ABSTRACT	VII
LISTA DE ANEXOS	XI
LISTA DE MAPAS	XIII
LISTA DE TABELAS	XIV
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - METODOLOGIA E FONTES	3
1. Metodologia	12
1.1. Registros	16
1.2. Indexação dos Registros Eclesiásticos	22
1.3. Agregação dos Eventos Vitais	24
1.4. Teoria do Universo 1200	27
1.5. Dificuldades Encontradas	30
2. Fontes	30
2.1. Registros Paroquiais	31
CAPÍTULO II - HISTÓRICO DA REGIÃO DE PALMAS	36
1. Ocupação e Povoamento do Brasil Sul	37
2. Conquista e Povoamento de Palmas	52
CAPÍTULO III - HISTÓRICO DA PARÓQUIA DE PALMAS	73
CAPÍTULO IV - MIGRAÇÕES	83
1. Origem dos Noivos e Noivas	85
2. Migrações e Casamentos	95

CAPÍTULO V - NUPCIALIDADE	104
1. Frequência de Casamentos	106
2. Idade dos Noivos	115
3. Hora da Realização dos Casamentos	120
4. Nomes de Noivos	124
CAPÍTULO VI - NATALIDADE	133
1. Natalidade em Palmas	138
2. Movimentos Sazonais dos Nascimentos	145
3. População Indígena	161
CAPÍTULO VII - MORTALIDADE	165
1. Mortalidade em Palmas	168
2. Taxas de Mortalidade	174
3. Movimento Sazonal da Mortalidade	187
4. Causa das Mortes	191
CAPÍTULO VIII - ESCRAVOS	203
1. A Escravidão em Palmas	204
2. Natalidade	208
CONCLUSÃO	222
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	225
ANEXOS	229

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I	- Fichas para Indexação de Batizados	230
ANEXO II	- Fichas para Indexação de Casamentos	231
ANEXO III	- Fichas para Indexação de Óbitos	232
ANEXO IV	- Ficha - Agregação Anônima - Livres	233
ANEXO V	- Ficha - Agregação Anônima - Escravos	234
ANEXO VI	- Origem dos Noivos - Cidades	235
ANEXO VII	- Lei nº 484 - 13/04/1887 (cópia)	239

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I	- Origem dos Noivos
GRÁFICO II	- Procedência dos Noivos
GRÁFICO III	- Data dos Casamentos
GRÁFICO IV	- Idade dos Noivos
GRÁFICO V	- Nascimentos de Livres - 1840-1859
GRÁFICO VI	- Nascimentos de Livres - 1860-1879
GRÁFICO VII	- Nascimentos de Livres - 1880-1899
GRÁFICO VIII	- Concepção de Livres - 1840-1859
GRÁFICO IX	- Concepção de Livres - 1860-1879
GRÁFICO X	- Concepção de Livres - 1880-1899
GRÁFICO XI	- Mortalidade - Faixa Etária - 1840-1899
GRÁFICO XII	- Mortalidade - Idade e Sexo - 1840-1859
GRÁFICO XIII	- Mortalidade - Idade e Sexo - 1860-1879
GRÁFICO XIV	- Mortalidade - Idade e Sexo - 1880-1899
GRÁFICO XV	- Óbitos - Sazonalidade
GRÁFICO XVI	- Nascimentos de Escravos
GRÁFICO XVII	- Concepção de Escravos

LISTA DE MAPAS

- MAPA I - O Bandeirantismo Apresador Comercial
- MAPA II - Território em Disputa entre Portugal e Espanha
- MAPA III - Paraná - Caminho do Peabiru
- MAPA IV - Questão de Palmas
- MAPA V - Província do Paraná - 1853
- MAPA VI - Caminhos de Tropas - Séc. XVIII e XIX

LISTA DE TABELAS

TABELA I	- Total de Registros Indexados	23
TABELA II	- Origem dos Noivos	87
TABELA III	- Casamentos - Procedência dos Noivos	98
TABELA IV	- Sazonalidade dos Casamentos	108
TABELA V	- Idade dos Noivos	117
TABELA VI	- Horário dos Casamentos	121
TABELA VII	- Nomes dos Noivos	125
TABELA VIII	- Nomes das Noivas	127
TABELA IX	- A População do Paraná - 1779-1780	136
TABELA X	- População da Província do Paraná - 1854	136
TABELA XI	- População Relativa do Brasil e Paraná	137
TABELA XII	- Nascimentos, Concepções e Batizados - Livres	
TABELA XIII	- Nascimentos - Livres - Sazonalidade	
TABELA XIV	- Batizados - Livres - Sazonalidade	
TABELA XV	- Concepções - Livres - Sazonalidade	
TABELA XVI	- Taxas Mortalidade - 1840-1899	175
TABELA XVII	- Mortalidade - Estado Civil	179
TABELA XVIII	- Mortalidade - Idade e Sexo	1
TABELA XIX	- Óbitos - Sazonalidade	188
TABELA XX	- Causa Mortis	192
TABELA XXI	- Causa Mortis de Criança	195
TABELA XXII	- Nascimentos Escravos	210
TABELA XXIII	- Concepção Escravos	212
TABELA XXIV	- Batizados Escravos	213
TABELA XXV	- Filhos de Escravos: Livres e Escravos	217
TABELA XXVI	- Filhos de Escravos: Legítimos e Naturais ...	218
TABELA XXVII	- Nascimentos, Concepções e Batizados - Escravos	221

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivos, cumprir exigência para obter o título de Mestre em História e contribuir para o estudo da História Regional.

Escolheu-se a Paróquia do Senhor Bom Jesus da Coluna de Palmas, por ser local de residência da Mestranda, além de procurar elucidar a História de Palmas, quase desconhecida de sua população, especialmente da mais jovem.

Optou-se pela Demografia Histórica, em primeiro lugar porque, ainda durante o Curso, não se conseguiu autorização para pesquisar cartórios de registros de terras e títulos; e em segundo lugar, verificou-se a riqueza e o perfeito estado de conservação dos livros de registros existentes na Cúria Diocesana de Palmas. Além disso, sabe-se ser o homem o agente da História. Por isso, antes de se estudar qualquer outro aspecto da História de uma sociedade, deve-se mensurar, quantificar e conhecer em todos os seus aspectos, a vida do homem que habita determinada região. Como praticamente não existe na-

da escrito sobre Palmas, pelo menos cientificamente, optou-se por iniciar pelo estudo do homem e seus eventos vitais.

Além do mais, a Democragia Histórica é um campo que cada dia mais vem ganhando adeptos, que buscam elucidar os costumes e "modus vivendi" e o comportamento do homem do passado, para melhor compreender os outros aspectos de suas histórias.

O presente estudo tomou por base os eventos vitais: casamentos, batizados e óbitos, a partir do início do povoamento de Palmas, 1840, até o final do século XIX, 1899. Apesar dos registros conterem algumas lacunas, são fontes seguras e importantes para o estudo da população de Palmas, em suas origens e sua evolução.

Deixou-se de fazer reconstituição de famílias de Palmas por falta de tempo e pela dificuldade relativa aos sobrenomes das famílias.

Entretanto, estudou-se as origens dos noivos, costumes relativos aos casamentos, a sazonalidade nos casamentos, idade dos noivos ao se casarem, o recasamento, frequência dos nomes dos noivos, procurando detectar a nacionalidade que predominou em Palmas, a questão da consangüinidade e o celibato. Analisou-se, também, taxas de natalidade de livres e escravos, a sazonalidade nos nascimentos, a interferência da Igreja nas concepções e nos batizados, a frequência de filhos naturais, tanto entre os livres quanto nos escravos. Verificou-se, ainda, a sazonalidade nos óbitos, a frequência, a mortalidade infantil, as questões referentes à higiene e saúde da população, a mortalidade por idade e sexo e a "causa mortis". Estes fatores sempre analisados, voltando-se para a atividade econômica básica da população e a criação e o comércio de gado.

CAPÍTULO I

METODOLOGIA E FONTES

O historiador que pretende estudar a população do Brasil, nos séculos passados, vê-se em dificuldades para encontrar elementos suficientes e dignos de fé, que lhe permitam reconstituir a população brasileira.

Os dados referentes ao Brasil colônia e mesmo ao Brasil Império, no que toca à sua população, são muito precários. Além disso, na maioria dos casos, não se sabe como foram obtidos. Várias questões referentes à população daquelas épocas não foram ainda suficientemente respondidas e, em alguns casos, estão ainda sem resposta alguma.

Dada a extensão territorial, às peculiaridades regionais, a rarefação da população e a falta de dados sistematizados e fidedignos, pesquisas neste campo, encontram sérias dificuldades.

A Demografia, como ciência, conta já com alguns séculos de existência; porém, a Demografia Histórica, surgiu apenas 30 anos. Foi, a partir da década de 50, que a Demografia Histórica ganha corpo e começam a aparecer trabalhos científicos.

"A Demografia, nessa década passou a interessar-se pela sistematização científica do crescimento populacional nos países não-industrializados, crescimento este que foi acentuando-se consideravelmente depois da II Guerra Mundial."¹

"O nascimento da Demografia Histórica prende-se à problemática dos anos do pós Segunda Grande Guerra. Por um lado, os países do chamado Terceiro Mundo demonstram desde então acelerado ritmo de crescimento demográfico, devido essencialmente à queda acentuada de sua mortalidade. So-

¹SANTOS, Jair L.F. et alii, orgs. Dinâmica da população; teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980. p.09.

mava-se a isso a luta desesperada ... empreendida por estes países para saírem da situação asfíxiante de nações agrícolas atrasadas e encontrarem pela industrialização o caminho de sua emancipação econômica."²

Portanto, foi nos anos problemáticos que sucederam a Segunda Guerra Mundial que teve origem a Demografia Histórica. A partir de então que os Países do Terceiro Mundo demonstraram um crescimento demográfico alto devido, principalmente, à queda da mortalidade.

Esse fato, alia-se à luta destes países para saírem do atraso histórico de nações agrícolas, buscando sua emancipação econômica através da industrialização.

Os avanços tecnológicos e a divisão internacional do trabalho, acentuaram mais ainda, a disparidade do mundo desenvolvido e sub-desenvolvido, na segunda metade do século XX.

Enquanto que os Países como os Estados Unidos e Canadá e os da Europa Norte Ocidental alcançaram um equilíbrio no crescimento demográfico, os Países do Terceiro Mundo lutam para chegar a esse ponto.

Segundo HUGON:

"As populações urbano-industriais demonstram taxas de crescimento demográfico menores que as das populações rurais."³

Entretanto, devido aos avanços da medicina, as taxas de mortalidade tendem a diminuir, enquanto que as de natalidade

² MARCÍLIO, Maria Luiza, org. Demografia histórica; orientações técnicas e metodológicas. São Paulo, Pioneira, 1977. p.1-2

³ HUGON, Paul. Demografia brasileira: ensaio de demografia brasileira. São Paulo, Atlas, 1973. p.110

continuam altas, provocando altos índices de crescimento demográfico.

Comparando-se as taxas de crescimento demográfico dos países desenvolvidos, "taxas industriais", com as dos países sub-desenvolvidos, "taxas agrícolas", chegou-se a formulação de uma "Teoria de Transição Demográfica".⁴

De acordo com BROWN, pode-se dividir a História Demográfica do homem em quatro eras:

"Antes da descoberta da Agricultura, da descoberta até a Revolução Industrial, da Revolução Industrial até a Segunda Guerra Mundial e da Segunda Guerra até nossos dias."⁵

Inicialmente, as populações apresentaram altas taxas de natalidade e de mortalidade e se não fosse pelas altas taxas de natalidade, a espécie humana poderia ter desaparecido da face da terra. Com o aparecimento da agricultura, a população passou a se alimentar melhor o que possibilitou um considerável aumento da população.

Com o desenvolvimento industrial acontece a diminuição das taxas de mortalidade, embora, inicialmente, as taxas de mortalidade continuassem altas. Isso provocou um crescimento demográfico elevado. A situação, entretanto, começa a se modificar passando a altas taxas de natalidade e baixas taxas de mortalidade.

⁴MARCÍLIO, Maria Luiza, org. Op. Cit., p.21.

⁵BROWN, Lester R. Mundo em crise; a ameaça da explosão populacional e como enfrentá-la. Trad. Ronaldo Sérgio de Biasi. Rio de Janeiro, Atlantida, s.d., p.21.

O período de permanência de altas taxas de natalidade e baixas de mortalidade é a fase chamada "transição demográfica". Isso se dá até que, através das "taxas industriais", os países chegassem a um equilíbrio no crescimento demográfico.

É bem verdade que este modelo se aplica mais às nações que se industrializaram primeiro, onde os índices de desenvolvimento industrial caminharam paralelamente à diminuição das taxas de natalidade e mortalidade.

Os países que se industrializaram posteriormente, ou ainda, lutam para conseguí-lo, seguindo modelos de industrialização importados, retardaram, também, o equilíbrio do crescimento demográfico.

Por isso, não se pode aplicar universalmente a "Teoria da Transição Demográfica", sem considerar as peculiaridades de cada caso.

Segundo SANTOS, LEVY e SZMRRECSANYI:

"O que ora se verifica nos países sub-desenvolvidos é algo muito diferente da "Transição Demográfica" que houve nos países desenvolvidos."⁶

De acordo com MARCILIO, "As formulações de uma teoria "neo-malthusiana", logo denominada de "Teoria da Transição Demográfica" procurava explicar então de forma generalizadora e simplificada a tendência evolutiva das populações humanas. Por ela as populações humanas apresentaram inicialmente "taxas agrícolas" de crescimento demográfico, expressas por elevadas taxas de fecundidade, e igualmente elevadas taxas de mortalida-

⁶SANTOS, Jair L.F. et alii. Op. Cit., p.272.

de, o que se traduzia em um crescimento médio a níveis baixos e equilibrados.

Paralelamente ao desenvolvimento industrial, ou imediatamente posterior a ele, as taxas demográficas demonstravam tendências a mudanças, iniciando-se, em geral, pela queda gradual da mortalidade, seguindo-se à da fecundidade, frutos da industrialização, do progresso científico e da urbanização. Na defasagem temporária entre a queda da mortalidade e da fecundidade, estava um período de rápido crescimento relativo das populações, ou seja a fase da "Transição Demográfica", até que o equilíbrio fosse restabelecido nas "taxas industriais", onde a mortalidade e a fecundidade, agora em níveis baixos resultavam num reencontro de um crescimento populacional normal e lento".⁷

O modelo se aplicou às nações que se industrializaram primeiro, o mesmo não se aplicando às nações que tiveram seu processo de industrialização retardado. Estas, alcançaram a redução das taxas de mortalidade através de técnicas importadas, através de meios artificiais. O que se espera que, da mesma forma, consigam controlar suas taxas de natalidade.

O Brasil pertence ao Terceiro Mundo, apesar de se encontrar em vias de desenvolvimento, não deixa de ser sub-desenvolvido e a permanecer as altas taxas atuais de natalidade poderá ter sérios problemas com a "explosão" demográfica, pois, segundo PEREIRA: "A sede de sua taxa (mortalidade) depende de fenômenos individuais e coletivos. Os fenômenos individuais são os hábitos de higiene, o nível educacional, o grau de cultura,

⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza, org. Op. Cit., p.2.

a situação econômica das pessoas. Eles permitem preservar a vida prolongando-a, diminuindo a probabilidade de mortalidade infantil e, como consequência, diminuindo a taxa de mortes por mil habitantes. (...)

Assim, as taxas de mortalidade reagem muito rapidamente às medidas coletivas para a preservação da saúde, diminuindo independentemente das medidas individuais que, se processadas, se refletiriam numa queda muito maior. A taxa de mortalidade, no entanto, para diminuir depende quase que exclusivamente do desenvolvimento social, econômico e educacional de um povo. (...) Queda rápida das taxas de mortalidade e queda lenta das taxas de natalidade estão provocando o gigantismo populacional brasileiro numa verdadeira "explosão demográfica" que está começando a inquietar os responsáveis pelos nossos destinos".⁸

Em 1900, nasciam, no Brasil, 46 pessoas por mil habitantes, em 1978 morriam 37,7 por mil, a mortalidade brasileira, entre 1960 e 70, era de 11,5%. Na mesma época, 60-70, as taxas de natalidade estavam em torno de 2,7% ao ano, mantendo-se, atualmente, aproximadamente em 2% ao ano. Enquanto que nos outros países considerados desenvolvidos elas estão em níveis relativamente semelhantes ou abaixo, no continente africano, 2,0% em média e 1,9% na região central; no continente asiático, 2,0% em média, 1,0% no Japão, na Oceania, 2,1%; no continente norte americano, 1,5%; na União Soviética, 1,4% e no continente europeu, 0,9%.⁹

⁸ PEREIRA, Wladimir. Demografia do subdesenvolvimento; formação de recursos humanos em países subdesenvolvidos. São Paulo, Saraiva, 1978. p.27-8

⁹ BELTRÃO, Pedro Calderan. Demografia; Ciência da População; análise e teoria. Porto Alegre, Sulina, 1972. p.53

O Paraná, um dos Estados mais novos da Federação, possuía, em 1854, menos de 1,0% do total da população brasileira, com 62.258 habitantes; já em 1872 o percentual subiu para 1,3%, com 126.722 habitantes e, em 1890, com uma população de 249.491, igual a 1,7% do total.¹⁰

De acordo com os censos de 1840 a 1970, observa-se que o Paraná apresentava de 1930 a 1940, uma taxa de natalidade correspondente a 46,6, subindo, no decênio de 40/50 para 51,6, sofrendo uma queda, no próximo decênio, 50/60 para 43,5 e continua cair de 60/70, para 40,0 por mil habitantes.¹¹

Palmas, comunidade interiorana, campineira, desenvolveu-se ligada à criação e ao comércio do gado.

Seu crescimento demográfico, desde às suas origens, em 1840 até 1899, data final deste estudo, esteve sujeito às migrações, tanto do criador de gado, como do tropeiro e/ou do elemento que aqui veio, prestar serviços no comércio, na indústria ou em outro setor qualquer.

Em 1854, Palmas contava com 734 habitantes e, em 1872/1880, possuía 7.068 habitantes.

Deve-se considerar que Palmas até quase o final do século XIX, constituiu-se na última aglomeração humana do Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina. Além disso, era passagem do caminho de tropas, denominado Estrada das Missões.

Embora não tenha havido mudanças, no que toca ao econô-

¹⁰PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica; o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC, 1981, p.26

¹¹PEREIRA, Wladimir. Op. Cit., p.97.

mico, permanecendo até quase à atualidade essencialmente agropecuária, houve transformações em relação ao demográfico, especialmente, com a chegada de médicos na comunidade, no início do século XX.

1. Metodologia

A pesquisa científica em Demografia Histórica, iniciou-se em 1950, com L. HENRY, utilizando os arquivos paroquiais. Criou o método de Reconstituição de Famílias, que englobavam outras técnicas de análise estatística.

A partir de 1950, pelo uso mais efetivo da Informática, Ciências Sociais como a Antropologia, a Sociologia, a Linguística e a Demografia, ascendeu em importância no campo da pesquisa, a utilização dos métodos quantitativos. Assim, a História ganha novas dimensões, com a contribuição pelo crescimento destas ciências.

Neste contexto, a Demografia Histórica passará a desempenhar um papel privilegiado.

Ciência francesa, relativamente nova, começa a se preocupar em conhecer e calcular as tendências históricas da reprodução humana, inicialmente na França.

Havia, portanto necessidade de criar suas técnicas e métodos específicos a fim de mensurar os dados históricos disponíveis.

"Seria necessário um grosso volume e um grande esforço para se fazer um balanço das lições que estes trinta anos de sucesso trouxeram com a aplicação do método Louis Henry, de re-

constituição de famílias, na França inicialmente, na Inglaterra logo a seguir em quase toda a parte. Método que entre outras imensas vantagens permite a medida com precisão e rigor, inusitados para os tempos históricos, da natalidade, da reprodução, da mortalidade humana".¹²

O sucesso da Demografia Histórica está na sua aplicação, podendo-se estabelecer comparações entre estudos realizados em regiões dentro de um mesmo país, ou mesmo, entre países diferentes, pela flexibilidade de adaptação que se apresenta.

Demógrafos ingleses como: PETER LASLETT; E.A. WRIGLEY, T.H. HOLLINGSWORTH e outros, adotaram e adaptaram as técnicas francesas, acrescentando à Demografia Histórica a estrutura social. WRIGLEY expõe esse pensamento, com toda propriedade, ao referir-se que a Demografia Histórica "tem o objetivo de estudar os seres humanos, homens ou mulheres, poderosos ou não, ricos ou pobres, cultos ou não. Analisando-se registros paroquiais, listas nominais, censos, todas as anotações nele contidos, pode-se conhecer a vida e os costumes dos diferentes grupos sociais".¹³

Embora, muitos historiadores demográficos reconheçam a validade e a utilidade dos registros paroquiais e das técnicas e métodos franceses e ingleses, a utilização das mesmas para estudos demográficos no Brasil não pode ser aplicada com o mesmo sucesso dos europeus, especialmente porque o preenchimento

¹² MARCILIO, Maria Luiza. Demografia Histórica; orientações técnicas e metodológicas. São Paulo, Pioneira, 1977. p.1-2

¹³ WRIGLEY, E.A. Historia y Población. In: FLORES, Ma. Bernarde Ramos. Historia de Itajaí uma população em transição 1866-1930. Florianópolis, UFSC, 1979. p.26 (Dissertação de Mestrado)

dos registros diferem muito do modelo europeu, além de se tratar de um contexto totalmente diferente.

Objetivando fornecer elementos aos historiadores-demógrafos brasileiros NIELSEN, elaborou e adaptou o modelo utilizado pelos europeus à realidade brasileira.

O modelo de NIELSEN consiste em uma série de fichas para agregação numérica, ou a contagem sistemática dos batismos, casamentos e óbitos; indexação dos registros paroquiais e a ficha de reconstituição de famílias.

Como expõe NIELSEN, "As fichas de agregação, indexação e entabulamento usados neste são modificações das fichas usadas pelos europeus".¹⁴

Mais adiante, referindo-se às adaptações feitas, NIELSEN diz: "Os párocos brasileiros fizeram questão de anotar quem eram os padrinhos dos batizados. Este detalhe, que é ausente nos registros batismais de muitas nações européias, é de suma importância para qualquer estudo sobre as relações sociais entre e intra as diversas camadas sociais no Brasil".

Com isto, pode-se perceber que NIELSEN não adotou o modelo europeu na sua totalidade, uma vez que os registros brasileiros apresentam dados ausentes nos europeus e que são de grande importância para estudos não só demográficos, mas também, sociológicos,

NIELSEN, organizou várias fichas, a saber:

- A ficha para a organização de uma folha de caderno para coleção inicial dos dados (para cada categoria

¹⁴ NIELSEN, Lawrence James. Uma metodologia de pesquisa para a história demográfica. Florianópolis, UFSC, s.d. (trabalho mimeografado)

- social, separadamente);
- Fichas dos donos de escravos (uma para batizados e outra para óbitos);
 - Ficha para agregação dos batizados de livres;
 - Ficha para entabulamento anual de batizados livres;
 - Ficha para entabulamento anual de batizados escravos;
 - Ficha para batizados de escravos africanos: idade e sexo;
 - Ficha para entabulamento de batizados escravos: brasileiros e ou africanos;
 - Ficha de entabulamento de casamentos e óbitos;
 - Ficha de Reconstituição de Famílias.¹⁵

NIELSEN, não descarta a necessidade de se consultar autores europeus, como HENRY, WRIGLEY, HOLLINGSWORTH. Segundo ele, obras destes autores não podem faltar nas bibliotecas das Universidades brasileiras.

Utilizou-se, a metodologia de NIELSEN para o presente estudo. Entretanto, houve a necessidade de se fazer algumas modificações na referida metodologia, dadas as características peculiares da região e da Paróquia do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas.

Das fichas criadas por NIELSEN, usou-se algumas, delas, ou seja:

1. Ficha para entabulamento anual de batizados - livres.
2. Ficha para entabulamento anual de batizados - escra-

¹⁵ NIELSEN, Lawrence James. Uma metodologia de pesquisa para a história demográfica. Florianópolis, UFSC, s.d. (trabalho mimeografado)

vos;

3. Fichas para entabulamento de casamentos e óbitos;
4. Ficha para indexação de batizados de livres;
5. Ficha para indexação de batizados de escravos;
6. Ficha para indexação de casamentos;
7. Ficha para indexação de óbitos.

Sendo que na ficha para entabulamento de batizados livres, substituiu-se a coluna destinada aos filhos naturais, para filhos de índios. As demais fichas, com exceção da destinada à indexação de batizados, quando foram usadas duas fichas, uma para os livres e outra para os escravos e filhos destes, utilizou-se a mesma ficha para todos os grupos etno-sociais.

Outras fichas que se fizeram necessárias foram criadas pela autora, reunindo em uma só ficha, os 60 anos pesquisados e divididos em três séries de 20 anos. Os resultados foram transcritos nas tabelas correspondentes aos batizados, óbitos e casamentos.

Muitos dos dados que constam nas fichas criadas por NIELSEN, ficaram sempre em branco, como é o caso das fichas para indexação de batismos de livres, no que toca ao nome dos avós, tanto paternos como maternos.

Isto facilitou o trabalho com os dados estatísticos, pois reuniu em uma só ficha os dados relativos a 60 anos.¹⁶

¹⁶ NIELSEN, Lawrence James. Uma metodologia de pesquisa para a história demográfica. Florianópolis, UFSC, s.d. (trabalho mimeografado)

1.1. Registros

Trabalhou-se com os registros de: batismos, casamentos e óbitos.

a) Registros de batizados: correspondente à certidão de nascimento, é a mais importante fonte para o estudo de nascimentos, até o aparecimento dos registros civis, no final do século XIX.

Entretanto, os registros paroquiais, prestam-se melhor aos estudos demográficos, pois contém mais informações de detalhes que os registros civis. Isto se deve ao fato de a maioria da população ser católica e batizar seus filhos que, muitas vezes morriam antes de serem registrados nos Cartórios Civis. Embora se saiba que muitas crianças morriam antes do batismo.

Na indexação dos batismos usou-se dois tipos de fichas, uma para os livres e outra para os escravos (Anexo 1).

As fichas para o registro de batismos da população livre, conforme o modelo no (Anexo IV), permitiu que se distinguisse entre filhos legítimos e naturais. Além disso, permitiu a identificação entre brancos e índios. Estes se constituíam parcela ponderável da população, aliás como aconteceu em todas as áreas campestres do Brasil sul.

a.1) Livre Legítimo:

"Josuíno - Aos vinte e dois de janeiro do anno de oitocentos e oitenta nesta Matriz do Senhor Bom Jesus de Palmas, baptizei e puz os Santos Oleos a Josuíno, de idade de cinco meses, filho legítimo de José Ferreira de Moraes e de Balbina Maria do Espírito Santo. Forão padrinhos Manoel Luiz de Souza e sua mulher Da. Belizaria Ferreira de Farias.
(Assinatura de.) O Vigário Achilles Saporiti".¹⁷

¹⁷ Arquivos de Cúria de Palmas. Livro 2A, p.44.

a.2) Livre-Natural:

"Maria Lourença - Aos seis de agosto do anno de mil oitocentos setenta e nove na Igreja Matriz desta Paroquia do Senhor Bom Jesus da Villa de Palmas, baptizei e puz os Santos Oleos a Maria Lourença de idade de um anno, filha de pai incôgnito e de Maria Francisca Balbina. Forão padrinhos José Manuel Xavier e Diuclezia Paulistina de Freitas, todos parochianos.
(Assinatura de.) O Vigário Achilles Saporiti".¹⁸

a.3) Livre Indígena:

"Manoel - Aos seis de Janeiro de anno de mil oitocentos e um nesta Matriz do Senhor Bom Jesus de Palmas, baptizei e pus os Santos Oleos a Manoel, de idade de um anno, filho legítimo de Jacinto e de Ricarda, índios. Forão padrinhos Ignácio Gomes de Lima e Sicilia Maria da Conceição.
(Assinatura de.) O Vigário Achilles Saporiti".¹⁹

a.4) Escravo Legítimo:

"Benedicta - Aos trinta dias de Janeiro de mil oitocentos quarenta e cinco baptizei e puz os Santos Oleos a Benedicta, filha legítima de Antônio e Maria, escravos do Alferes José Caetano d'Oliveira. Forão padrinhos Manuel Antônio Nunes e sua mulher Benedicta Maria, todos d'esta de que para constar fiz este assento que assigno.
(Assinatura de.) O Capellão José Antônio de Camargo e Araújo".²⁰

¹⁸ Arquivos de Cúria de Palmas. Livro 2A, p.15.

¹⁹ Arquivos da Cúria de Palmas. Livro 2A, p.34v.

²⁰ Arquivos da Cúria de Palmas. Livro 1, p.8.

a.5) Escravo Ilegítimo:

"Manuel - Aos vinte hum dias do mes de setembro de mil oitocentos e quarenta e tres nesta capella de Palmas, baptizei e puz os Santos Oleos a Manuel de dois meses de idade, mais ou menos, filho de pay incognito e de Quitéria, escrava solteira de Francisco Ignácio de Araújo Pimpão. Forão padrinhos Pedro de Siqueira Cortes e sua mulher Gertrudes Maria. Todos Parochianos de que para constar mandei fazer este assento que assigno. (Assinatura de.) O Capellão José Antônio de Camargo e Araújo".²¹

Dos dados constantes das filhas, apenas aqueles referentes aos avós, não foram anotados em nenhum registro. Porém as atas de registros contêm uma riqueza de dados muito grande.

b) Registros de Casamentos: Entre os registros trabalhados, o de casamentos é o que traz maior número de dados e, portanto, o mais longo, A ficha utilizada para a indexação dos casamentos está dividida em quatro partes, como se pode verificar no Anexo II:

Apesar de haver registros de casamentos de livres, escravos e indígenas, utilizou-se a mesma ficha para todos estes eventos vitais. Selecionou-se três atas de registro de casamentos que ilustram as três situações.

b.1) Casamento de Livres

"José Graciano de Almeida
com
Maria das Dores de Souza

Aos seis dias do mez de agosto de mil oitocentos e quatro, nesta freguesia de Palmas, de-

²¹ Arquivos da Cúria de Palmas. Livro 1, p.5.

pois de procedidas todas as formalidades do estillo e não resultar nenhum impedimento e não constar haver por palavra de presente se receberão em Matrimônio José Graciano de Almeida, filho legítimo de Vicente Luiz de Almeida, já falecido e de sua mulher Joaquina Soares de Jesus, com Maria das Dores de Souza, filha legítima de Adriano de Souza Machado e Zeferina Taborda da Trindade; o contrahente he natural e baptizado na cidade de Nossa Senhora de Bellem de Guarapuava e a contrahente é natural e baptizada nesta Parochia de Palmas, donde são fregueses, Bispado de São Paulo. Forão testemunhas o Tenente João Pinto de Azevedo Sobrinho e Pedro Tolentino Carneiro Marcondes; e para constar mandei fazer este assento que assigno. (assinatura de) o Vigário Jose Bilbao".²²

b.2) Casamento de Índios

"Bastião Picapau
com Ambos índios
Maria Roza da Luz

Aos cinco de outubro do anno de mil oitocentos oitenta e quatro nesta Parochia do Senhor Bom Jesus de Palmas feitas as tres denunciações canônicas e outras diligências do estylo e não constatando impedimento algum em minha presença e das testemunhas Seraphim Mendes Moreira e Cândido Alves da Rocha, pessoas por mim reconhecidas in facie Ecclesiae, por palavras de presente se receberão em matrimonio os Índios Bastião Picapau e Maria Roza da Luz; aquelle filho natural de José Picapau e de Josepha e esta filha de Jeremias e Gertrudes, também Índios. E para constar fiz este assento que assigno. (Assinatura de.) O Vigário Achilles Saporiti".²³

b.3) Casamento de Escravos

"Luiz e Dominga - Ambos escravos

Aos vinte e cinco de maio de anno de mil oitocentos e oitenta e cinco nesta Parochia de Palmas, feitas as trez denunciação canonicas e outras diligências do estylo e não constando impedimento algum em minha presença e das testemunhas Antônio da Roza da Costa e Anna Maria da

²² Arquivis da Cúria de Palmas. Livro 1, p.45v.

²³ Arquivos da Cúria de Palmas. Livro 1, p.144v.

Conceição, pessoas por mim reconhecidas, as quatro horas da tarde, depois de se terem confessado e recebido a Sagrada Comunhão, in facie Ecclesiae por palavras de presentes se receberam em matrimônio Luiz e Dominga, ambos escravos do Capitão Alípio Jose do Nascimento Souza; aquelle de idade de 30 annos e filho legítimo do finado Jose e Vicencia, liberta, a esta de 32 annos e filha legítima de Luiz e Jacintha, E para constar lavrei o presente termo que assigno.
(assinatura de) o Vigário Achilles Saporiti".²⁴

c) Registros de Óbitos: Dos registros referentes aos três eventos indexados, os de óbitos são os mais incompletos, tanto os referentes aos livres como dos escravos foram anotados na mesma ficha e feitas as adaptações necessárias. No caso dos escravos a referência ao dono dos mesmos (Anexo III).

Registrou-se o preenchimento diferenciado entre as diversas categorias sociais, também em relação aos óbitos. Embora se possa considerar estes registros como sendo mais de sepultamento que de óbitos.

c.1) Óbito de Livre

"Maria de Jesus Ferreira - Aos vinte e oito de janeiro do ano de mil oitocentos e oitenta e seis nesta parochia de Palmas, falleceo Maria Ferreira de Jesus de vinte annos de idade, casada com o Alferes Domingos Feliz de Siqueira, filha legítima do finado Capitão Francisco Antônio d'Araújo e de Da. Ana Ferreira de Jesus, morreo de um infeliz parto. Recebeo os sacramentos da hora extrema, foi seu cadaver recomendado e sepultado no cemitério d'esta Villa. E para constar fiz este assento que assigno. ²⁵
(Assinatura de) O Vigário Achilles Saporiti".

²⁴ Arquivos da Cúria de Palmas. Livro 2, p.10.

²⁵ Arquivos da Cúria de Palmas. Livro 1, p.42.

c.2) Óbito de Índio

"Maria Joana - Aos sete de setembro de um mil oitocentos e setenta faleceu Ma. Joana, solteira, índia com idade de 58 anos, e foi sepultada neste cimitério. Por ser verdade, vai este assento. (assinatura de) O Vigário Dionísio Carana".²⁶

c.3) Óbito de Filho Natural

"Pedro - Aos 19 de Março de 1854, nesta Capella de Palmas, faleceu sem sacramentos, Pedro, filho de Bella Maria, de idade de 12 anos natural de Curitiba, foi sepultado no cimitério desta Capella envolto em branco. E para constar mandei fazer este assento que assigno. (assinatura de) O Capelão Joaquim Gonçalves Pacheco.²⁷

c.4) Óbito de Escravo

"Bento - Aos dezoito de maio do anno de mil oitocentos oitenta e seis nesta Parochia de Palmas falleceu Bento, de vinte e dois annos de idade, escravo de Diogo Ferreira dos Santos, sua morte foi proveniente de uma caída no rio Chupin. Foi seu cadaver recomendado por mim e sepultado no cemitério desta Villa. E para constar fiz este assento que assigno. (assinatura de) Vigário Achilles Saporiti".²⁸

c.5) Óbito de Sacerdote

"Pe. Francisco Xavier Pimenta - Aos cinco de novembro do anno de mil oitocentos noventa e trez, na Freguesia de Bella Vista, falleceu o Revdº. Pe. Francisco Xavier Pimenta de setenta annos de idade, mais ou menos, desconheço sua filiação e causa de sua morte, era natural do reino de Portugal, sua morte me foi dito que quase foi repentina, avisado por telegrama, no dia seis cheguei naquella pvoação, estava ainda seu cadaver depositado na Igreja d'ali. Celebrei missa presente corporeo, foi recomendado seu cadaver

²⁶ Arquivos da Cúria de Palmas. Livro 1, p.2.

²⁷ Arquivos da Cúria de Palmas. Livro 1, p.42v.

²⁸ Arquivo da Cúria de Palmas. Livro 1, p.2.

na Igreja depois acompanhado ritualmente por mim até o cemitério da mesma povoação. E para constatar fiz este assento que assigno (Assinatura de) O Vigário Achilles Saporiti.²⁹

Como se pode notar, todos os registros trazem pelo menos as informações necessárias, como a data, local, nome, origem, horário, nome dos pais, idade e, no caso dos escravos o nome do dono, além do nome dos padrinhos e testemunhas. Informações estas que, permitem, na maioria das vezes, detectar a categoria social do indivíduo.

Sem dúvida estes registros se constituem em material de grande valor para o pesquisador da Demografia.

1.2. Indexação dos Registros Eclesiásticos

Na indexação dos registros eclesiásticos da Paróquia do Senhor Bom Jesus de Palmas, procurou-se anotar unicamente aqueles correspondentes a Palmas.

Porém, devido à grande extensão da Paróquia de Palmas e à quantidade de núcleos populacionais próximos a Palmas, encontrou-se certa dificuldade. Além disto, a maneira como foram registrados os dados pelos responsáveis pelos registros, referindo-se ao local como, "nesta Paróquia", pode ter contribuído para certa margem de erro. Entretanto, acredita-se que isto não invalida os resultados da pesquisa.

Foram usadas, fichas separadas para indexar os batizados de livres e escravos e filhos destes, enquanto que para os casamentos e óbitos foi usada uma ficha só, para cada evento.

²⁹ Arquivo da Cúria de Palmas. Livro 1, p.17.

Assim se procedeu, dado o número de batismos de escravos e/ou filhos de escravos que se encontrou, além destes serem registrados em livros separados dos livres.

A riqueza de informações constantes nas atas é muito grande, razão pela qual utilizou-se com muita frequência o espaço destinado aos comentários, uma vez que nas fichas que se adotou não continha espaço próprio a todas estas informações. Contudo, dados constantes no modelo de fichas nunca foram utilizados, como é o caso do nome e origem dos avós.

Conseguiu-se montar um fichário com todos os eventos indexados da Paróquia do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas, no período de 1843 a 1899. Já se explicou por que iniciou-se a pesquisa em 1840, enquanto que os registros oficiais foram iniciados somente em 1843 e no caso dos óbitos em 1853.

TABELA I

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA CUNHA - 1840-1899

Eventos	1840-59	1860-79	1880-99	TOTAL
- Batizados:				
Livres	261	911	6.935	8.108
Escravos	12	43	304	359
- Casamentos	33	221	1.278	1.532
- Óbitos	22	122	389	533
TOTAL GERAL	328	1.298	8.906	10.532

Fonte: Arquivos da Cúria de Palmas.

1.3. Agregação dos Eventos Vitais

Dividiu-se o período estudado, 1840 a 1899, em três séries de 20 anos, a saber, 1840 a 1859; 1860 a 1879; e 1880 a 1899.

No decorrer do trabalho, observou-se sempre esta divisão cronológica, exceto quando se estudou a frequência dos nomes dos noivos. Assim se procedeu para poder se observar melhor as características de cada período, em relação aos eventos estudados.

Assim sendo, pode-se observar, no primeiro bidecênio, uma população em formação, dependendo do seu crescimento do elemento vindo de fora. Não apenas o crescimento mas também no aspecto religioso, pois o padre ainda não residia em Palmas, pelo menos até 1855. Por isso os registros apresentaram muitas falhas.

Já no segundo bidecênio, notou-se que o assentamento da população começa a ser uma realidade, embora não se tivesse estancado a entrada de pessoas de outras regiões, especialmente daquelas ligadas ao comércio e à criação de gado. É neste período que a primeira geração de palmenses começa a contribuir efetivamente para o crescimento da população não apenas de Palmas, mas também da região.

No terceiro bidecênio, pode-se ver uma população em franco desenvolvimento e crescimento. Nesse período, percebe-se claramente a predomínio do elemento aqui nascido e radicado sobre os que continuavam a vir e aqui se instalar.

Em relação aos casamentos, tentou-se detectar a importância e a expressão dos elementos negro e indígena na comuni-

dade. Abordou-se aspectos referentes às migrações, levantando-se a origem dos noivos, casamentos realizados entre elementos nascidos em Palmas e os oriundos de outras localidades. Analisou-se a sazonalidade dos matrimônios, a idade dos noivos ao se casarem, os amasiados, costumes quanto ao horário dos eventos, nas diferentes categorias sociais. Procurou-se detectar as causas do alto número de filhos naturais, portanto fora do casamento, o recasamento, embora não seja muito expressivo o número de viúvos que voltaram a se casar.

Estudou-se ainda a questão da consangüinidade, pois em Palmas, como em toda a comunidade isolada, o casamento entre parentes é muito freqüente. Pode-se supor também, que este fato ocorresse como meio para evitar a divisão das terras, ou, ainda, para manter puro o sangue de uma linhagem familiar, impedindo a entrada de pessoas de outras origens.

Ainda, em relação aos casamentos, não se pode comprovar se os noivos que se casaram em Palmas, aqui fixaram residência e tiveram seus filhos, ou apenas vieram para se casar e voltaram para a localidade de origem do noivo. Isto porque não se chegou a reconstituir famílias, devido à falta de tempo e a grande dificuldade, pois filhos dos mesmos pais não portavam o sobrenome dos pais. Além disso, não se pesquisou nos arquivos de Guarapuava e Palmeira onde podem ter sido registradas crianças nascidas em Palmas.

No que toca à natalidade observou-se a mesma divisão cronológica, ou seja, 3 coortes de 20 anos cada.

Ao se fazer o entabulamento dos registros de batizados de livres, notou-se o número expressivo de eventos de filhos

naturais e indígenas. Por isso, optou-se trabalhar separadamente as três categorias sociais entre os livres, já que os dados referentes aos escravos foram levantados numa ficha própria.

Analizou-se a sazonalidade dos nascimentos, concepções e batizados, distribuídos nos três bidecênios estudados. Procurou-se detectar os costumes da população no que toca aos batizados, tanto da livre quanto da escrava.

Procurou-se relacionar a frequência de concepções ao aspecto econômico, ou seja, aos períodos da venda do gado.

Além disso, procurou-se verificar a influência da Igreja no comportamento conceptivo da população, principalmente por que a grande maioria da população era católica. Assim sendo, seria de se esperar que nos períodos considerados, pela Igreja, de abstenção, ocorresse uma queda de concepções.

Buscou-se, através dos padrinhos, verificar a integração do negro e do índio com a população branca, livre.

Entre os escravos procurou-se levantar a quantidade de escravos de cada proprietário da região, além do número de filhos vivos da mulher escrava.

Procurou-se detectar a origem dos escravos vindos para Palmas, uma vez que o número de casamentos de escravos não foi muito expressivo. Porém, pelas falhas dos registros dos escravos, não foi possível saber de onde vieram. Apenas em um ou outro caso de batizados verificou-se que nasceram na África.

Outro aspecto analisado foi quanto à condição do batizado, se livre ou escravo, se legítimo ou natural.

No tocante à mortalidade, analisou-se a sazonalidade,

a idade de maior incidência de óbitos, a "causa mortis", observando-se o sexo e o estado civil do defunto; a mortalidade infantil, as condições de higiene e saúde, as taxas de mortalidade, a influência da consangüinidade na mortalidade neo-natal e perinatal. Além disso, procurou-se detectar a participação do índio e do escravo nas taxas de mortalidade de Palmas. Buscou-se, ainda, diferenciar a mortalidade entre a população livre branca, índia e escrava.

1.4. Teoria do Universo 1200

A Teoria do Universo 1200 é utilizada para facilitar a interpretação dos elementos conseguidos na coleta dos dados no entabulamento e indexação.

A elaboração de gráficos com os dados conseguidos permite construir curvas que mostram as fases de altos ou baixos períodos de casamentos, batizados, concepções e/ou mortalidade.

Normalmente, a explicação de tais fatos está condicionada ao contexto social e econômico. Portanto, se faz necessário que seja conhecido o maior número de variáveis que possam auxiliar na explicação dos altos e baixos picos dos eventos pesquisados.

Estes fatores podem ser: colheitas, venda de produtos, portanto, fartura, ou crises de epidemias, falta de alimentos, períodos de inverno e/ou verão.

É importante que se relacione a sazonalidade dos eventos aos fatores externos, a fim de se ver a importância e a frequência destes sobre os fatores demográficos - nascimentos - concepções, casamentos e óbitos.

Pela Teoria do Universo 1200 supõe-se que uma população em condições normais, estável, sem a interferência de qualquer elemento externo, seja de ordem econômica, social ou mesmo do ambiente físico, ocorreria o mesmo número de casamentos, nascimentos e/ou óbitos por mês.

Considerando que aconteçam, por mês, um número igual a 100 casamentos, nascimentos, e/ou óbitos, no final de um ano, 12 meses, portanto, seriam 1200 eventos.

A utilização, nesta situação, seria ideal para o caso de uma população relativamente grande, quando o número de eventos fosse igual ou superior a 1200 num ano.

Caso a população de uma comunidade seja pequena, pode-se estabelecer um período determinado, quando se teria um total igual a 1200 eventos de cada tipo.

Assim sendo, poderia ocorrer em cada mês do período determinado um número aproximado a 1200 eventos.

Entretanto, caso aconteça qualquer interferência externa ao movimento sazonal natural da população, ocorrerão flutuações na média dos eventos estudados.

Buscando determinar a diferença entre o esperado e o real, utiliza-se o universo 1200, conseguindo-se o real da população, caso tivessem ocorrido 1200 eventos.

Para tanto, usa-se a seguinte fórmula matemática:

$$\frac{\text{Nº de eventos}}{\text{Total de eventos do período}} \times \text{mil e duzentos}$$

Assim, como a Paróquia do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas, de 1840 a 1899, era uma comunidade relativamente pequena, em formação, dividiu-se o período em três coortes de vinte anos cada um.

No decorrer de todo o trabalho observou-se esta divisão, ou seja: 1840/59, 1860/79 e 1880/1899, em quase todas as tabelas e gráficos construídos.

Ao se montar as tabelas demonstrou-se sempre, os números absolutos, os percentuais e os números relativos ao Universo 1200, nos três coortes.

Como ao invés de um mês, se tomou um período de 20 anos, para cada coorte variaram os totais de eventos totais de cada coorte.

Tomando-se como exemplo a tabela nº IV que serviu de fonte para o gráfico nº 3, o total de eventos no primeiro coorte foi de 33, no segundo foi de 222 e no terceiro foi de 1278, o que fez que os resultados relativos diferissem muito.

Assim, ao se analisar o gráfico nº 3 e os outros constantes no trabalho, deve-se fazê-lo tendo-se presente a diferenciação numérica dos totais utilizados nos cálculos do Universo 1200.

Numa primeira vista, caso o leitor não se aperceba do que acabamos de dizer, parece que os 33 eventos do primeiro coorte significam mais que os 1278 do terceiro coorte, portanto, para analisar as tabelas e os gráficos constantes na presente Dissertação, deve-se observar os elementos que expusemos acima.

1.5. Dificuldades Encontradas

Apesar de não ser muito grande o número de fichas preenchidas, gastou-se muito tempo na indexação dos registros, quase três anos.

Isto reduziu o tempo para a redação da Dissertação. Além de, que enquanto era realizado o trabalho esteve-se presente, total ou em parte, na sala de aula. Não se conseguiu um afastamento total para o curso e mesmo a elaboração da Dissertação.

Outra dificuldade encontrada diz respeito ao aspecto financeiro, pois, até agora, todas as despesas, desde o Curso, parte dele foi feito, viajando toda a semana, até os trabalhos técnicos da Dissertação, correram por conta da autora.

Como se esteve em exercício, em sala de aula, os encontros com a orientadora foram dificultados, o que prejudicou o desenvolvimento do trabalho.

Com tudo isso, teve-se que se solicitar uma prorrogação do prazo para a apresentação da Dissertação, tempo que foi dedicado à sua redação.

O interessante é observar que as maiores dificuldades encontradas foram de ordem financeira e não, como era de se esperar, fossem de ordem metodológica ou de conhecimento.

2. Fontes

O presente trabalho, embasou-se principalmente nos registros paroquiais, que se constituíam no principal meio de assentamento dos eventos vitais.

Isto ocorreu por dois motivos: primeiro, porque no pe-

ríodo estudado, 1840 a 1899, a Igreja era responsável pelos registros, especialmente até 1891; segundo, pelo fato de o Cartório Civil de Palmas, ter sido, parcialmente destruído por um incêndio, por volta de 1958. Embora tenham sido reconstituídos muitos registros, não se tem certeza de que isto ocorreu com a totalidade dos registros danificados.

2.1. Registros Paroquiais

Arrolaram-se os dados desde 1843, ou seja, desde o início do documentado de Palmas. Apesar dos registros apresentarem falhas, por vezes de anos seguidos, ainda assim foram utilizados. Atribui-se, estas falhas, ao fato de o vigário, inicialmente, não residir em Palmas, e ao provável extravio de algum registro e à troca constante de vigários.

Apesar disso e da falta de um outro dado nos registros pode-se levantar dados que possibilitaram a realização deste trabalho.

O período estudado, 1840 a 1899, inicialmente, pode parecer curto, para que se possa detectar mudanças de ordem demográfica, porém a quantidade e a riqueza dos dados possibilitaram a formação de um fichário quase completo.

Os registros de casamentos e de batizados, tanto de livres como de escravos, apesar das falhas, podem ser considerados completos. Infelizmente, o mesmo não aconteceu com os registros de óbitos, pois, além de serem incompletos, quanto ao preenchimento, não devem corresponder, quantitativamente à realidade.

Como a população de Palmas era quase totalmente católica,

deve ter havido a preocupação no sentido de registrar seus eventos vitais, tanto por parte do pároco como dos católicos.

Indexou-se os registros constante nos seguintes livros:

a) Livros de Casamentos:

Nº 01 de 08/01/1843 a 09/12/1884

Nº 02 de 09/12/1884 a 10/11/1887

Nº 03 de 11/11/1887 a 18/03/1890

Nº 04 de 19/03/1890 a 04/02/1893

Nº 05 de 05/02/1893 a 03/10/1897

Nº 06 de 07/10/1897 a 30/12/1899

b) Livros de Batismos:

Nº 01 de 27/04/1843 a 25/12/1870

Nº 01B de 21/10/1843 a 07/04/1878

Nº 02 de 23/11/1878 a 23/03/1879

Nº 02B de 01/04/1862 a 16/02/1888

Nº 03 de 24/04/1882 a 20/12/1883

Nº 04 de 20/07/1884 a 24/04/1886

Nº 05 de 26/04/1886 a 06/03/1889

Nº 06 de 02/03/1889 a 12/03/1891

Nº 07 de 12/03/1891 a 17/11/1893

Nº 08 de 12/12/1893 a 29/12/1895

Nº 09 de 04/01/1896 a 13/08/1898

Nº 10 de 15/07/1898 a 31/12/1899

c) Livro de Óbitos

Nº 01 de 05/04/1853 a 25/11/1899.

Os referidos livros encontram-se no Palácio da Coluna, sede oficial da Diocese de Palmas, em sala especial. Apesar de antigos, encontram-se os documentos em condições, legíveis e de boa conservação, catalogados e organizados em ordem cronológica.

Não se teve a mínima dificuldade para consultá-los, ao contrário, recebeu-se o maior apoio e incentivo por parte de Dom Agostinho José Sartori, Bispo Diocesano de Palmas.

Observou-se que os registros de casamentos e óbitos referentes a livres e escravos foram anotados no mesmo livro. Os assentamentos de batismo dos escravos, inicialmente, foram registrados em livros separados o livro 01B e 02B.

Tanto o livro de nº 06, de casamentos, como o de nº 10, de batismos e o de nº 01, de óbitos, possuem registros que ultrapassam a data dessa pesquisa.

O livro de casamentos, nº 06, possui 150 páginas, sendo que o último registro fichado encontra-se na página 70.

Já o livro de batismos, nº 10, possui registros que vão até 1901 e tem 340 páginas, porém o fichamento foi até a página 213.

O mesmo aconteceu com o único livro de óbitos, que das 120 páginas chegou-se até a página 81.

Quanto ao preenchimento dos registros de batismo, uns são mais completos que os outros, dependendo da categoria social do batizando e de seus pais. Trabalhou-se separadamente, livres e escravos, observando, ainda, entre os livres, filhos legítimos, naturais e índios.

Os registros de casamento contêm informações mais completas, são mais extensos, observando sempre a condição social dos nubentes.

Nos registros de óbitos constam informações muito limitadas, sendo os que se referem aos escravos, índios e filhos naturais os mais incompletos.

No período estudado ainda não havia livros impressos próprios para os registros, as atas dos eventos vitais eram lavradas pelo Vigário e/ou padre responsável, ao que se atribuiu a falta de dados em alguns registros.

Trabalhou-se apenas com os registros paroquiais e não se buscou os registros civis, conforme já foi explicado.

Sendo o primeiro estudo Demográfico realizado sobre Palmas, houve muitas dificuldades para se levantar dados explicativos aos registros anotados.

Por isso, foram realizadas entrevistas várias, observando-se as técnicas de História Oral. Entrevistou-se, vários moradores antigos de Palmas, descendentes dos primeiros povoadores da região, médicos e o Bispo Diocesano.

Foi também importante, o manuscrito de José Ferreira dos Santos, Histórico de Palmas, com dados sobre a conquista dos Campos de Palmas.³⁰

Os registros, por várias razões, permitem identificar os três tipos raciais que formaram o povo brasileiro, ou seja, o branco, o índio e o negro, inclusive, com informações da fusão

³⁰ SANTOS, José Ferreira dos. Histórico de Palmas, 1950, Palmas. (manuscrito).

dos três grupos, como: mulato e pardo.

Além disso, é possível identificar o imigrante europeu, pois consta, em quase todos os casos, denominações como: alemão, italiano, polonês e outros.

CAPÍTULO II

HISTÓRICO DA REGIÃO DE PALMAS

1. Ocupação e Povoamento do Brasil Sul

A História de Palmas está ligada à conquista, ocupação e povoamento do interior do Brasil.

É sabido que, de acordo com a linha do Tratado de Tordesilhas, dois terços do Território Brasileiro seria possessão espanhola. Entretanto, os portugueses brasileiros, especialmente após 1580, quando a união das Monarquias Ibéricas

"Portugal sob o domínio dos Felipes desde 1580, a união das duas coroas permitiu maior aproximação e maiores contactos entre as colônias sul-americanas, as espanholas e a portuguesa, separadas pelo Meridiano demarcador."³¹ (Holanda - vol. 1, p.286.)

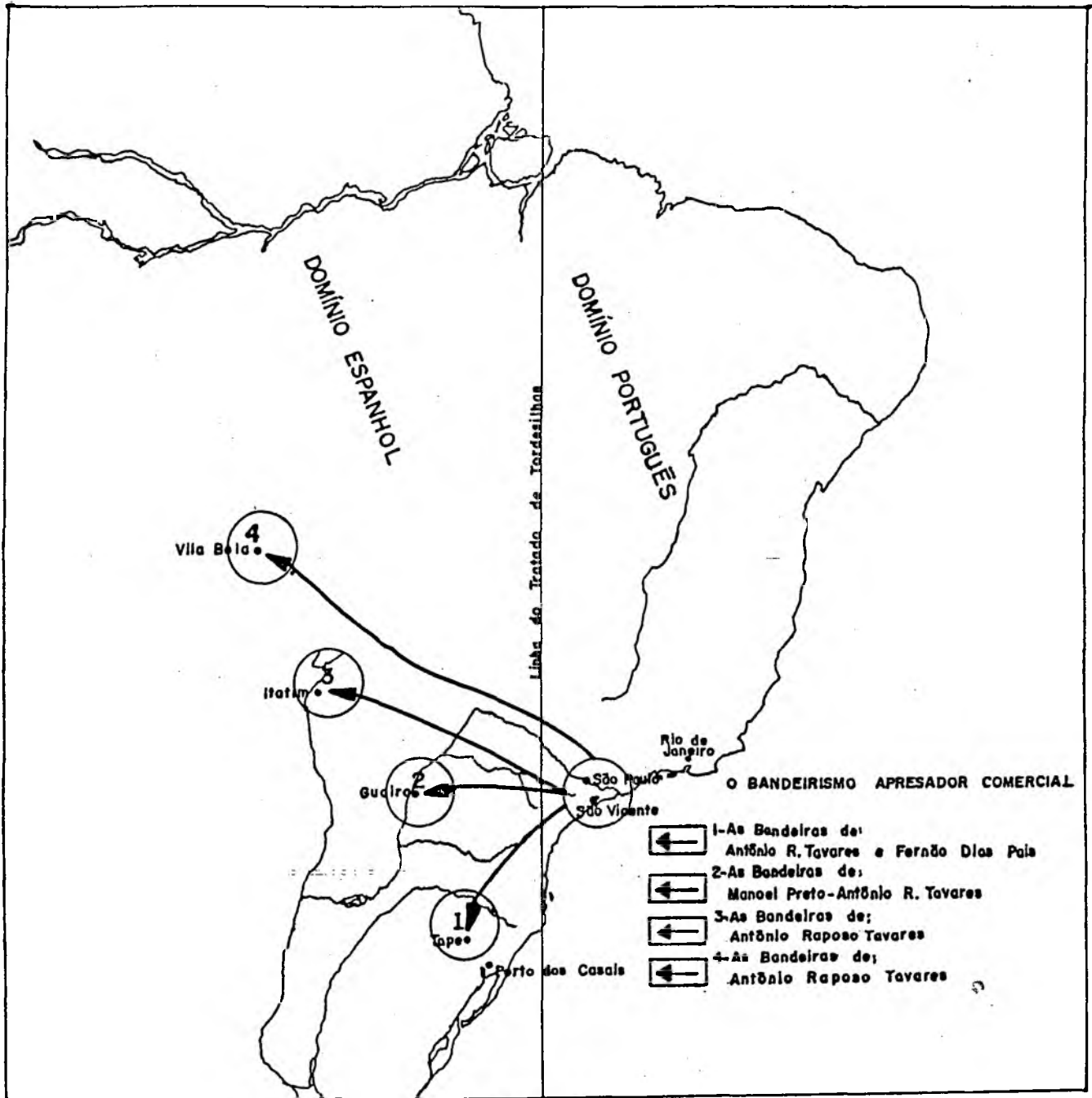
Neste contexto, a região Sul se constitui num capítulo de feitos e coragem dos desbradores e povoadores, pois, além de ter que enfrentar as incertezas e a hostilidade do indígena, a proximidade com a região platina aumentava os riscos e as dificuldades (Ver Mapa 1).

A preocupação com a conquista do Sul do Brasil é constante e permanente, procurando alargar as fronteiras até o Rio da Prata.

"Importava aos portugueses anteciparem-se, fosse como fosse, aos seus vizinhos e rivais Castelhanos na posse daquela terra de ninguém situada entre a Capitania de São Vicente e o Rio da Prata."³² (Holanda. Vol.1, p.322).

³¹ AB'SABER, Agiz N. et alii. A época colonial; do descobrimento à expansão territorial. 4.ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972. p.286. (História Geral da Civilização Brasileira, dir. Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, 1).

³² AB'SABER, Agiz N. et alii. Op.cit., p.322. (História Geral da Civilização Brasileira, dir. Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, 1).



Mapa 1

Para tanto se fazia necessário estabelecer ligação entre as duas regiões. Era urgente achar um caminho por onde pudessem transitar as tropas vindas do Sul, além de demonstrar ocupação da área.

"A diligência foi cometida ao sargento-mor de cavalaria Francisco de Souza e Faria, que, à frente de setenta e tantos homens, metade proximamente de cavalo, partindo dos conventos, no Rio Aratinguã, e seguindo para o Norte, foi afinal varar nos campos de Curitiba, gastando na viagem perto de dois anos, segundo ele próprio declarou. (...) Pelos campos atravessados encontraram muitas cruces, naturalmente mandadas pôr pelos padres das missões, para indicar a posse deles. Entretanto, os nossos não respeitaram tal posse e, começaram a fazer entrar aí cavalhadas, sendo o principal deste número o Coronel Cristóvão Pereira, que só pela sua parte meteu, em 1731 oitocentos cabeças; e depois voltou com mais cento e trinta pessoas, e três mil cavalgadas, entre as suas e as dos particulares que o acompanhavam, com parte dos quais e quinhentas vacas, que nos campos tomou, para lhes servirem de mantimento, prosseguiu para o Norte e chegou em treze meses a Curitiba, deixando muito transitável a picada por onde seguiu, como igualmente nos consta pela própria informação que deixou escrita."³³

E segue,

"A Guerra da Colônia, que sobreveio, fez sobre estar-se no projeto de se povoarem os campos do Viamão, já conhecidos com esse nome, e de descobrir por eles mais fácil comunicação para aqueles que depois se chamaram, pelas muitas vacadas que aí se encontraram, da Vacaria. As terras ao Norte desses campos, isto é, entre as cabeceiras do Uruguai e do Iguazu, desde o século anterior, pelos mineiros de Curitiba, e por um antigo roteiro deles (que consigo levava o sargento-mor Faria, e que temos a vista) acerca das minas de Inhanguera, haviam com toda a certeza chegado ao pé do morro de Bituruna "que vai afocinhar no Uruguai" (evidentemente o chamado agora do Espigão), que tinha um campo" ao pé mui grande, mui raso e com muitos butiãs, que dão muita e boa farinha; e por baixo

³³ VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. História geral do Brasil; antes da sua separação e independência de Portugal. 7.ed. Sao Paulo, Melhoramentos, 1962, v.4, p.15-6.

dos butiãs tem muita erva mimosa. Desses informes temos provas evidentes que os nossos antigos mineiros tiveram exato conhecimento do campo modernamente chamado de Palmas, e explorado de novo, pois até tratam do "Mato Grosso carrasquento", que havia para o sul; e do rio que aí corre o (Chapcô?) pelo pé da Serra Negra, o qual diz o tal roteiro, vai buscar as cabeceiras, de um monte que fica a Leste dela, pequeno e de forma cônica, "com uma campina ao pé".³⁴

Como se pode notar, a conquista da região Sul, foi um longo capítulo da História brasileira, ligado à pecuária. A proximidade da região platina representava um desafio, porém, era também, de grande importância econômica, uma vez que era de lá que traziam, inicialmente, o gado muar que servia à carga e à montaria.

Além disto, a posse da região fazia parte dos planos do governo português, no sentido de estender suas fronteiras até o Rio do Prata (Ver Mapa 2).

Prova disso foi a luta dos luso-brasileiros para fundar e manter povoação naquela região. Em 7 de fevereiro de 1680, foi fundada a Colônia do Sacramento, à margem esquerda do Rio do Prata. Esta medida foi tomada por ordem do Príncipe Regente D. Pedro, pois, segundo ele,

"(...) pertencia a Portugal toda a terra até o estuário, defronte a Buenos Aires".³⁵

A fragilidade da Colônia, frente a povoação de Buenos Aires, tornou a empresa mal sucedida.

Apesar disso Portugal manteve vivo o desejo de aposar-

³⁴ VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. Op.cit., p.16-7.

³⁵ CALMON, Pedro. História do Brasil. RJ, José Olímpio, 1959, p.788-9.

se da região. Assim sendo, ao fator econômico soma-se o fator político, onde a conquista e posse da região era a mais importante.

Antes mesmo da fundação da Colônia do Sacramento as relações comerciais entre o Brasil e Buenos Aires eram intensas. Porém, as lutas que sucederam a Restauração, em 1641, motivaram a suspensão de tais relações.

"Mas a Guerra subsequente à Restauração mudara a fisionomia das cousas. De Madri, veio ordem para interromper-se o comércio entre o Rio da Prata e o Brasil. (...) É preciso notar a importância daquele comércio suspenso em 1641. Até essa data tinham sido íntimas e vantajosas as relações entre as praças brasileiras e Buenos Aires".³⁶

Embora, no início, a descida dos bandeirantes ao Sul, para o Rio Grande, se deva à busca de escravos indígenas, preferencialmente aquele dito "iniciado", que habitava os "Sete Povos de Missões" ou as "Missões do Guairá". Conforme cita HOLLANDA:

"Buscar o remédio para a sua pobreza", "buscar o seu remédio", "buscar a sua vida", "o seu modo de lucrar", são expressões usuais nos testamentos de bandeirantes do século XVIII, designando suas incursões ao sertão. Traduzem os objetivos econômicos das expedições de apresamento ao índio".³⁷

Portanto, a conquista da região Sul inicia-se pela caça ao índio, integra-se pela pecuária e atende a objetivos políticos.

³⁶CALMON, Pedro. Op.cit., p.715.

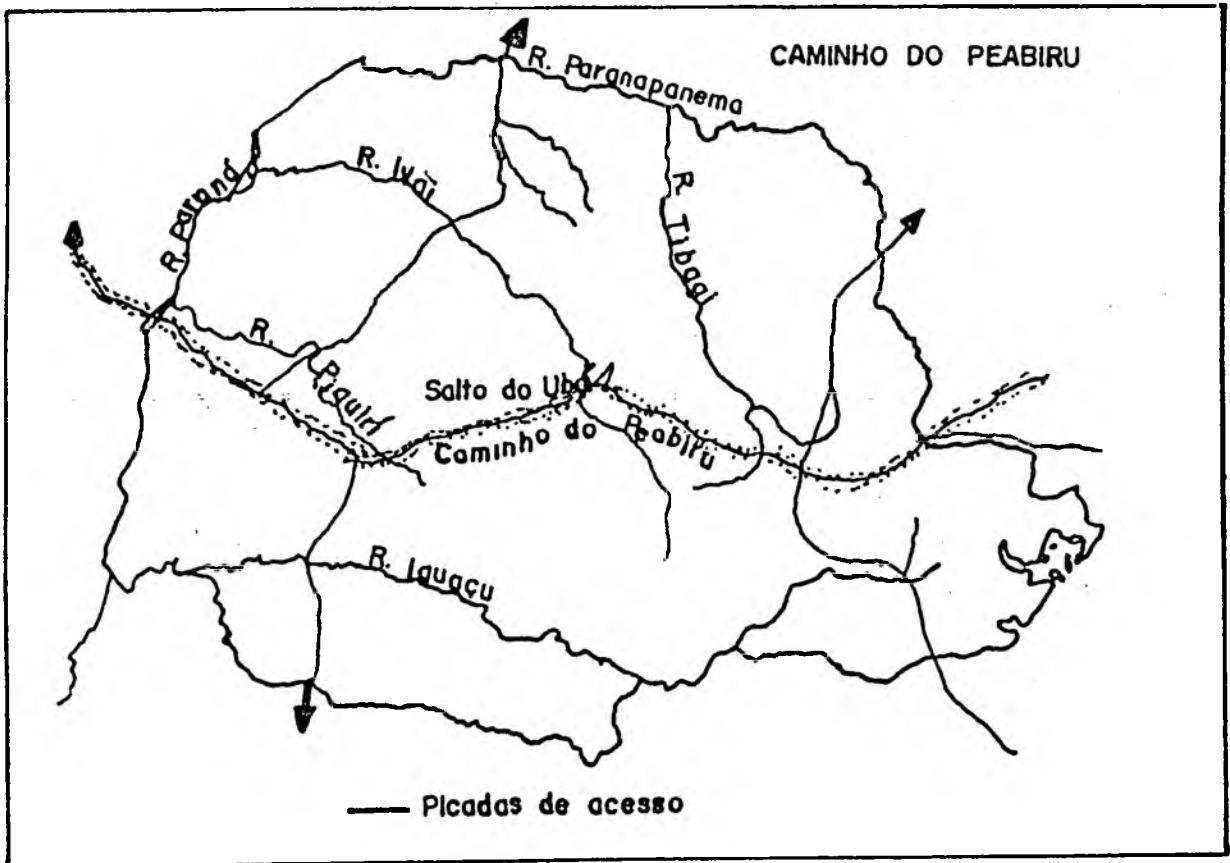
³⁷AB'SABER, Agiz N. et alii. Op.cit., p.277. (História Geral da Civilização Brasileira, dir. Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, 1).

Os paulistas que se encontravam nos vales do Tietê, Paranapanema e Paraná, uma vez ultrapassada a Serra do Mar, não temeram a penetração para o interior. Seguiram rumo a Oeste, ainda no século XVI, onde a não existência de grandes florestas e as extensas campinas do sul não se constituíram em dificuldades para avanço e expansão. Motivados por perspectivas econômicas, como o ouro e a prata, a pecuária e as Missões Jesuíticas, que representavam escravos indígenas facilmente conseguidos. A primeira ofensiva, nestas áreas, data de 1596, em direção a Oeste, procurando unir São Vicente à Assunção, no Paraguai. É pelo denominado caminho do Peabiru que se aventuram os primeiros bandeirantes do Paraná³⁸ (Ver Mapa 3).

Este caminho foi trilhado por Alvar Muñoz Cabeza de Vaca em 1541-42, partindo de Santa Catarina em direção à "Gobernacion" do Paraguai.

Certo de que as terras a ocidente do Paraná pertenciam à Espanha, Cabeza de Vaca concebeu criar ali uma nova Província. A Província de Vera abrangeria terras hoje pertencentes ao oeste dos Estados do Paraná e Santa Catarina. Tal idéia não chegou a ser concretizada, porém foram fundadas várias vilas, como a de Ontiveiros, em 1554, pouco abaixo da Sete Quedas. Esta Vila foi transferida, em 1557, algumas léguas acima, junto à foz do Rio Piquiri e denominada de Ciudad Real del Guairã. Em 1576 foi fundada a Vila Rica del Espiritu Santo, junto à confluência dos Rios Corumbataí e Ivaí, onde um grupo de brancos convivia com:

³⁸ BALHANA, Altiva Pilatti e outros. História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969, v.1, p.3.



Mapa 3

"cerca de quarenta mil famílias indígenas, cujo trabalho poderiam explorar sem obstáculo".³⁹

Foi, também, o caminho do Peabiru a rota primeira dos bandeirantes paulistas na busca de escravos indígenas.

Datam de 1588, as primeiras iniciativas no sentido de estabelecer as missões do Guairá, pelos padres jesuítas espanhóis.

Após autorização oficial e, ultrapassados as

"dificuldades e obstáculos, resultantes da oposição aberta dos moradores da Ciudad Real e de Villa Rica, frustrados estes na exploração do trabalho indígena".⁴⁰

os jesuítas fundaram 13 núcleos missioneiros.

"Fundam em 1610, com a aprovação de Filipe III, uma República Cristã, onde nenhum espanhol podia entrar sem a permissão de um religioso. Os indígenas ali aprendiam ofícios e artes. Pagavam um imposto ao Rei da Espanha, eram cuidados pelos jesuítas, bons médicos tornaram-se bons cristãos, trabalhadores e pacíficos".⁴¹

Eram esses trabalhadores os mais visados pelos bandeirantes paulistas. Prova disto são as freqüentes denúncias da presença de portugueses-paulistas na região, como em 1611 e 1612, quando levaram capturados mais de 3.600 índios.⁴²

E os ataques dos bandeirantes não pararam por aí, seguiram até ver sua destruição total. Em 1631, o Padre Dias Taño ordenava a evacuação dos últimos núcleos resistentes.

³⁹BALHANA. Op.cit., p.47-8.

⁴⁰Id.Ibid., p.49.

⁴¹Id.Ibid., p.49.

⁴²Id.Ibid., p.53.

Embora os espanhóis nunca tenham chegado à região Sudoeste e Sul do Paraná, é evidente sua intenção de chegar ao Atlântico, penetrando em terras, hoje brasileiras, no sentido Oeste-Leste.

Sua ação expansionista foi detida pelos paulistas que procuram, cada vez mais, avançar em direção ao Sul. Conforme podemos depreender pelo que segue:

"A ambigüidade do Tratado de Tordesilhas favorecia as ambições portuguesas sobre a região do Prata em uma política de expansão que visava dois fins: rumo a Oeste, em busca de metais preciosos; e rumo ao Sul, para assenhorar-se das férteis planícies mesopotâmicas e dominar o comércio do Prata com a possessão de Buenos Aires".⁴³

Era a região platina o objetivo dos portugueses, pois assim poderiam controlar e participar do escoamento da prata e ouro de Potosi pelo Rio da Prata. Portanto, além da posse das terras da pecuária e da caça aos índios das missões, junta-se mais o interesse pelo frutos da exploração dos metais das ricas minas de Potosi.

"Em 1648, o Padre Antônio Vieira falava claramente na tomada do Rio da Prata pelos portugueses, entre outros motivos, pela compensação necessária em virtude da queda de Pernambuco nas mãos dos holandeses".⁴⁴

Neste sentido age, diretamente, o Rei de Portugal, D. Afonso VI determinando a fundação da Colônia do Sacramento, em 1679, às margens esquerdas do Rio da Prata. A partir daí, a nova povoação vai servir de entreposto comercial, entre o Brasil

⁴³BALHANA. Op.cit., p.57.

⁴⁴Id.Ibid., p.58.

e a região. Os principais produtos comercializados eram animais, mulas e cavalos que se destinavam à região mineradora do Brasil.

Era, pois, necessário encontrar uma linha de comunicação entre as duas regiões; que se concretiza com a abertura do caminho de tropas Viamão-Sorocaba. Esta estrada partia de Viamão ligada por outros caminhos à campanha rio-grandense e platina, subia pela região Serrana das Vacarias, atravessava o planalto catarinense por Lages e Curitibanos e, depois de vencer com dificuldades as matas do Sul do Rio Negro, se espriava pelos campos gerais, passando pelo Campo do Tenente, pela Lapa, donde ia atingir o Rio Iguaçu, a 14 léguas de Curitiba, em cujas margens estava instalado o Registro para a cobrança dos direitos "sobre gados e cavalgadas";

"seguiu para o Campo Largo e, atravessando a Serra de São Luiz do Puruã, alcançava a Palmeira e logo depois Ponta Grossa e Castro, de onde continuando para o norte e passando pelo rio Itararé, por Itapeva, Itapetininga, chegava a Sorocaba, depois a São Paulo, onde se entrosava com os sistemas de caminhos que iam para o Rio e para as Minas".⁴⁵

Passa, pois, pelo comércio de gado, tanto vacum como muar, a integração da região Sul do Brasil às regiões produtoras do Brasil Colônia. É o tropeiro o elo de ligação, sobe para o Norte, tangendo a boiada, marcando os caminhos por onde passava, deixando "saudade"; volta trazendo dinheiro e novidades dos centros maiores por onde andava.

O comércio das tropas se constituiu na solução de pro-

⁴⁵MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao Estudo da História Agrária do Paraná: Formação da Estrutura Agrária tradicional do Campos Gerais. Boletim da Universidade do Paraná Curitiba, (3) Jun/3:7.

blemas urgentes, tanto de ordem econômica como política. É o povoamento e articulação da região Sul do Brasil e o abastecimento da região mineradora, inicialmente, e depois da região cafeeira.

Este comércio espalha suas influências que se refletem no aparecimento de vilas e comunidades que, segundo Brasil Pinheiro Machado, se constituíram na "estrutura social" dessa "realidade social-histórica".⁴⁶

Curitiba vai, desde logo, surgir como centro irradiador da conquista e ocupação do chamado Paraná Tradicional.

Conforme diz Brasil Pinheiro Machado:

"Naquela expansão, a comunidade curitibana ocupou os campos de Curitiba, incorporou as fazendas mais antigas, paulistas, dos campos gerais, atravessou os matos da Serra da Esperança, ocupando os campos de Guarapuava; daí, atravessou as matas do Rio Iguaçú, ocupando os campos de Palmas; marchando mais para o Sul, entrou nos campos de São João, de onde retrocedeu, por encontrar a expansão em sentido contrário dos fazendeiros do planalto catarinense. De Palmas ocupou o Campo Erê, de onde, em procura de um caminho em direção às Missões, região produtora de mueres, atravessou o Passo de Goiô-En, sobre o Rio Uruguai, chegando até Santo Ângelo, com a primeira ocupação dos campos de Noioi".⁴⁷

Começam a surgir fazendas de criação de gado por toda a região e, em meados do século XIX, alcançaram um desenvolvimento bastante acentuado. É um dos melhores períodos do criatório, dentro do sistema econômico e social.

Muitas cidades de hoje, iniciaram na época e surgiram da necessidade de "pontos de convergência para a sociabilidade

⁴⁶MACHADO, Brasil Pinheiro. Op.cit., p.3.

⁴⁷Id.Ibid., p.7.

das populações fazendeiras".⁴⁸ Entre elas podemos citar: Lapa, Castro, Palmeira, Ponta Grossa, Guarapuava e Palmas, em terras do Paraná, além das que aparecem em Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Além do caminho de tropas Viamão-Sorocaba, mostrou-se urgente a busca de um novo caminho, que se apresentasse mais viável e seguro. Segundo WACHOWICZ, os indígenas que habitavam as terras do planalto de Santa Catarina, próximos a Curitibanos e Rio Negro, eram uma ameaça constante aos tropeiros que por ali transitavam, atacando-os, assaltando-os e matando-os. Não são os indígenas representavam perigos, mas também os salteadores que atacavam os tropeiros, na volta, pois os mesmos recebiam o pagamento em ouro e eram presas fáceis.⁴⁹

De acordo com Brasil Pinheiro Machado:

"A outra estrada das tropas, aberta pelos próprios fazendeiros dos campos paranaenses, vinha da região missioneira do Rio Grande, ligada a Corrientes, na Argentina atravessava o atual planalto catarinense em Xapencô, cortava o Campo Erê, atingia Palmas, donde seguia para o Norte atravessando o rio Iguaçú, seguindo pelo vale do rio Jordão, chegava a Guarapuava, daí, seguindo por Imbituva, alcançava Ponta Grossa, onde se encontrava com a primeira estrada, a do Viamão".⁵⁰

Como vimos, o Paraná se encontrava entre as duas regiões, a produtora e a consumidora de gado. Desta forma, nos séculos XVIII e XIX, nos campos paranaenses, inclusive Palmas, desenvolveu-se a criação e a "invernagem" de gado, encontrando

⁴⁸ MACHADO, Brasil Pinheiro. Op.cit., p.7.

⁴⁹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Contribuição do Índio na ocupação do Sudoeste do Paraná. Palmas. (Conferência no IIº Simpósio de História Regional - FAFI), 1978.

⁵⁰ MACHADO, Brasil Pinheiro. Op.cit., p.7-8.

assim, seu papel na estrutura econômica do Brasil.

E foi em função desta atividade que a família paranaense alcança seu mais alto "status", que se prolonga até mesmo a independência, expressando-se no mando político regional, adentrando-se após a criação da Província do Paraná, em 1853, com o domínio dos "coronéis".

Não é de se estranhar, pois, que, durante tanto tempo, o rural tenha predominado sobre o urbano e, até mesmo, tenha impedido o desenvolvimento industrial, aspecto característico de todas as comunidades campineiras. Para confirmar o que se afirmou, basta observar o comportamento sócio-político-econômico das chamadas "comunidades" campineiras, tanto no Paraná, como de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

A grande necessidade, cada vez mais crescente, de animais para montaria, transporte e alimentação faz com que seja intensificado o comércio das tropas, e, frente a esta realidade os fazendeiros do Paraná, abandonaram a criação do gado e passaram a ocupar seus campos para o arrendamento aos tropeiros que traziam o gado do Sul. Brasil Pinheiro Machado, refere-se ao caso citando Tobias Monteiro:

"A tendência atual é de transformar os campos do Paraná em campos de invernagem. Ponta Grossa e Palmeira invernam já o gado de Palmas e de Guaruapuava e aspiram a invernar o de Mato Grosso".⁵¹

À medida em que creceu a invernagem, foi aparecendo um novo modo de uso da propriedade.

⁵¹MACHADO, Brasil Pinheiro. Op. cit., p.7-8.

"Uma parte de nossos campos é destinada a invernar as tropas de bestas soltas, que forma o principal negócio da Província" - informava um fazendeiro ao Presidente, em 1860, e outro calculava que nos campos gerais invernavam por ano, permanentemente, "30.000 cabeças de raça muar destinadas às Feiras de Sorocaba".⁵²

Diz ainda, Pinheiro Machado:

"Segundo conclusões de pesquisas documentárias de Aluísio de Almeida, o quinquênio 1855-1860, marca o ápice do comércio de mulas em Sorocaba, tendo entrado para a Feira cem mil mulas anualmente, que, conseqüentemente, invernaram nos campos das fazendas paranaenses".⁵³

Como se vê, o movimento de tropas nas regiões campineiras do Paraná foi intenso, justificando-se, perfeitamente, o legado de verdadeiras mansões nas fazendas da região. Não apenas as construções, mas também, o mobiliário, as louças, as roupas etc, importados da França, Áustria, Inglaterra e do Oriente, são encontrados nas fazendas, testemunhando a veracidade do que se afirma. Nem a distância em relação aos portos importadores ou as dificuldades com o transporte impediram que estes objetos chegassem até o Paraná.

Palmas fazendo parte deste contexto, não fugiu à regra, portou-se, em seu modo de vida, da mesma maneira que aqueles que frequentavam as cortes.

Como conseqüência de invernação do gado vindo do sul, em direção à Sorocaba, há o mais completo abandono e descuido da atividade do criatório, nos campos paranaenses. Porém não foi somente a invernação que atraiu muitos paranaenses, mas tam-

⁵² MACHADO, Brasil Pinheiro. Op. cit., p.18.

⁵³ Id. Ibid., p.18.

bem o tropeirismo e a intermediação no comércio do gado.

Muitos fazendeiros arrendavam o campo, tratavam o gado, cuidavam e depois conduziam, com seus homens, as tropas até Sorocaba, onde recebiam o pagamento em moedas de ouro que era trocada por uma nova tropa de gado magro vinda do Sul.

É por volta de 1870 que começa o esgotamento da fase áurea do "ciclo das tropas". É uma consequência da construção de estradas de ferro, ligando as regiões produtoras, especialmente de café, aos portos exportadores.

Esta situação, aliada à prática dos fazendeiros que se transformaram em arrendatários dos campos, tropeiros e comerciantes de gado, levou as fazendas paranaenses à estagnação, como diz Brasil Pinheiro Machado:

"Acompanhava a diminuição das áreas do criatório o completo descuido dos rebanhos bovinos pelos fazendeiros. O gado dos campos paranaenses degenerou".⁵⁴

2. Conquista e Povoamento de Palmas

Não se sabe ao certo quando, pela primeira vez, o homem branco pisou nesta região, denominada pelos bandeirantes de "Campos de Biturunas" e pelos indígenas de "Campos de Butiatuba", hoje "Campos de Palmas".

Porém, se tem notícia que:

"Desde 1636, alli se concentravam", (fala da proximidade de Peperi, afluente do Iguaçu) "Ban-

⁵⁴MACHADO, Brasil Pinheiro. Op. cit., p.18.

deiras paulistas, nos "Campos de Bituruna" ou "Terra dos Bituruna", hoje Campos de Palmas, quando iam ao ataque das Missões do Uruguay e alli, junto ao Peperi-Guassú ou simplesmente - Peperi -, construíram um acampamento entrincheirado, além de outros vehementes indícios da ocupação, conforme assinala o "Diário" da 1ª Demarcação, 6 de março de 1759, e o encontro de utensílios vários na embocadura do mesmo rio, e que pelo seu feitio, conheceram os paulistas que daquela comissão, participavam, terem pertencido a seus compatriotas".⁵⁵

Referências a estes indícios de luso-brasileiros paulistas nesta região são feitas por Alexandre de Gusmão, na defesa da causa brasileira, que resultou no tratado de Madrid, em 1750.⁵⁶

Não foi apenas Alexandre de Gusmão que se valeu destes argumentos para a defesa dos limites do Brasil, mas também o Barão do Rio Branco, na sua "Exposição sobre a Questão de Limites Brasil-Argentina", afirma:

"Perto das cabeceiras do rio Saudade, afluente ocidental do Chapecô, e na longitude da fôz deste rio, encontram-se ainda hoje, no Campo Erê, os chamados Muros, que evidentemente são restos de fortificação antiga. No alto de uma collina vê-se ahi um cone truncado, cuja parte superior é formada por uma plataforma de 36 metros de diâmetro, e cujo talude apresenta hoje 3 metros de altura".⁵⁷

Refere-se, ainda, o Barão do Rio Branco, às pesquisas e escavações feitas no local, em 1887, pelo primeiro Comissário brasileiro, que colhia argumentos para a defesa da Questão, pelo advogado do Brasil:

⁵⁵ FRANCO, Arthur Martins. 1º Centenário do Povoamento dos Campos de Palmas. Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes. Curitiba, Tomo 1º (4) fev/1937:306-7.

⁵⁶ Id. Ibid., p.306.

⁵⁷ Id. Ibid., p.307.

"(...) verificando que em torno dessa posição (refere-se aos Muros), tinha havido um entrincheiramento formado por uma dupla estacada circular revestida de terra".⁵⁸

Diz ainda o Barão do Rio Branco em sua Exposição:

"Os Hespanhões, porém, nunca pisaram em território hoje contestado e suas vizinhanças senão nas duas ocasiões em que foram com os Portuguezes fazer a demarcação determinada pelos tratados de 1750 a 1777".⁵⁹

Há notícias de que em meados do século XVI, a expedição de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, Adelantado e Governador do Rio da Prata, passou pela região em direção ao Paraguai. Segundo Artur Martins Franco o caminho percorrido pela referida expedição:

"(...) é aquelle marcado por uma diretriz que partindo de Itapucú, na Costa Atlântica, ao Sul da ilha de São Francisco, segue approximadamente a orientação geral 40° N.O., atravessa os campos geraes de Curitiba, cruza o Tibagy a juzante da actual ilha das Conchas, interna-se no Sertão de Apucarana, seguindo a directriz daquele rio, águas do Ivahy e depois para sudoeste, até atingir a Iguassú, nas proximidades das suas cataratas e seguir até a fôz deste rio transpor o Paraná alli e prosseguir a sua derrota até Assunción".⁶⁰

Conforme Francisco de Paula Negrão,

"Data de 1726 a descoberta dos Campos de Palmas, por Zacarias Dias Cortes, que penetrara nos sertões paranianios, com uma comitiva que se destinava a Vaccaria - do Rio Grande do Sul com a intenção de d'ali trazer gado vaccum e luar para o comércio nas minas de ouro de Cuyabã e Goyaz".⁶¹

⁵⁸FRANCO, Arthur Martins. Op. cit., p.307.

⁵⁹Id. Ibid., p.307.

⁶⁰Id. Ibid., p.307-8.

⁶¹NEGRÃO, Francisco de Paula. Campos de Palmas - 1836-1936. Revista do Circulo dos Bandeirantes. Curitiba, Tomo 1º (4) fev. 1937:295.

"Em seu regresso do Sul, já Zacarias Dias Cortes não se aventou a voltar pelos campos de Palmas que eram inteiramente povoados de hordas selvagens. Com seu regresso correu célere a notícia da existência desses famosos campos, a que os indígenas denominavam de Butiatuba; as dificuldades do seu povoamento e os riscos da ocupação delles fizeram que cahisse no olvido a sua descoberta".⁶²

Depois disto, as notícias que se tem sobre a passagem de brancos pela região são muito poucas, além de vagas. É somente no início do século XIX, quando se deu a ocupação efetiva da região, que se voltam a encontrar registros novamente, sobre desbravadores que para ali vieram.

No início do século XIX, aconteceram grandes transformações na estrutura sócio-econômico-política do Brasil, em função da vinda da Família Real, em 1808.

No Paraná, estas mudanças correspondem à conquista dos campos de Guarapuava, ponto avançado da penetração para o Sul e Oeste deste Estado e Oeste de Santa Catarina. Datam desta época as tentativas do Governo Imperial no sentido de buscar uma via de comunicação entre Guarapuava e o Norte do Rio Grande do Sul.

Procurando encontrar esta passagem, partiu de Guarapuava uma bandeira chefiada pelo Alferes Atanagildo Pinto Martins. Foi este bandeirante que denominou a região de Campos de Biturunas. A passagem deste bandeirante pelos Campos de Palmas, data de 1814 a 1819.

De acordo com WACHOWICZ, a expedição de Atanagildo Pin-

⁶² NEGRÃO, Francisco de Paula. Op. cit., p.295.

to Martins,

"teve por guia um índio aldeado Jongong. Este argumentando do perigo que representavam os índios que habitavam estes sertões, guiou o grupo mais para oeste. Desta forma, eles passaram beirando os campos de Palmas e foram sair no Rio Grande, não no território missioneiro, mas na região de Vacaria. O major Atanagildo resolveu informar ao comandante em Gurarapuava, o desvio cometido. Ordenou a Jongong que retornasse com oito homens a Guarapuava. O índio hesitou, mas foi constrangido a cumprir a ordem. Estes homens nunca mais foram vistos".⁶³

WACHOWICZ, cita relato de um bandeirante quanto à posição dos índios de Guarapuava em relação aos campos de Palmas:

"Conta Joaquim José Pinto Bandeira que os índios de Guarapuava tomavam cautela de não revelar aos colonizadores a existência dos campos de Palmas, a fim de terem ali um asilo seguro, quando algum desvario provocasse contra eles as iras do comandante de Guarapuava".⁶⁴

Isto demonstra que a situação de Guarapuava não era de muita tranquilidade, nem da parte dos indígenas e nem do branco.

A preocupação dos brancos, fazendeiros e milícias, vai se confirmar, por volta de 1825, quando aconteceram choques entre os índios que aceitavam a convivência com os brancos e os que eram contra os brancos.

Por esse fato os índios aldeados saem de Guarapuava em direção aos Campos de Palmas, alguns seguem para o Rio Grande do Sul, onde se unem aos comandados do cacique Nonohay.

⁶³ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, Sudeste: Ocupação e Colonização. Curitiba, Littero-Técnica, 1985, p.11-12.

⁶⁴ Id. Ibid., p.12.

Os índios que se retiraram para o Nonohay passaram, a partir de então, a atacar os tropeiros e viajantes que iam ao Rio Grande do Sul buscar gado e realizar o comércio entre as duas regiões.

Esse comportamento dos indígenas foi motivado pelo sentimento de vingança contra o elemento branco, pela forma como impuseram seu domínio na região, isto é, pela força.

Em 1835, com a intenção de colonizar a região dos Campos de Palmas, José de Sá Souto Maior partiu de Guarapuava. Caiu prisioneiro dos índios ex-aldeados do Atalaia, muito pouco se soube dele, após este fato. Referindo-se ao caso, WACHOWICZ diz:

"Todos os cadáveres foram encontrados, menos o capitão".⁶⁵

Pessoas ligadas e parentes partiram a sua procura, porém conseguiram apenas algumas referências, embora sem ter a certeza de se tratar, realmente, do Capitão.

Nesta busca não alcançaram seu objetivo, ou seja, encontrar o capitão, porém conheceram melhor os Campos de Palmas.

Segundo MARCONDES, mais tarde soube-se que José de Sá Souto Maior teria sido feito Capitão dos índios e teria deixado, ao morrer, cinco filhos. Foi sepultado no sertão das Laranjeiras.⁶⁶

Em: "Saudações ao Povo Palmense", redigida por três his-

⁶⁵ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op. cit., p.13.

⁶⁶ MARCONDES, Heverzita Fortes. Palmas. Educação Hoje. Palmas. 3 (Edição Especial) abr/77:15.

toriadores, ALFREDO ROMÁRIO MARTINS, ARTHUR MARTINS FRANCO e JOSÉ LOUREIRO A. FERNANDES, encontram-se referências ao desaparecimento e as posteriores hipóteses levantadas pelos parentes e amigos em relação à sua morte:

"Logo a lenda se formou: o capitão fora levado pelos índios, que o conservavam preso em suas moradas no sertão, entre as mesmas Missões e Guarapuava". Como havia de ferver a imaginação dos brancos quando figuravam aquelas "moradas do sertão!" Onde seriam? Como seriam? Da bruteza feroz da bugraria bem tinham eles sentido, bastas vezes, o embate tremendo. Como seriam, porém, esses lugares de além do Iguazú, essas "moradas" do sertão, para onde fora levado o Capitão José de Sá?"⁶⁷

Outras bandeiras foram organizadas, com a finalidade de procurar o capitão. É o caso de José de Andrade Pereira, entretanto, sem obter qualquer resultado. A parte positiva destas campanhas foi o conhecimento, cada vez melhor, da região. Esta bandeira foi organizada no mesmo ano que a do Capitão Sotto Maior, originando-se daí, segundo CLETO DA SILVA, a controvérsia quanto ao descobrimento dos Campos de Palmas - 1836 ou 1839.⁶⁸

Mais ou menos na mesma época, indígenas prometeram a alguns moradores de Guarapuava que lhe ensinariam a localização de minas de ouro. Confiantes, seis moradores de Guarapuava acompanharam o grupo de índios, porém, são assassinados, escapando apenas um dos seis companheiros, que foi auxiliado por índios. Para fugir aos perseguidores o sobrevivente e seus protetores passaram pelos campos de Palmas. Chegando a Guarapuava,

⁶⁷ PINTO, Manual Lacerda. Saudação ao Povo Palmense. Revista do círculo de estudos bandeirantes. Curitiba, Tomo 1º (4) fev. 1937, 282.

⁶⁸ SILVA, José Júlio Cleto da. O Centenário de Palmas. Revista do círculo de estudos bandeirantes. Curitiba, Tomo 1º (4) 1937, 287.

dão a notícia dos belos e vastos campos, com muita água e "capões de mato", que ficavam ao Sul do Rio Iguaçu. Eram os campos de Palmas.

Por volta de 1838, sendo o Brasil já independente, a ocupação efetiva dos campos de Palmas, São João e Campo Erê, era uma questão de política nacional.

A ocupação da região consistia-se num desafio e, principalmente porque, se os brasileiros não o fizessem os argentinos o fariam.

Tratava-se de ocupar a área, pois fazia parte do território contestado pela Argentina, na questão de limites entre os dois países, pois, apesar dos tratados de Madrid, Santo Ildefonso e Badajóz, a questão não fora solucionada e nem as divisas demarcadas (Ver Mapa 4).

Segundo WACHOWICZ:

"Nessa época um problema internacional começava a tomar vulto. Eram os limites entre o Brasil e Argentina. Essa fronteira internacional entre os vales dos rios Iguaçu e Uruguai não estava totalmente definida. A Argentina começava a demonstrar interesse em ocupar esse território, por considerá-lo seu. A existência dos campos de Palmas, dentro do território pretendido pela Argentina, assustava o governo brasileiro. Uma região de campos era muito fácil de ocupar. Desenvolveu-se então entre as autoridades imperiais brasileiras a noção de que seria de urgência ocupar os campos de Palmas antes que os argentinos o fizessem. Quem ocupasse os territórios em disputa, isto é, o lado que tivesse o "uti possidetis", ganharia a questão e anexaria o território. Estas são as razões políticas e estratégicas que levaram a Província de São Paulo, com o aval do governo imperial, a tratar com primazia o problema".⁶⁹

⁶⁹ WACHOWICZ, Ruy Christovam. Op.cit., p.14.

QUESTÃO DE PALMAS



Mapa 4

Portanto, ao lado do interesse econômico estava a questão política, que se evidencia claramente.

Foi, ainda, para dar cumprimento a esta política de ocupação e posse da região contestada que a Assembléia Legislativa de São Paulo, pela Lei nº 59, de 18 de março de 1836, cria a Companhia dos Municipais Permanentes. O principal objetivo dessa Companhia foi, como diz José Nogueira Sampaio.

"Cuida-se de embasar e difundir a civilização nas zonas ainda não conquistadas pelo homem, mas por meio de outro processo, construtivo e humano na intenção e nos resultados".⁷⁰

Com estes fins em 1839, é designado pela Assembléia Legislativa de São Paulo, em 20 de novembro de 1839, um destacamento, composto de 51 praças e 1 oficial. No comando do grupo:

"O intrépido capitão Hermógenes Carneiro Lobo Ferreira, um dos últimos representantes do velho sertanismo paulista, comanda este punhado de homens. Levam a missão de explorar os imensos Campos de Palmas, de que apenas há notícia e algumas vagas informações, situados no vale do rio Iguazu, entre os atuais estados do Paraná e Santa Catarina".⁷¹

Em 1838 forma-se, em Guarapuava, uma sociedade de estancieiros da região, com a finalidade de conquistar e povoar os Campos de Palmas. Assinaram o documento representante de sete famílias, todas aparentadas entre si. Chefiava o grupo o fazendeiro guarapuavano, José Ferreira dos Santos, que havia firmado contrato com o governo provincial que lhes dava direitos de, após escolhida a sua "fazenda", dar posse de terras aos ou-

⁷⁰ SAMPAIO, José Nogueira. Fundação da polícia militar de São Paulo. 2.ed., SP, 1981, p.25.

⁷¹ Id. Ibid., p.25.

tros integrantes do grupo.

MARTINS refere-se a José Ferreira dos Santos, que ele trata de Joaquim Ferreira dos Santos, entretanto sabe-se que a nominata do bandeirante conquistador é a primeira.⁷²

"Bem informado sobre os rumos, atravessou o estreito sertão marginal do Iguassú, por picada mal aberta que achou até o lugar denominado Alagoas, que já era campo que fazia parte do de Palmas. Voltou então, a Guarapuava, afim de transportar animais para os campos descobertos, o que fez a custo de sacrifícios sem conta, não prevendo, ainda assim, que outras dificuldades aguardavam seu regresso e o dos seus companheiros nos campos esse tempo tão ambicionados como se vae ver".⁷³

Não se conseguiu encontrar o contrato entre José Ferreira dos Santos e seus companheiros, inclusive os seus descendentes em Palmas desconhecem o paradeiro de tal documento.

Sabendo da iniciativa dos guarapuavanos, Pedro de Siqueira Côrtes, cidadão da Palmeira, quis integrar-se à bandeira de Ferreira dos Santos, porém, com a desculpa de que não havia mais lugar no grupo, não foi aceito.

Regressando à Palmeira, reuniu um grupo, todos aparentados entre si, com os mesmos objetivos dos de José Ferreira dos Santos e veio, via União da Vitória, para os Campos de Palmas.

MARTINS, fala também, de Pedro de Siqueira Côrtes, como sendo:

"homem empreendedor, propoz-se fazer parte da expedição precedente, chefiada por Joaquim Fer-

⁷² SANTOS, José Ferreira. Depoimento oral. (neto do descobridor).

⁷³ MARTINS, Romário. Bandeiras povoadoras do Paraná. Revista do círculo de estudos bandeirantes. Curitiba, Tomo 1º (4), fev./1937, p.293.

reira dos Santos, (já corrigimos acima a nominata do bandeirante) e, como não fosse admitido, organizou por sua vez uma bandeira com o mesmo objectivo lançou-se no sertão, abriu uma vereda abaixo do "passo" descoberto por Ferreira dos Santos, e sahio nos Campos de Palmas na sua maior extensão. Queimou-o e retirou-se, seguindo pela picada que os primeiros exploradores abriram, que era a direção mais curta".⁷⁴

Como se pode ver a primazia na posse dos campos de Palmas cabe a bandeira de José Ferreira dos Santos, não fosse a agudeza e inteligência de Pedro de Siqueira Côrtes, tentando antecipar-se ao grupo de José Ferreira dos Santos.

Logo no início do contrato entre os participantes do grupo reza:

"Nós abaixo assignados, residentes na povoação dos campos de Palmas, temos a declarar as condições seguintes".

1º) Que seguimos a pôr em prática nossas pretensões, e nos submetemos a acompanhar o Sr. Pedro Siqueira Côrtes e marchar debaixo de suas direções como prático que é do mesmo denominado campo;

2º) e com êlle formaremos nossas posses onde melhor a ele convier, e somos obrigados a morar naquelles terrenos;

3º) todos os planos serão dados pelo dito Côrtes, o que somos obrigados a respeitar e obedecer os seus mandados e não podemos algum contra-fazer os seus mandatos ou feitos;

4º) cultivados que sejam aquêlles terrenos em massa, de sorte que os campos que deverá tocar a cada um de nós, abaixo assinado, será dividido pelo mesmo Côrtes, e passado documento pelas autoridades que competir;

5º) assim mais declaram que depois de divididas nossas propriedades, se algum de nós tiver de vender nossas posses, somos obrigados a vender ao mesmo Côrtes;

6º) declaramos que no caso de morte não perdemos os direitos de nossas posses e ficará a quem de

⁷⁴MARTINS, Romário. Op.cit., p.293.

direito pertencer, que ficam sujeitos a cumprir nossos tratados;

7º) si algum de nós abaixo assignado, em todo e qualquer tempo houvermos de não conseguir as condições neste declaradas, somos obrigados a perder nossos trabalhos e nada temos de haver naquellas posses e a este artigo em virtude de nossos contratos para constar nós e nossos trabalhos e juizo competente lavramos termos de desistência a cujos tratos ficamos obrigados a cumprir tanto em juizo como fora d'elle.

E por firmeza de tudo mandamos passar o presente por um de nós e todos ouviram ler e por achar de nossa livre vontade assignamos.

Guarapuava, 28 de abril de 1839.

Pedro de Siqueira Côrtes, João José Mendes, Domingos Floriano Machado, José Antonio de Lima Pacheco, Hermenegildo Alves de Araújo, Francisco Antonio de Araujo, assina a rogo de Jerônimo Luiz Fernandes, a rogo de Benedito - Hermenegildo Alves de Araujo, a rogo de Francisco de Oliveira - João José Mendes, a rogo de Tobias A. dos Santos - Francisco de Siqueira, por si. João Cardoso Monteiro, Pedro José Pereira. Francisco Inácio de Araújo Pimpão. Luiz Alves Carriel. Joaquim José de Oliveira. Pedro Ribeiro de Souza. A rogo de Joaquim J. Pedroso - Severo Tristão. A rogo de João Lustoza - Domingos de Siqueira Côrtes. Domingos de Siqueira Côrtes, por si. Antônio de Siqueira Côrtes. Estão fora da sociedade por não me acompanharem as pessoas seguintes: João José Mendes, Hermenegildo A. de Araújo, Salvador do Rosário, Tobias A. dos Santos, João Cardoso Monteiro (Assinado) Côrtes".⁷⁵

Assim sendo, a rivalidade entre os dois grupos que diga-se, eram todos parentes entre si, interfere na vinda dos mesmos para a região, porém, outros fatores são importantes também. WACHOWICZ, esclarece a questão:

"A pressa pois, dos grupos liderados por José Ferreira dos Santos e Pedro Siqueira Côrtes, para chegar aos campos de Palmas, é menos fruto de uma rivalidade entre si, do que o desejo de impedir que paulistas protegidos pelo governo provincial se apoderassem das riquezas que aqueles campos representavam para o futuro. O controle

⁷⁵SILVA, José Júlio C. da. Op.cit., p.287.

pois desses campos deveria ficar entre os que já habitavam Guarapuava e não cair nas mãos de paulistas desconhecidos".⁷⁶

O interesse dos paulistas em ocupar a região é bem evidente ao se analisar os documentos referentes à criação da Companhia de Municipais Permanentes, inclusive, parece que deixa subentendido a primazia na posse dos campos de Palmas quando, SAMPAIO diz: (Ver Mapa 5)

"As bandeiras de colonização, expandindo-se para o Sul, ao mesmo tempo que exploram os campos de Guarapuava, de Palmas, de São João, de Curitiba, atraem amigavelmente o gentio à vida parcial".⁷⁷

WACHOWICZ, vai mais além na análise das pretensões de paranaenses e paulistas no povoamento da região:

"Para se compreender esses acontecimentos históricos, não se pode esquecer que os paranaenses já nessa época reivindicavam sua separação política da província de São Paulo. Esse sentimento emancipacionista deve ter contribuído para a rapidez com que procedeu-se à ocupação dos campos de Palmas. Dezesesseis anos após, isto é, em 1853, Guarapuava reivindicava para si a condição de ser a capital da nova província do Paraná. Esse sentimento pois, embora latente, deveria estar presente por ocasião desse importante empreendimento".⁷⁸

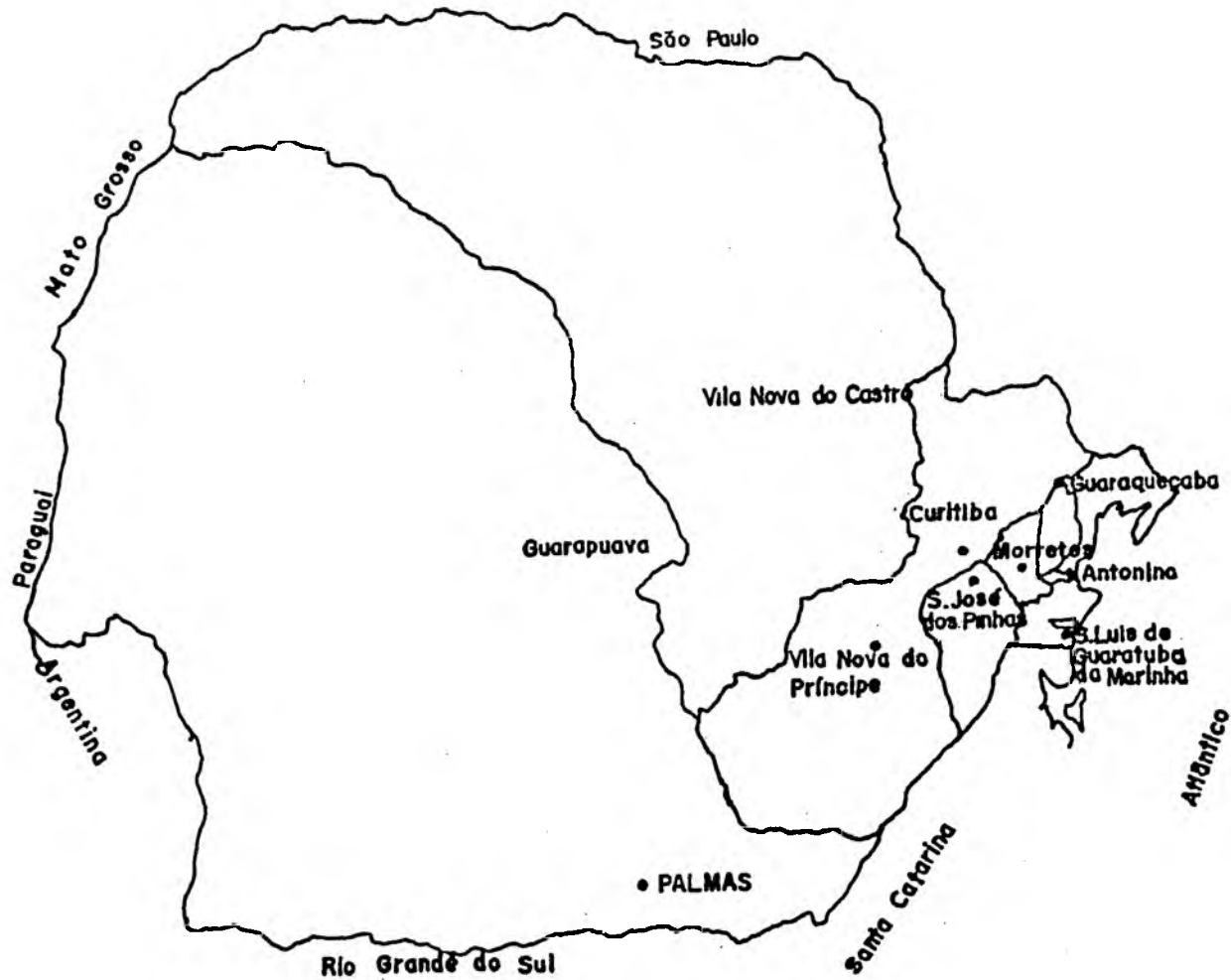
Alheios às disputas políticas, porém, conscientes das aspirações de emancipação política, os dois grupos chegam aos campos de Palmas e se defrontam, estando o grupo de José Ferreira dos Santos à direita do Rio Chopin e de Pedro de Siqueira

⁷⁶ WACHOWICZ, Rui C. Op.cit., p.14.

⁷⁷ SAMPAIO, José Nogueira. Op.cit., p.25.

⁷⁸ WACHOWICZ, Rui C. Op.cit., p.14-5.

PROVÍNCIA DO PARANÁ— 1853



Mapa 5

Côrtes à esquerda, denominados "Palmas de Cima" e "Palmas de Baixo", respectivamente.

Apesar dos chefes dos dois grupos serem parentes, cunhados, e dos integrantes de ambas as bandeiras pertencerem à famílias parentes ou amigos muito achegados, no momento da divisão das terras quase chegam à luta armada.

Isto só não aconteceu pela intervenção do Padre Ponciano José de Araújo, integrante da bandeira de José Ferreira dos Santos, e do velho Conrado, membro do grupo de Pedro de Siqueira Côrtes, que fizeram os conquistadores verem que uma disputa entre eles daria vantagem aos indígenas que rondavam os acampamentos de maneira hostil.

Assim sendo, tentaram um acordo entre os membros das duas bandeiras, inclusive indicando árbitros dentre os mesmos.

"A escolha recaiu no Capitão Domingos Ignácio de Araújo e Alferes José Caetano de Oliveira, que apresentaram excusa, sendo substituídos pelo Dr. João da Silva Carrão e José Joaquim Pinto Bandeira, dous notáveis curitybanos, que sahidos de Curityba a 4 de abril de 1840 chegaram ao logar da contenda a 28 de maio".⁷⁹

A solução dada ao impasse foi a seguinte: tomando por divisa o Rio Caldeiras, as terras ao poente, "Palmas de Baixo", ficaram com Pedro de Siqueira Côrtes e o seu grupo; e as terras ao nascente, "Palmas de Cima", ficaram com José Ferreira dos Santos e seus companheiros.

Quando da vinda dos dois cidadãos curitibanos para Palmas, em sua passagem por Guarapuava, até onde o caminho já era

⁷⁹MARTINS, Romário. Op.cit., p.294.

conhecido, buscaram um guia que soubesse conduzi-los até os Campos de Palmas. Vai servir-lhe de guia o chefe de um grupo de Kaingangues, Vitorino Condã, de quem Palmas muito vai ouvir falar, pelo auxílio prestado, por ele e seus comandados, aos fazendeiros da região.

Segundo MARCONDES, a medição e o estudo da questão durou cerca de três meses. E foi durante este trabalho que se deu a aproximação entre os dois grandes caciques Kaingangues, Vitorino Condã e Viri, inimigos até aquela data. Além da conciliação entre os dois inimigos, foi nesta operação que se deu a descoberta do famoso Campo Erê.⁸⁰

Quem lucrou muito com a amizade entre Viri e Condã e seus comandados, foram os próprios fazendeiros da região, pelos relevantes serviços prestados por esses índios, na implantação de fazendas, auxiliando-os na construção das casas, mangueiras, cercas etc. Não apenas nas lides da fazenda se prestaram os índios Viri e Condã, mas também na abertura de estradas e, principalmente, na defesa e guarda das fazendas e seus moradores, contra ataques de outros grupos de selvícolas vindos das regiões do Chapecó e do Nonoay.

As dificuldades dos fazendeiros não eram apenas em relação aos indígenas. Esses problemas se ligavam também à questão do abastecimento, especialmente do sal, produto indispensável ao gado, além de necessário à alimentação e à conservação dos alimentos.

Inicialmente, o sal vinha para Palmas, via Guarapuava, o que, além de demorar muito elevava o custo do produto, dada

⁸⁰MARCONDES, Haverzita Fortes. Op.cit., p.17.

a distância e à precariedade dos meios de transporte, lombo de mulas.

"Para obtê-lo, de forma mais rápida e barata, procurou-se encontrar uma ligação mais eficiente com Curitiba. Resolveram procurar o rio Iguaçu e localizar um ponto pelo qual pudessem chegar aos campos de Curitiba, porém faltavam-lhes todos os recursos, nem tinham trabalhadores, nem jornaleiros nem uma guarda que os abrigasse de algum ataque imprevisto dos índios".⁸¹

Assim, após a abertura da picada que ligava Palmas à Porto União da Vitória, até onde os produtos eram transportados pelo rio Iguaçu, as dificuldades começam a diminuir, dado o encurtamento da distância, para obter o sal.

Outros problemas, especialmente os relativos aos ataques e a hostilidade dos índios, começaram a ser atenuadas com a chegada do destacamento dos Municipais Permanentes, chegado por Hermógenes Carneiro Lobo.

Os serviços prestados pelos guardas da Companhia e pelo seu chefe, são relevantes e vão desde a defesa até o auxílio nas construções e abertura de estradas na região.

Por volta de 1844, o governo imperial determina a abertura de uma picada, com o objetivo de ligar o Paraná ao Rio Grande do Sul. Para realizar esta tarefa foi encarregado o Alferes Francisco da Rocha Loures. O caminho partia de Guarapuaçu, passava por Palmas, Chapecó, Goio-En, Nonoay e seguia para a região denominada das Missões.

Para realizar a tarefa, Rocha Loures e os seus auxiliares deveriam passar por terras dominadas por bandos de índi-

⁸¹WACHOWICZ, Rui C. Op.cit., p.15.

nas hostis e inimigos dos brancos. Com o objetivo de se defender daqueles indígenas, Rocha Loures procura o apoio do cacique Vitorino Condã, que havia sido seu companheiro de infância em Guarapuava. Os índios comandados por Condã auxiliaram nos trabalhos e também na defesa contra os tribos da região do Chape-cô e de Nohoay (Ver Mapa 6).

"Cumprida a tarefa, Rocha Loures e um seu companheiro regressaram a Palmas, pela mesma picada que abriram, trazendo uma tropa de quinhentas mulas, que invernaram nos campos palmenses, antes de serem vendidas na Feira de Sorocaba".⁸²

Desde então, o movimento de tropas vindas do Rio Grande do Sul se intensifica, crescendo cada vez mais. Com o aumento de passagem de tropas por Palmas e Guarapuava, os fazendeiros destas regiões deixam de criar o gado e passam a arrendar suas invernadas para o descanso e a engorda do gado vindo do Sul.

A abertura da nova picada coincide com o período de maior intensidade do comércio de gado, como se pode depreender:

"Esse ano de 1846 pode ser tomado como a data que assinala o limite máximo a que chegou a comunidade paranaense tradicional, na sua expansão originada na área parnanguara-curitibana, a partir de meados do século XVII. De uma forma esquemática e durante o século XVII ocupou a área do litoral e o planalto curitibano; no século XVIII ultimou a ocupação dos Campos Gerais e no século XIX ocupou os campos de Guarapuava e os de Palmas".⁸³

Cada uma das etapas da ocupação das terras do Paraná, obedeceu as especificidades próprias, sendo que a do interior, na qual se insere Palmas, é a pecuária que vai desempenhar o papel predominante.

⁸²BALHANA, Altiva P. Op.cit., p.86.

⁸³Id.Ibid., p.86.

CAMINHOS DE TROPAS
SÉC XVIII E XIX



Mapa 6

"O elemento fundamental da expansão e da fixação das populações foi a fazenda de criação de gado como instrumento, a família como agente social e econômico, as regiões de campos naturais como espaço geográfico e a escravidão como sistema de trabalho".⁸⁴

Tendo como ocupação principal, inicialmente a criação de gado e, posteriormente, o comércio e a invernagem de tropas, a comunidade paranaense tradicional vai ocupando toda a área de campos do Paranã, estendendo-se, ainda, a Santa Catarina.

Neste contexto, Palmas vai se desenvolvendo e crescendo. Em 28 de fevereiro de 1855, pela Lei nº 22, da Assembléia Legislativa, da Província do Paranã, Palmas foi elevada à categoria de Freguesia.

Em 13 de abril de 1877, pela Lei nº 484, da Assembléia Legislativa da Província do Paranã, Palmas passou à categoria de Vila, com a denominação de "Vila do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas". Pela mesma Lei, Palmas tornou-se Município autônomo.

Porém, somente em 14 de abril de 1879 é que se dá a instalação efetiva da Vila do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas.⁸⁵

Pela Lei nº 586, de 16 de abril de 1880, Palmas foi elevada a termo judiciário, foi suprimido e mais tarde, 1889, foi restaurado, pela Lei nº 986, de 2 de novembro.

A comunicação externa foi implantada pela linha de Têlêgrado entre Palmas e Guarapuava, em 1885.

E, finalmente, em 18 de novembro de 1896, Palmas foi elevada à Comarca, pela Lei de nº 233.

⁸⁴BALHANA, Altiva P. Op.cit., p.86.

⁸⁵Lei nos anexos.

CAPÍTULO III

HISTÓRICO DA PARÓQUIA DE PALMAS

A História da Igreja e, conseqüentemente, da Paróquia de Palmas, inicia-se com a descoberta dos campos de Palmas.

Antes mesmo da chegada das duas bandeiras descobridoras aos campos de Palmas, segundo Oswaldo Maciel de Araújo, a presença de pessoas ligadas à Igreja se fez sentir na região.

"Em 1836, o Padre Ponciano, José Alves de Araújo, vigário da Paróquia de Palmeira, empreendeu, com uma canoa, uma exploração pelo Rio Iguaçú abaixo. Para isso organizou uma sociedade da qual fez parte o Coronel José Joaquim de Almeida. Essa comitiva tinha por objetivo descobrir, à direita do rio Iguaçú, os verdadeiros campos de Guarapuava, que os roteiros mencionavam não serem os já descobertos e povoados com esse nome. Descendo mais de 60 léguas pelo rio Iguaçú, demoraram-se algum tempo em uma ilha denominada "Graça", donde saíram diversas turmas para explorar os sertões da margem direita do rio. Não alcançando, porém, nenhum resultado, seguiram daí até o ponto em que o rio apresentava empecilhos intransponíveis. Desanimados e mesmo sem esperanças de encontrar os referidos campos, passaram à esquerda do rio, a fim de ver se topavam com os de Palmas, cuja existência, quando estavam em Palmeira, havia-lhe sido comunicada em Guarapuava. Assim, pois, desembarcaram na foz de uma afluente do rio Iguaçú, por eles denominado "Espingarda", internaram-se na mata e com um dia e meio de viagem, chegaram à margem de um rio onde, não lhes parecendo de fácil passagem, organizaram uma jangada, para transportá-lo, pelo que ficou conhecido até hoje, pelo nome de rio Jangada".⁸⁶

O autor continua relatando a viagem do grupo chefiado pelo Padre Ponciano, que viria ser, mais tarde, o 1º vigário de Palmas.

"Prosseguindo na planejada descoberta, galgaram uma serra, a que denominaram de "Serro Frio", e só desistiram do intento, quando verificaram que os víveres estavam escassos, restando-lhes apenas o recurso da caça, sendo que assim se foram alimentando. Resolveram, então, retornar ao rio Iguaçú e por ele subir até a ilha da "Graça", don-

⁸⁶ ARAÚJO, Oswaldo Maciel de. Descobrimto e povoamento dos campos de Palmas. Documentos da Paróquia de Palmas, 1979. p.6, (Poligrafo).

de mandariam canoeiros buscar alimentos na Palmeira. Regressando os emissários, atiraram-se todos às novas explorações. Descorçoados, por fim, visto como, quer à esquerda do rio Iguaçu, quer à direita, não encontravam campos, voltaram a Palmeira e daí, depois de pequena permanência, seguiram para Guarapuava".⁸⁷

Nesta época, em Guarapuava, havia grande movimento e entusiasmo em relação à conquista dos campos de Palmas. Um grupo de Guarapuavanos se organizava, sob a liderança de José Ferreira dos Santos, para realizar a desafiadora empresa. Sabedores da "façanha" do Padre Ponciano José de Araújo e seus companheiros, apressaram-se em convidá-los para integrar a bandeira.

Assim sendo, a História da Igreja de Palmas, liga-se ao nome do Padre Ponciano José de Araújo, que veio a ser o primeiro padre responsável pelos ofícios religiosos e pelos registros iniciais da nova localidade.

Foi também, o Padre Ponciano como membro da bandeira de José Ferreira dos Santos que evitou um confronto armado entre as duas bandeiras recém-chegadas à região.

A responsabilidade religiosa junto aos descobridores coube ao Padre Ponciano, no período de 1838 a 1843. Deste período, não se encontrou nenhum registro oficial na Cúria de Palmas. A referência mais importantes foi a de que o Padre Ponciano possuía o privilégio de altar Portátil, dado aos Padres "bandeirantes", concedido em 26 de fevereiro de 1832, pelo Bispo de São Paulo, D. Manoel de Almeida.

Os primeiros registros oficiais datam de 1843, quando Palmas foi constituída em capela curada de Guarapuava, mas com

⁸⁷ ARAÚJO, Oswaldo Maciel de. Op.cit., p.6.

livros de registros próprios, sendo o Padre Manoel Chagas o responsável pelos mesmos.

O Padre Manoel Chagas foi substituído, ainda em 1843, pelo Padre José Antonio Camargo e Araújo, o qual permaneceu até 1852. Neste ano, vinha o Padre Joaquim Gonçalves Pacheco, que aqui ficou até 1854.

Em 28 de fevereiro de 1855, Palmas foi elevada à categoria de Freguesia, a partir de então foi indicado o primeiro vigário encomendado, com poderes de Vara. Para exercer a função foi indicado o Padre Francisco Xavier Pimenta, que ocupou o cargo até 1863, quando foi para Clevelândia, onde veio a falecer em 5 de novembro de 1893.

Após a ida do Padre Pimenta para Clevelândia, a capela de Palmas foi atendida pelo Padre Dionísio Corsano, que ficou com os palmenses até 1870. Neste ano, chegava à Palmas o Padre José Bilbao, que exercia as funções de vigário até o ano de 1878. O Padre Achilles Saporiti chegou à Palmas em 1876 e permaneceu até 1903, quando a paróquia passou a ser atendida pelos padres franciscanos.⁸⁸

Foi o Padre Saporiti quem permaneceu, em Palmas por mais tempo. Foi ele também que presenciou a se responsabilizou por importantes mudanças e acontecimentos de ordem política e religiosa na comunidade palmense.

O primeiro livro de registros de batizados foi rubricado em 14 de fevereiro de 1843, pelo Padre Damaso José Correia, vigário da Vara de Castro, em nome do Bispo de São Paulo, Dom

⁸⁸ Arquivos da Paróquia de Palmas.

Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade.

O padroeiro de Palmas, é o Senhor Bom Jesus da Coluna.

Segundo MARCONDES, a Paróquia de Palmas, recebeu esta denominação porque os bandeirantes, conquistadores, teriam chegado aos "Campos de Palmas", na data em que se comemora o dia do "Bom Jesus da Coluna", 6 de agosto.

Juntamente com a elevação de Palmas à categoria de Freguesia, a Capela aqui existente recebeu o título de Paróquia Autônoma.

Como se pode notar, torna-se difícil separar o aspecto religioso do político, principalmente porque, até a Proclamação da República do Brasil, a Igreja era a responsável pelos registros civis.

Além disso, praticamente todos os atos políticos processavam-se ligados à Igreja, como se comprovará a seguir.

Em 13 de abril de 1877, pela Lei Provincial nº 848, a Freguesia de Palmas foi elevado à categoria de Vila e, conseqüentemente, a Município autônomo. As normas e diligências para a instalação da nova Vila foram baixadas pelo Dr. Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes, presidente da Província. O ato de instalação coube à Câmara Municipal de Guarapuava, e processou-se no dia 14 de abril de 1879, da qual, lavrou-se a ata que segue:

"Ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta e nove aos quatorze dias do mês de abril, nesta Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas, no Consistório da Igreja Matriz às dez horas da manhã compareceu o Tenente Manuel Joaquim de Oliveira, como presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, consigo João Batista Pereira, secretário da dita Câmara, para efeito de deferir juramento e dar

posse aos Vereadores desta mesma Vila, eleitos no ano passado, conforme determinava as instruções expedidas por S.Exa. o Sr. Presidente da Província datadas de quatorze do mês de fevereiro último, que foi anunciado por editais, aí reunidos os cidadãos Fermino Teixeira Batista, Frederico Teixeira Guimarães, João Ferreira de Araújo, Francisco de Assis e Araújo Pimpão, que apresentaram seus diplomas, cada um por sua vez prestou em um livro dos Santos Evangelhos o juramento de bem desempenharem (cumprirem) os deveres inerentes ao dito cargo. Assim empossados os ditos vereadores, o cidadão Fermino Teixeira Batista, de entre eles o mais votado tomou assento no topo da mesa e proclamou que se achava inaugurada a Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas, criada pela Lei Provincial nº 484, de 13 de abril de mil oitocentos e setenta e sete, sendo seus limites designados pela dita Lei. Em seguida, a convite do mesmo presidente, os membros da nova Câmara, o presidente de Guarapuava e demais cidadãos presentes se dirigiram ao corpo da mesma Igreja e assistiram ao "Te Deum" entoado pelo Vigário Reverendo Achilles Sparity (Saporiti). Não havendo mais do que tratar-se o senhor presidente mandou encerrar-se a presente ata que sendo lida foi aprovada e assinada. Eu João Batista de Oliveira, secretário, Presidente - Fermino Teixeira Batista, Frederico Teixeira Guimarães, João Ferreira de Araújo, Francisco Assis e Araújo Pimpão".⁸⁹

Do ano de 1840 a 1855 Palmas esteve ligada juridicamente à Paróquia de Castro e, portanto, à Vara de Castro.

Depois do ano de 1855,

"A Vigaria da Matriz e Vara de Guarapuava tinha a jurisdição de estola na Freguesia de Palmas, além do dever de providenciar pela assistência espiritual do povo desta região".⁹⁰

De 1840 a 1892, Palmas esteve subordinada à Diocese de São Paulo. Em 27 de abril de 1892, pela Bula "Ad Universas Orbis Ecclesias" do Papa Leão XIII, foi criado o Bispado do Paraná

⁸⁹ Documentos Históricos. Arquivos da Paróquia de Palmas.

⁹⁰ Documentos Históricos. Arquivos da Paróquia de Palmas.

e Santa Catarina, separando da Diocese de São Paulo com sede em Curitiba. A partir de então Palmas passou a pertencer o novo Bispado.

Ao ser criada a Diocese de Ponta Grossa, em 10 de maio de 1926, Palmas figurava entre as 12 Paróquias desta Diocese.

Pela Bula "Ad Christi Fidelium", Pio XI criou a Prelazia de Palmas em 9 de dezembro de 1933, que motivou a vinda de Frei Carlos Eduardo Sabóia Bandeira de Mello, no dia 12 de dezembro de 1936, para organizar a Prelazia e a futura Diocese. Em 13 de dezembro de 1947, Dom Carlos foi elevado ao cargo de Bispo titular de "Gebra" e "Prelado de Palmas". Em 14 de janeiro de 1958 a Prelazia de Palmas foi elevada à Diocese, sendo D. Carlos o seu primeiro Bispo.

Com a morte de D. Carlos, em 6 de fevereiro de 1969, foi escolhido Dom Frei Agostinho José Sartori, como seu sucessor, tendo tomado posse no dia 14 de junho de 1970.⁹¹

A atual Catedral do Senhor Bom Jesus da Coluna é a quinta construção consagrada como Igreja que reúne os fiéis, em Palmas.

As duas primeiras capelas, eram de madeira e, aos poucos foram se tornando pequenas para abrigar os fiéis, razão pela qual tiveram de ser substituídas.

A de número três foi inaugurada em 6 de maio de 1883. A benção do novo templo foi efetuada pelo Padre Achilles Saporiti, vigário de Palmas, na presença de grande número de fiéis e membros da Câmara Municipal, após ter recebido autorização do Bispo de São Paulo, Dom Lino Leodato Rodrigues de Carvalho.⁹²

⁹¹Documentos Históricos. Paróquia de Palmas.

⁹²Documentos Históricos. Paróquia de Palmas.

As comunidades atendidas pelos sacerdotes de Palmas ficavam muito distantes umas das outras, exigindo longas e perigosas viagens, por terras habitadas por indígenas, os quais atemorizavam os sacerdotes, embora não se tenha conhecimento de nenhum ataque ou agressão sofrida por padres da parte dos índios.

As Vilas sob a responsabilidade do vigário de Palmas eram ao Norte: Covão e Mangueirinha que distavam a onze léguas.

A Oeste: Clevelândia, denominada Boa Vista de Palmas, Campo Erê e Barracão, chamada de Campina do Américo que ficava a trinta léguas de Palmas.

A Nordeste estava situado o Chopim, a dezesseis léguas.

Ao Sul, Xanxerê, Chapecó, chamado Passo dos Índios, Passo Bormann e Goyo-En, que distava vinte e três léguas, todas pertencentes à Santa Catarina, nos dias de hoje.

A Sudoeste, Joaçaba, hoje município catarinense e Marcelino Ramos, hoje pertencente ao Estado do Rio Grande do Sul, a vinte e sete léguas.

A Leste, Iratin, hoje General Carneiro, Jangada, Porto União, União da Vitória, denominada Nossa Senhora das Vitórias, Matos Costa, chamado de São João dos Pobres, mais ou menos a trinta léguas e Rio Negro a cinquenta e seis léguas.⁹³

Pelo exposto verifica-se a grande extensão e as distâncias que deveriam ser percorridas pelos padres da Paróquia de Palmas. Isto se constituía em dificuldades maiores se observarmos que as viagens eram feitas no lombo de cavalos ou burros e

⁹³ Documentos Históricos. Paróquia de Palmas.

demoravam dias. A região atendida por Palmas seria superior a 50.000 km².

Segundo relatos do Padre Luiz Heinen, de 1956, constantes dos Arquivos da Paróquia de Palmas, em 1872, havia mais ou menos 7.000 almas que eram atendidas pelos Padres de Palmas. A população em questão estava assim distribuída, constando as maiores localidades regionais:

- Palmas e Campanha, 2.000
- Porto União e União da Vitória, 1.200
- Campo Erê e Barracão, 1.400
- Chopin e Mangueirinha, 1.200
- Chapecó e região, 1.200.⁹⁴

A religiosidade do povo de Palmas sempre se fez presente em todos os momentos da vida social, política e econômica da região. As festas religiosas eram e são os grandes pontos de encontro e de reunião dos moradores que, espalhados pelas fazendas e Campanhas, acorriam para a Vila em busca de conforto religioso e, ao mesmo tempo, para rever os amigos, parentes, compadres e afilhados.

A Festa do Senhor Bom Jesus da Coluna, no dia 6 de agosto, tornou-se uma tradição cultivada até os dias de hoje.

Os festejos e comemorações iniciavam nove dias antes, com as "novenas", onde, além das cerimônias religiosas e pregações, aconteciam também apresentações folclóricas e competições, como as "Cavalhadas", o "Pau de Sebo" e outras.

Todas as noites, após a "novena", havia um jantar que

⁹⁴ HEINEN, Luiz. Fundação da Cidade. Documentos históricos e religiosos de Palmas, Tomo III, 1956.

poderia ser um "churrasco" ou outro prato, onde todos participavam e contribuían financeiramente, com a Igreja em suas obras.

Freqüentemente, eram convidados padres de outras localidades, especialmente bons oradores, para as pregações durante a "novena".

No dia 6 de agosto, domingo ou dia de semana, as festividades começavam cedo, pois os "festeiros" deviam preparar o churrasco e as senhoras providenciavam a salada, organizavam barraquinhas de doces e bolos. A missa era solene, contando, sempre, com a presença maciça da população que vinha das mais longínquas fazendas, para participar da "Festa".

Durante o dia os festejos continuavam, com jogos e diversões e no encerramento, não podia faltar o "leilão" do gado, doado pelos fazendeiros, ao Senhor Bom Jesus da Coluna. Era costume, entre os criadores de gado, separar, todo o ano, uma rês destinada ao Senhor Bom Jesus.

A maioria absoluta da população era católica. Era reduzidíssimo o número de pessoas de outras religiões e os poucos que existiam, chegaram com a entrada do imigrante europeu na região, por volta de 1880.

CAPÍTULO IV

MIGRAÇÕES

O povoamento do território brasileiro, em quase toda a sua totalidade, obedeceu a objetivos definidos, tanto de ordem econômica como política.

A conquista e ocupação dos campos de Palmas não foi diferente. Inseriu-se no contexto, pelo econômico, atividade pecuarista, dadas as suas características: campos vastos, águas abundantes e, principalmente, passagem das tropas que iam da Província de São Pedro, Rio Grande do Sul, à Sorocaba, São Paulo, principal feira de gado da região mineradora e, depois, da cafeeira.

Embora o econômico tenha atraído pessoas com desejo de fazer fortuna, não se pode esquecer o aspecto político, especialmente a questão de Limites Brasil-Argentina, cuja área toda era contestada.

Assim sendo, os primeiros povoadores vieram para a região pela atividade pecuarista, acrescida das facilidades que o governo imperial dava àqueles que povoassem, garantindo, pois, a posse da região para o Brasil.

Ao se analisar a origem dos noivos que se casaram em Palmas, verificava-se que, em sua grande maioria, são procedentes de regiões ligadas ao comércio e/ou criação de gado.

Para facilitar o tratamento estatístico dos dados, agruparam-se por Estado, ou melhor, Província, os noivos, separadamente por sexo. Nos anexos incluiu-se uma listagem em que aparece a origem por localidades e estado.

Muitos são os casos em que não foi registrada a origem dos noivos, pelo celebrante, razão pela qual foi incluída uma coluna "desconhecida", quanto à procedência dos mesmos. Foram

computados nesta coluna, também aqueles procedentes de localidades que não se conseguiu descobrir a que Estado pertenciam, devido às mudanças de denominação. Arrolou-se, ainda, neste grupo, os indígenas, crioulos e ex-escravos, onde não foi registrada a origem, citando, apenas, que pertenciam a este ou aquele grupo.

1. Origem dos Noivos e Noivas

Apesar de ser alto o número de pessoas registradas como origem "desconhecida", 1.190, em 3.064 ou seja, 38,51%, existem possibilidades de análise e crítica dos dados, podendo, inclusive, estabelecer conclusões importantes sobre a questão.

A grande maioria, senão quase a totalidade, são luso-brasileiros ou descendentes destes, oriundos, principalmente, do Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O afluxo, para Palmas, de elementos vindos de outros estados de Federação e mesmo do exterior, é muito pequeno. Isto se pode comprovar analisando a tabela II.

Após a conquista e o assentamento dos primeiros povoadores em Palmas, uma das primeiras providências foi a de abrir um caminho que comunicasse, mais rapidamente, com o Rio Grande do Sul e, também, que integrasse a região aos centros consumidores de gado, Minas e São Paulo.

A abertura da nova picada, partia de Nonoay, passando por Goyo-En e, inicialmente, por Palmas e depois, pouco distante da nova Vila. Logo a nova localidade começou a atrair tropeiros e comerciantes que conduziam e comercializavam o gado bovino e muar, na feira paulista de Sorocaba.

Assim sendo, não foram apenas as pessoas vindas do Sul que chegaram a Palmas, mas também as oriundas de São Paulo, especialmente das regiões ligadas aos caminhos de tropas, a Estrada das Missões e o caminho de tropas Viamão-Sorocaba.

A grande maioria dos elementos que se estabeleceram em Palmas, nos anos compreendidos entre 1840 e 1879, provém de localidades paranaenses, em especial de Palmeira, Guarapuava, núcleos geradores populacionais de Palmas, seguindo-se Ponta Grosso, Lapa, Castro e Curitiba. Esta população, em sua maioria, era descendente de luso-brasileiros.

Embora, a partir de 1880, elementos destas localidades continuem vindo para Palmas, outros começam a aparecer, oriundos de outros estados do Brasil e até mesmo, do exterior. Esses, juntamente com os paranaenses e os aqui nascidos, vão dividir sua influência, trabalho e terras.

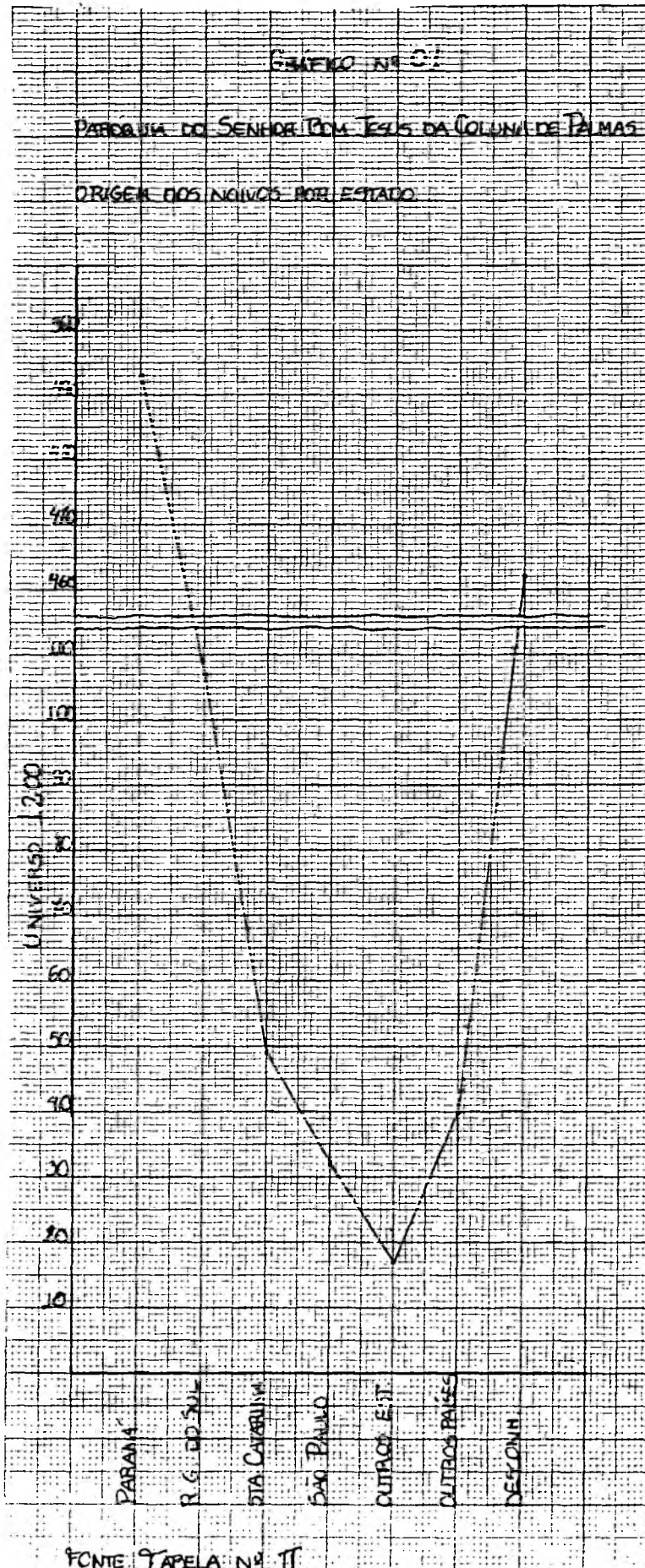
Os primeiros eventos ocorridos com noivos nascidos em Palmas somente vão aparecer em 1859, com mulheres, que se casavam bem mais cedo que o homem. A partir desta data, começam a ser registrados, sistematicamente, casamentos e outros atos sócio-religiosos, envolvendo pessoas nascidas, na Paróquia, em número que superam as estatísticas referentes aos provenientes de outras cidades.

TABELA II

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS
1840-1899 - Origem dos Noivos

DATAS	1840-1859		1860-1879		1880-1899		TOTAL			TOTAL GERAL U	
	H	M	H	M	H	M	H	M	%		
PARANÁ	13	14	130	138	454	511	597	663	1260	41,12	493
RIO GRANDE DO SUL	-	01	15	16	136	104	151	121	272	8,88	107
SANTA CATARINA	-	-	03	02	67	52	70	54	124	4,05	49
SÃO PAULO	03	03	19	08	36	14	58	25	83	2,71	32
OUTROS ESTADOS	01	-	05	01	32	04	38	05	43	1,40	17
OUTROS PAÍSES	02	-	-	01	74	25	76	26	102	3,33	40
DESCONHECIDOS	14	15	49	55	479	568	542	638	1180	38,51	462
TOTAL	33	33	221	221	1278	1278	1532	1532	3064	100,00	1200

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.



Saliente-se que o número de mulheres naturais de Palmas, ali casadas, é muito superior ao de homens. A diferença entre um e outro é de quase 100%, o que leva a supor que os homens de Palmas se casavam com mulheres de outras localidades, onde constariam os registros de seus casamentos. As mulheres também se casavam com pessoas vindas de fora, só que estes eventos se realizavam na Paróquia de Palmas.

Tal conclusão decorre do fato de ser equilibrado o número de nascimentos de meninos e meninas.

O fato de que as mulheres de Palmas se casavam com homens vindos de fora, se confirma ao se observar que a quase totalidade de indivíduos provenientes de Estados mais distantes do Brasil, como o Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, foram homens. A proporção foi de 38 homens, para 5 mulheres.

É fácil de se entender e provar esta realidade, pois o homem se locomovia com mais facilidade que as mulheres. Além do mais, os homens são bem mais aventureiros que as mulheres, buscando sempre, fortuna fácil. Este fato não se verificou apenas no passado, mas ocorre ainda hoje, sendo menos complicado o deslocamento do homem sozinho. O mesmo não acontece se ele tiver família, quando a possibilidade de "não darem certo" suas mudanças, os efeitos recaem sobre os filhos e a esposa. Ainda mais naquela época em que viagens eram sempre a cavalo, dificultando o deslocamento de mulheres e crianças em longas distâncias.

Das províncias, Estados, que contribuíram no povoamento dos campos de Palmas, o Paraná aparece em primeiro lugar, com

1.260 indivíduos que aqui se casaram, 41,12% do total (493 em 1.200). As localidades que mais contribuíram, com elementos, para a comunidade de Palmas, destacam-se as do Paraná Tradicional, especialmente, Palmeira e Guarapuava. Normalmente ligadas à atividade do criatório.

Situação semelhante é a de noivos originários de áreas onde predominavam a criação e/ou a agricultura, características estas que se repetiam nas áreas de destino, ou seja, Palmas. É o caso dos que vieram de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Depois do Paraná, a Província, Estado, que mais elementos forneceu para a evolução da população de Palmas foi o Rio Grande do Sul. Há uma ligação entre os locais de origem e o local de destino, no que se refere à atividade econômica seja a pecuária, seja o comércio do gado. Destacam-se, assim, Vacarias, Cruz Alta, Passo Fundo, Lagoa Vermelha e Palmeiras, regiões campineiras, cuja atividade principal era a criação de gado. Nonoay, que também aparece com frequência, era o ponto de partida, no Rio Grande do Sul, do caminho de tropas, a estrada das Missões.

O total de noivos, vindos do Rio Grande do Sul, foi de 272, 8,88%.

De Santa Catarina veio um número razoável, embora menor que o do Paraná e Rio Grande do Sul. Foram 124 indivíduos, que representam 4,05% do total. E, como nos outros casos, eram provenientes das áreas ligadas ao criatório. No caso de Santa Catarina a relação que existia entre Palmas, Lages, Campos Novos e Curitiba, era o caminho de Tropas Viamão-Sorocaba.

São Paulo, província à qual o Paraná pertenceu até 1853, também contribuiu com pessoas para o povoamento de Palmas, obedecendo a constante relação com a pecuária ou ao seu comércio e transporte das tropas em direção aos centros comerciais consumidores. É o caso de Sorocaba, principal feira de gado, em São Paulo, e da Vila de Faxina, atual Itapeva, que é citada desde o início do povoamento, 1840. Da província de São Paulo vieram 83 indivíduos, sendo que a localidade que mais se destaca é a Vila da Faxina, com 36 pessoas, 43,37% do total de paulistas que aqui se radicaram (Anexo I).

No primeiro decênio, 1840 a 1859, dos 33 casamentos celebrados, 14,42% (509 em 1.200) dos homens e 15,45%, (545 em 1.200), das mulheres não tem registrada a sua procedência.

Esses estão listados como "origem desconhecida" e, muitos deles são escravos, descendentes e/ou indígenas. Os demais estão divididos entre São Paulo e o Paraná, que predomina totalmente, sendo que 13,39%, (472 em 1.200), dos homens e 14,42%, (509 em 1.200), das mulheres teriam vindo das regiões consideradas núcleos alimentadores da Vila de Palmas, ou seja, Palmeira, Guarapuava e Ponta Grossa, no Paraná.

A entrada do imigrante na região se deu a partir de 1880, sendo que o polonês é o predominante, seguido do alemão e do italiano (Anexo 1).

A afirmativa tem como base não apenas levantamentos estatísticos, mas também os relatos de descendentes destes grupos, que vivem ainda hoje em Palmas.⁹⁵

Não é de se estranhar que o polonês tenha sido maioria,

⁹⁵BAUER, José. Cidadão de Palmas. (Depoimento).

17 homens, 16,66%, e 20 mulheres, 19,6%, num total de 102 imigrantes. A imigração polonesa no Paraná é um fato notório, tendo se estabelecido, inicialmente, em localidades próximas à Curitiba e, posteriormente, em locais mais próximos à Palmas, como Rio Azul, Mallet e União da Vitória, entre outras.⁹⁶

A comunidade de União da Vitória, além de próxima à Palmas, foi atendida pelos padres da Paróquia de Palmas, durante muito tempo. Ainda, era através de União da Vitória, que os fazendeiros de Palmas conseguiam o sal, indispensável ao gado, além do abastecimento dos gêneros alimentícios e outros necessários à população.

Segundo WACHOWICZ:

"(...) A estrada da União, que ligava o Vilarejo ao porto da União da Vitória e daí até Palmeira, era, considerado o mais importante caminho para Palmas, a chave de sua existência. (...) Esta estrada foi aberta nos primeiros anos de ocupação dos campos. No dia 12 de abril de 1842, descobriram o vau de Porto União, e no dia 7 de maio chegavam com a picada até Palmeira. Começava a existir a futura estrada de Palmas, que ligava os campos de Palmeira aos outrora chamados campos dos Biturunas. A existência desse novo caminho abria perspectiva para o povoamento de uma nova região: a do vale médio do Rio Iguaçu".⁹⁷

RIESEMBERG, referindo-se ao fato diz:

"Pouco a pouco, com efeito, famílias de Curitiba, de São José dos Pinhais, da Palmeira e de Palmas, foram entrando por ela e dominando as suas margens".⁹⁸

⁹⁶ WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. Curitiba, Editar, 1972. p.115.

⁹⁷ Id. Paraná, Sudoeste. p.58-9.

⁹⁸ REISEMBERG, Alvir. A Instalação Humana no Vale do Iguaçu. In: WACHOWICZ. Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização. Curitiba, Lítero-Técnica, 1985. p.48.

Mais adiante fala sobre o caminho em questão:

"Era um motivo novo que se ia desenhando na paisagem cultural do Paraná. (...) Era uma cor diferente que se vinha ajuntar a palheta regional. E nesta altura cabe observar que a estrada de Palmas assim como a de Guarapuava, orientando-se no sentido leste-oeste, ou seja para o interior paranaense, no ângulo que fazia com o caminho de São Paulo ao Rio Grande, quebrava em parte a influência cultural do resto do país, a qual se fazia sentir principalmente através deste caminho".⁹⁹

Desta forma, facilitava a chegada à Palmas, dos víveres e das demais mercadorias necessárias à população, que anteriormente, vinham via Guarapuava, o que dificultava e encarecia os produtos.

Justifica-se, assim, o aparecimento do polonês em Palmas, poder-se-ia dizer até, que direcionado pela nova via de comunicação.

Como não consta nada nos registros dos noivos, quanto ao local de procedência dos mesmos, somente a nacionalidade e não houve possibilidade de estender a pesquisa aos registros de imigrantes, entrados no Brasil, pode-se supor que os poloneses, tenham vindo para Palmas de outras regiões do País e do Paraná, na busca de melhores oportunidades de trabalho e de fortuna e para a prestação de serviços.

Ainda, segundo WACHOWICZ, a região contestada pelo Brasil e pela Argentina, recebeu um grande número de imigrantes poloneses, como parte de um plano de internacionalização da área. O objetivo era fixá-los na região, uma vez que o territó-

⁹⁹ WACHOWICZ, Ruy C. Op.cit., p.59.

rio polonês ficou dominado por outros povos até a Primeira Grande Guerra.¹⁰⁰

Enquanto que os descendentes dos luso-brasileiros, em sua quase totalidade, dedicaram-se aos trabalhos relativos à criação e comércio de gado, os descendentes de imigrantes ocuparam-se com a prestação de serviços, comércio e indústria.

Permaneceram como testemunhas da imigração de poloneses, alemães e italianos, edificações de características não portuguesas, na cidade de Palmas.

Não se dedicaram à agricultura provavelmente em razão das melhores terras já estarem tomadas pelas fazendas de gado. Além do mais, a terra da região era, considerada, pouco fértil e, portanto, não propícia a agricultura.

"Os fazendeiros, quando interpelados pelo atraso em que se encontrava Palmas, sobretudo pela situação da agricultura, respondiam que os campos de Palmas, careciam de fertilidade e o caboclo não presta à lida da agricultura".¹⁰¹

Além das indústrias não serem muitas e nem diversificadas, eram artesanais, dadas as condições difíceis de transporte de equipamentos e máquinas e das dimensões reduzidas do mercado consumidor.

A maioria da população morava no campo e, portanto, "fazia em casa" grande parte do consumido, como sabão, salame, banha, xarque, doces de cacheta, cobertores e agasalhos de lã de ovelhas e outros. O mercado para a implantação de indústria era

¹⁰⁰ WACHOWICZ. Contribuição do Índio na ocupação do Sudoeste do Paraná. Palmas (conferencia no IIº Simposio de História Regional - FAFI), 1978.

¹⁰¹ WACHOWICZ. Paraná, Sudoeste, p.66.

bastante restrito em termos de consumidores. Se isto não bastasse, as pessoas de mais posses, importavam grande parte do consumido, inclusive móveis, do exterior apesar da distância e das dificuldades.

2. Migrações e Casamentos

No que toca aos casamentos e migrações, se considera, ainda, o aspecto relativo à procedência dos noivos, com quem se casavam, objetivando analisar as relações entre palmenses e os que aqui chegavam isoladamente, vindos de outras regiões do país e mesmo do exterior.

No período estudado, aconteceram 1.532 eventos, assim distribuídos, 33 no primeiro coorte, 221 no segundo e 1.278 no terceiro e último coorte no período.

Verifica-se, inicialmente, o aumento acelerado do número de casamentos, no período estudado. Reflete o crescimento populacional e uma intensificação da vinda de migrantes. Não apenas dos moradores do Núcleo urbano, mas também, dos habitantes das áreas circunvizinhas.

Deve-se destacar, ainda, que os assentamentos correspondentes aos eventos, são mais completos, sem lacunas e interrupções, especialmente no terceiro coorte.

Outro aspecto que chama a atenção, é o número de casamentos entre parentes, fato facilmente constatado pelas dispensas frequentes do impedimento de consangüinidade mediante penitência ou não.

É exemplo o seguinte:

"Os noivos foram dispensados do parentesco de 1º e 2º graus, pelo Núncio Apostólico".¹⁰²

Ou

"Dispensa do parentesco da afinidade do 1º grau lícito, concedida pelo Bispo Diocesano".¹⁰³

Ainda:

"Dispensados do parentesco de consangüinidade lateral 3º grau, pelo Bispo Diocesano mediante cumprimento de penitência".¹⁰⁴

Embora este fato fosse mais frequente entre os noivos nascidos em Palmas, ocorreram casos que se enquadram na questão da consangüinidade, em que a noiva nascida em Palmas e noivo da Palmeira, Guarapuava e/ou Ponta Grossa. Isto demonstra que não houve rompimento entre os moradores da Vila de Palmas e os parentes que permaneceram nas localidades de influência, ou seja, das áreas originárias dos primeiros povoadores.

Segundo SANTOS, eram frequentes os casamentos entre primos, tanto de 1º como de 2º graus, além de casos de núpcias entre tio e sobrinha.¹⁰⁵

É provável que nos 251 casamentos de noivas de Palmas e noivo de outra localidade, especialmente as mais próximas de Palmas, Palmeira, Guarapuava, Lapa, Curitiba e/ou Ponta Grossa, as noivas não tenham aqui permanecido após o casamento. Entretanto, o mesmo não teria acontecido com as que se casaram com noivos oriundos de outras unidades da Federação. Observando

¹⁰² Arquivos da Cúria Diocesana de Palmas. Casamentos. Livro 1, p.10v. 1858.

¹⁰³ Arquivos da Cúria Diocesana de Palmas. Casamentos. Livro 1, p.119, 1878.

¹⁰⁴ Arquivos da Cúria Diocesana de Palmas. Casamentos. Livro 1, p.70v, 1878.

¹⁰⁵ SANTOS, José Ferreira dos. Histórico de Palmas. Manuscrito, 1950.

Anexo VI, pode-se verificar a presença de mineiros, cearenses, pernambucanos, sergipanos, paraibanos, além dos paranaenses, gaúchos, paulistas e catarinenses que se casaram na paróquia.

A suposição é de que se tratava de indivíduos isolados e, em sua grande maioria homens, tendo permanecido próximo à família da noiva.

A migração do homem sozinho em busca de fortuna era mais freqüente e, assim sendo, Palmas oferecia oportunidades de conseguirem o que buscavam. Além disto, o casamento fez com que se radicassem, o que, certamente, seria mais fácil, perto dos sogros.

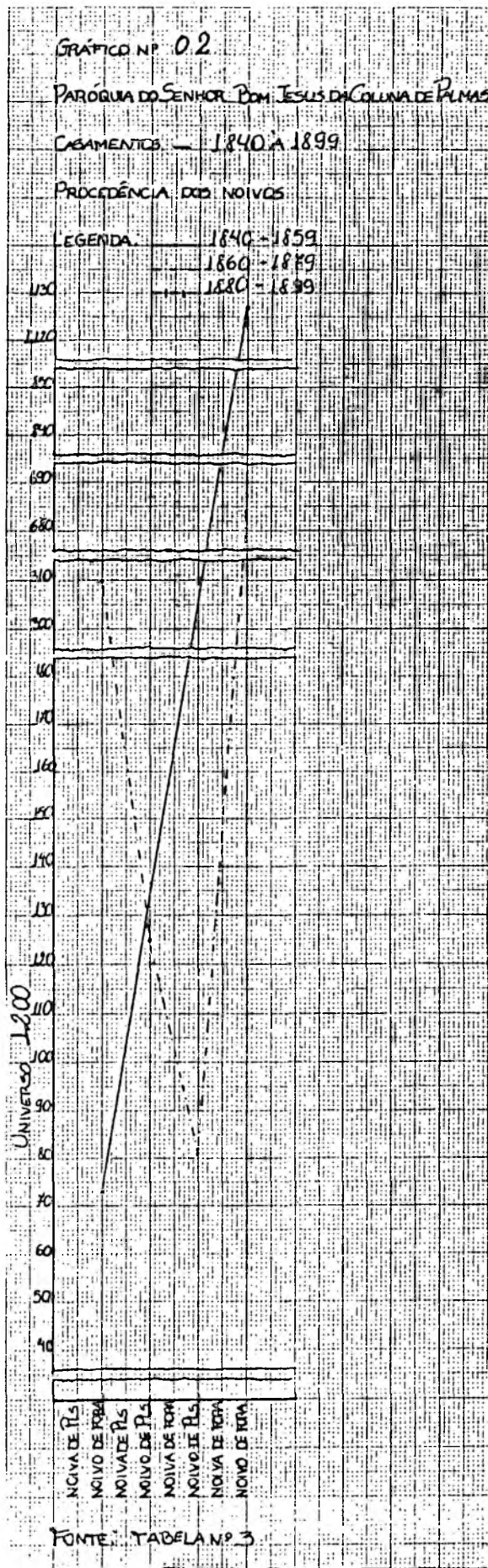
Quanto aos escravos é quase certo que aqui permaneceram, engrossando, com sua prole, o contingente de cativos no trabalho dos fazendeiros da região.

TABELA III

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS
1840-1899 - Casamentos - Procedência dos Noivos

ANO	Noiva de Palmas		Noiva de Palmas		Noivo de Palmas		Noivo de Fora	
	%	U 1200	%	U 1200	%	U 1200	%	U 1200
1840-1859	02 6,06	73	-	-	-	-	31 93,94	1127
1860-1879	57 25,80	310	23 10,40	125	15 6,80	81	126 57,00	684
1880-1899	192 15,03	180	147 11,51	138	43 3,36	42	896 70,10	840
TOTAL	251 16,38	197	170 11,10	133	58 3,78	45	1053 68,74	825

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.



No que toca à origem dos noivos, no período de 1840/1859, dos 33 casamentos, apenas 6,06% envolveram pessoas, no caso mulheres, nascidas em Palmas. Os demais 93,94% aconteceram com pessoas nascidas em outras localidades, especialmente as paranaenses, Palmeira, Guarapuava, Ponta Grossa e São José dos Pinhais. Além destas comunidades aparecem paulistas, em especial, os provenientes da Vila da Faxina, Itapeva hoje. É elevado, também, o número de noivos em que não foi registrada a sua origem, representando 43,93% do total de nubentes. A grande maioria destes seria, provavelmente, de escravos e/ou índios, pois, em alguns casos, cita-se apenas origem crioula.

Lamentavelmente, neste período, os registros demonstram falhas, sendo bastante incompletos quanto a anotação de dados se comparados aos períodos posteriores.

No período 1860/1879, registra-se a seguinte situação: em 221 casamentos, 57 pessoas, 25,80%, foram mulheres nascidas em Palmas, com homens vindos de outras localidades. Continuam a se sobressair as comunidades paranaenses, núcleos irradiadores da conquista e povoamento de Palmas. Já, neste período, começavam a ser registrados eventos envolvendo indivíduos oriundos do Rio Grande do Sul, especialmente Passo Fundo, além de São Paulo e Santa Catarina. Como se pode ver na tabela III, começam a se realizar casamentos de homens nascidos em Palmas.

Mais adiante, ao estudar-se a idade dos noivos, encontrar-se-á resposta para o fato.

No segundo coorte, 1860-1879, é de 23, 10, 40% o número de matrimônios com noivos, ambos naturais de Palmas. Os eventos realizados envolvendo homens nascidos em Palmas e mulheres de

fora correspondem a 15, 6,80%. Já é de 126, 57%, o total de eventos onde ambos os noivos nasceram fora de Palmas. Este fato demonstra, que Palmas mantinha, ainda, ligações estreitas com as comunidades de origem. Além disto, as outras vilas surgidas próximas à Vila de Palmas, também, relacionavam-se.

WACHOWICZ, dissertando sobre o surgimento de localidades próximas à Palmas, diz:

"Em toda a região de criatório no Paraná, ou seja, nos campos gerais de Guarapuava e Palmas etc., desenvolveu-se desde o século XVIII o preconceito contra a agricultura. Era sempre mais fácil e de maior "status" social tocar uma tropa de muares e/ou bovinos, ou trabalhar como peão de fazenda, do que agüentar o cabo da enxada ou talvez a barra de um arado. O virtual excesso populacional de Palmas e Clevelândia dirigiram-se preferencialmente para o norte, região de Mangueirinha e Chopinzinho, para o sul, região de Chapecó e para o oeste em direção do vale do Rio Pato Branco".106

A própria Vila de Clevelândia, antiga Boa Vista de Palmas originou-se a partir de Palmas, com população daqui oriunda.

No terceiro coorte, 1880 a 1899, a situação vai se alterar muito. Embora continue havendo maioria de casamentos entre noivo e noiva vindos de fora, sobe para 147, 11,51% o número de eventos em que ambos os noivos são de Palmas. É de 192, 15,03% o número de casamentos em que a mulher de Palmas se casa com homem de fora, enquanto que é menor o número de noivos de Palmas que se casam com noivas de outras localidades.

Se, no período estudado, forem consideradas três situações: - noivo e noiva nascidos em Palmas, noiva de Palmas casa-

¹⁰⁶ WACHOWICZ. Ocupação do Sudoeste, p.65.

da com noivo vindo de fora e noivo de Palmas casado com noiva de outra localidade. Entretanto, não se pode esquecer uma quarta situação, ou seja, os eventos que envolveram ambos os cônjuges originários de outras localidades. Esta situação predominou, foi de 93, 94%, 1.127 em 1.200, no primeiro coorte, 57%, 684 em 1.200, no segundo e 70, 10%, 840, no terceiro coorte.

Quanto à noivo e noiva nascidos em Palmas e aqui casados, não apareceu no primeiro coorte, foi de 6,80%, 81 em 1.200, no segundo coorte e 3,36%, 42 em 1.200, no terceiro coorte. Entretanto, comparando as outras duas situações, noivo e noiva nascidos em Palmas e casados com pessoas de outras localidades, observa-se que a referente à noiva de Palmas casada com noivo de outra localidade é superior a outra situação.

No primeiro coorte, aconteceram eventos correspondentes a 6,06%, 72 em 1.200, no segundo coorte, 25,80%, 310 em 1.200 e no terceiro coorte, 15,03%, 180 em 1.200, envolvendo noivas nascidas em Palmas casando-se com noivos de outras localidades. Enquanto que, em relação a noivos de Palmas, casados com noivas de fora, não aconteceu nenhum evento no primeiro coorte, foi de 6,80%, 81 em 1.200 no segundo coorte e de 3,36%, 42 em 1.200, no terceiro.

Dizer que nasceram mais mulheres em Palmas é temerário, pois os assentos relativos aos nascimentos, são equilibrados para os dois sexos. Embora o índice de mortalidade entre os de 0 a 15 anos seja superior para o sexo masculino, 16,70% contra 14,70% para o sexo feminino, sendo a diferença de apenas 2,00%. E o percentual de casamentos de mulheres nascidas em Palmas casadas com homens de fora é de 16,40%, contra 3,80% de homens de Palmas que se uniram a mulheres de outras localidades.

Tudo leva a supor que boa parte dos homens de Palmas casaram-se fora de sua cidade natal. Isto poderia se comprovar caso se tivesse pesquisado os arquivos das cidades núcleos irradiadores de Palmas, a fim de verificar se aconteceu algum registro envolvendo pessoas nascidas em Palmas.

A análise da nupcialidade, quanto à origem nos leva a concluir que o casamento com pessoas de outras localidades, tanto homem como mulher, ocorria como forma de evitar os casamentos entre famílias-parentes. Casamentos, portanto, consanguíneos considerados pela Igreja incestuosos, além de terem alto risco de probabilidade de apresentarem efeitos genéticos ou mesmo psíquicos nos filhos.

Os homens, dadas as circunstâncias, eram mais aventureiros, se deslocavam com mais facilidade de um local para outro, somente se radicando quando casavam. A confirmação deste fato pode ser obtida na tabela II (p.87) onde se mostra que 38 homens vindos de outros Estados brasileiros exceto Paraná, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, casaram-se em Palmas. Comparativamente apenas 5 mulheres são registradas na mesma situação.

A partir do 2º e, especialmente, no 3º coortes estudados, começa a se formar a primeira e, até mesmo a segunda geração de palmenses, razão pela qual cresce muito o número de eventos envolvendo pessoas, noivos e noivas, nascidos em Palmas.

CAPÍTULO V

NUPCIALIDADE

A análise da nupcialidade em Palmas demonstra o comportamento da população luso-brasileira no período imperial que se diferencia a cada região, dadas às características específicas.

É no ponto de vista da História Social e das Mentalidades que a análise demográfica adquire importância maior. É mensurando estes fenômenos, até hoje, vistos apenas pelo seu aspecto qualitativo, que adquirem seu real valor histórico.

Na análise da nupcialidade em Palmas se procurará encontrar as linhas básicas que o padronizam, para isso partindo do princípio de que o padrão de nupcialidade está vinculado a uma determinada categoria social.

Este padrão, seriam as formas estabelecidas pela própria sociedade com o objetivo de regulamentar as relações sociais, no caso as relações entre o homem e a mulher, necessária à garantia da sobrevivência do grupo e/ou da comunidade.

A função de instituição reguladora do comportamento reprodutivo da espécie humana é desempenhada pela nupcialidade, e é esta a instituição social que pode freiar ou aumentar a taxa de crescimento da população.

A comunidade de Palmas apresentou, no período analisado, 1840 a 1899, 1.532 casamentos, distribuídos, em três séries de 20 anos, 1840/1859, 33 eventos; 1860 a 1879, 221 casamentos, 1880 a 1899, 1.278 núpcias registradas (Tabela II - p.87).

Palmas, comunidade interiorana, dedicada à pecuária, portanto, do setor rural, teve um crescimento normal, para tal tipo de sociedade.

Segundo HUGON, as taxas de natalidade, são diferenciadas entre as regiões urbanas e rurais.

"Onde a urbanização e a industrialização se desenvolvem, a taxa diminui".¹⁰⁷

Como não houve desenvolvimento industrial na região e o predominante foi o criatório, conclui-se que o crescimento populacional de Palmas, foi semelhante ao das demais comunidades do interior do Brasil.

Palmas, vila fundada no século XIX, obedecendo à política imperial de posse, povoamento e segurança da área contestada pela Argentina, não poderia involuir. Desde logo atraiu pessoas de várias localidades do Paraná e Brasil.

A análise da frequência dos casamentos leva em conta o relacionado com a população de duas épocas diferentes, 1854 e 1872/1890. Considerar-se-á, também, a sazonalidade, os horários de realização do sacramento de conformidade com as várias categorias sociais, o número de casamentos de viúvos e viúvas, o número de filhos naturais e outros aspectos.

1. Frequência de Casamentos

O número de casamentos demonstra a preocupação quanto à sobrevivência e não havendo problemas de ordem econômica ou mesmo de espaço, a evolução da população não precisava ser limitada. Apesar das famílias serem sempre numerosas não havia empecilhos ao seu crescimento, pois as terras disponíveis eram de grande extensão e ainda parcialmente utilizadas.

No primeiro coorte analisado o número de casamentos é de 33 e os primeiros eventos aconteceram em 1843, um em outubro

¹⁰⁷HUGON, Paul. Demografia Brasileira. São Paulo, Atlas, 1873, p.134.

e três em novembro.

Neste período observa-se que o mês em que foi registrado o maior índice foi o de janeiro e o mês de menor índice de registro foi abril, quando não houve nenhum acontecimento.

No período seguinte, já ocorrem mudanças em relação aos picos relativos às núpcias. O mês em que ocorreu os maiores índices foi o de dezembro e o menor foi registrado em março.

Já no coorte final do período estudado, os mais altos índices ocorreram nos meses de dezembro e março e os mais baixos aconteceram em junho.

Observando a tabela IV e o gráfico nº 3, vê-se que os meses de junho e outubro aparecem como os de menores índices, nos três coortes, enquanto que o mês de setembro apresenta índices mais ou menos altos e próximos.

Não foi a religião que determinou os costumes da população como aconteceu em outras comunidades do Brasil e mesmo de outros países. Pois foram registrados matrimônios nos períodos considerados de abstinência, advento e quaresma. Portanto, a religião não reprimiu e nem impediu a realização de núpcias nos tempos em que a Igreja prega abstinência e luto.

Apesar de em alguns registros constar anotações como:

"Não receberam as bençãos nupciais por ser tempo de quaresma".¹⁰⁸ "Não recebeu as bençãos nupciais por ser advento".¹⁰⁹

¹⁰⁸ Arquivo da Cúria, L.1, 1880 e 1881, p.85v., 98 e 99.

¹⁰⁹ Arquivo da Cúria de Palmas. L.1, 1878, p.67.

TABELA IV

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

Sazonalidade dos Casamentos - 1840-1899

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1840 N° ABS	06	04	01	-	01	01	03	05	03	02	05	02	33
- N° REL	18,18	21,13	3,03	-	3,03	3,03	9,09	15,15	9,09	6,06	15,15	6,06	100
1859 U 1200	218	145	37	-	37	37	109	181	109	73	181	73	1200
1860 N° ABS	18	18	08	25	20	16	16	15	28	13	11	33	221
- N° REL	8,15	8,15	3,61	11,31	9,04	7,24	7,24	6,79	12,67	5,89	4,98	14,93	100
1879 U 1200	98	98	43	135	108	87	87	82	153	70	59	179	1200
1880 N° ABS	94	130	143	113	96	73	77	111	115	77	106	143	1278
- N° REL	7,35	10,18	11,19	8,84	7,51	5,71	6,02	8,69	9,00	6,02	8,30	11,19	100
1899 U 1200	89	122	134	107	90	69	72	104	108	72	99	134	1200

FONTE: Arquivo da Cúria de Palmas.

GRÁFICO Nº 03

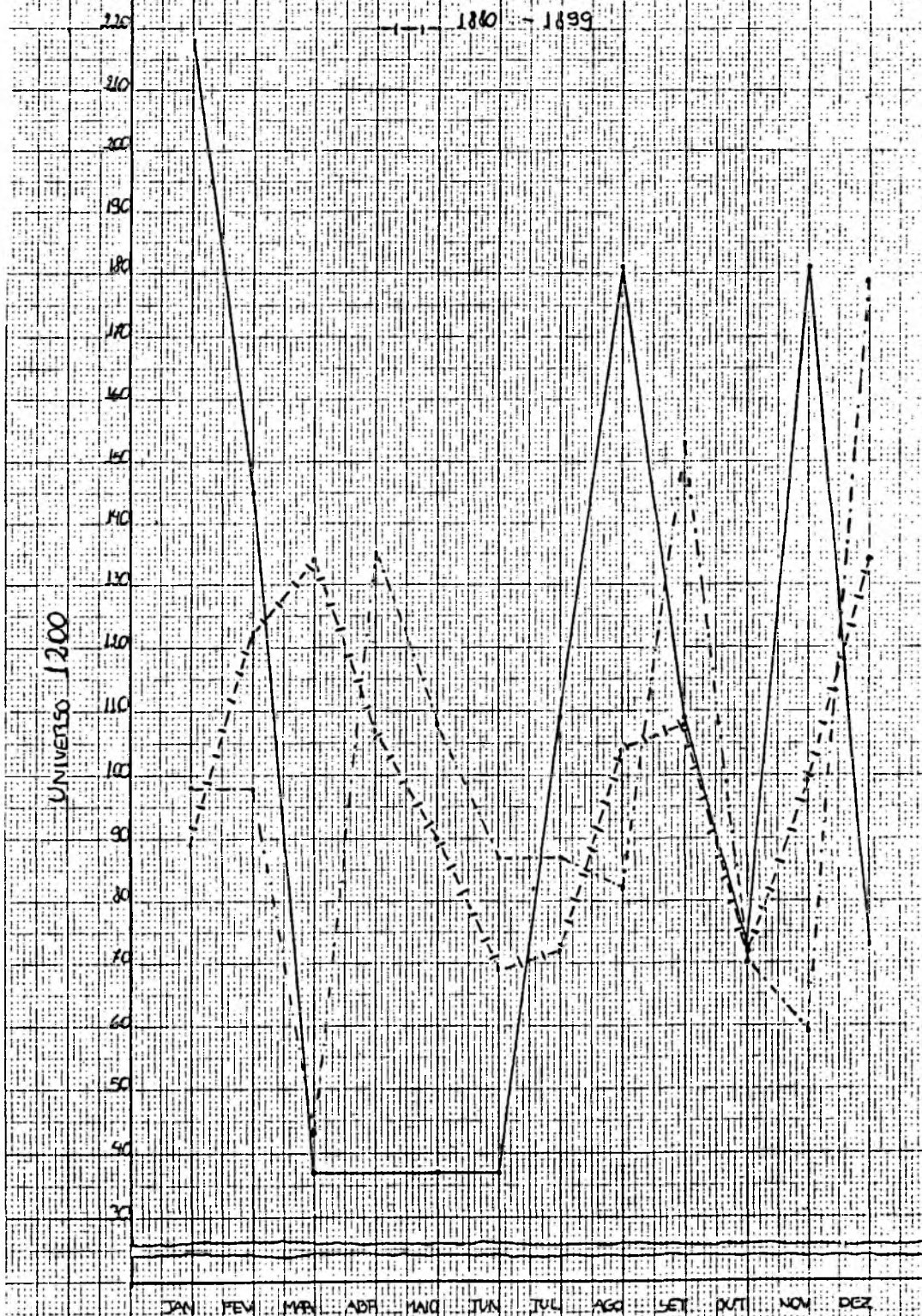
PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

PERÍODO DE 1840 A 1899

DATAS DOS CASAMENTOS

LEGENDA:

—	1840 - 1859
- - -	1860 - 1879
- · - ·	1880 - 1899



FONTE: TABELA Nº IV

Pode-se creditar que isto ocorreu mais por zelo do vigário do que por proibição quanto a realização de cerimônias nupciais, neste períodos. O que nos leva a pensar assim é o alto número de casamentos realizados em dezembro, entre o início do mês e o Natal, período do advento; e nos últimos dias de fevereiro, em março e nos primeiros dias de abril, época de quaresma.

Diferentemente do que ocorreu, por exemplo, em Curitiba, com a comunidade de Abranches, onde a agricultura predominou, havendo épocas distintas, ou seja, o preparo da terra, a semeadura e a colheita, em Palmas, a ausência da atividade agrária e a exclusividade da pecuária, estas etapas não aconteceram.¹¹⁰

Buscando respostas sobre a frequência de casamentos nos meses de janeiro, fevereiro e setembro, consultou-se pessoas antigas de Palmas. O fato estava ligado à venda do gado. Nos meses de janeiro e fevereiro acontecia a venda do gado gordo para corte, e em setembro era vendido o gado magro e os bezerros, destinados à engorda.¹¹¹

Assim sendo, enquanto os agricultores, especialmente os que se dedicavam à policultura, alternando culturas de inverno e de verão, com várias épocas de colheitas durante o ano, as localidades cuja atividade principal era a pecuária, não tinham

¹¹⁰ MACHONICZ, Ruy Christovam. Abranches: um estudo de História Demográfica. Curitiba, Ed. Graf. Vicentina Ltda., 1976. p.50

¹¹¹ SANTOS Protegenes. (Depoimento oral)
SANTOS José Ferreira dos. (Depoimento oral)

as mesmas opções. Estas resumiam-se à venda do gado.

Comparando a sazonalidade dos casamentos, durante todo o período estudado, constata-se que os meses de maio, junho, julho e outubro são os que apresentaram índices mais baixos, especialmente junho e julho, com 90 e 96 eventos, respectivamente. Pode-se explicar o fato por ser, em Palmas, a fase mais aguda do inverno e, portanto, sujeito à frios intensos e chuvas frequentes, o que dificultava a realização das festas que marcavam os casamentos.

Observou-se já, que a igreja não se mostrou tão rígida quanto à realização de casamentos nos períodos considerados proscritos: advento e quaresma, pois foi exatamente nos meses correspondentes aos dois períodos que aconteceram os mais altos índices de eventos, dezembro, com 178, fevereiro e março com 152 eventos em cada mês.

Além destes, os meses de janeiro, abril, agosto e setembro e novembro contaram com um número relativamente alto de casamentos.

Pode-se supor que, a frequência de casamentos nos meses de janeiro, fevereiro e setembro esteve relacionado à venda do gado, e que os realizados em março, abril e maio, também fossem reflexos da venda do gado do mês de janeiro, retardados para que os preparativos para a cerimônia fossem realizados com mais calma e segurança. O mesmo ocorrendo com os casamentos efetuados em outubro, novembro e dezembro.

Assim sendo, pode-se concluir que o fator predominante no movimento sazonal de casamentos, em Palmas, foi o econômico.

Além do mais, setembro corresponde ao final do inverno, início da primavera, coincidindo com o final da temporada de chuvas. Isto facilitava o trânsito das pessoas para as festividades e comemorações relativas ao evento.

Pode-se observar na análise das fichas individuais de registros de casamentos, a grande preocupação do celebrante quanto aos órfãos de menor idade. Em muitas das fichas, aparecem citações como:

"Licença do juiz dos órfãos por ser menor".112
 "Autorização dos pais do noivo e do juiz dos órfãos para a noiva".113 "Licença dos pais, ambos menores".114

Isto demonstra que o denominado "padroado" e o fato de os padres exercerem o papel de cartorários de registros, era levado muito a sério.

Outro aspecto que chamou a atenção foi com referência aos proclamas do casamento. Vários registros referem-se à dispensa ou a abreviação dos mesmos,

"Dispensados dos três proclamas".115 "Dispensados dos banhos devido a necessidade de urgência do casamento".116

Além disto, constam outras observações em muitos registros como os referentes à adoção de filhos nascidos antes do casamento:

112 Arquivos da Cúria de Palmas, L.1., p.73, 30, 30v, 72, 64, 65v.

113 Arquivos da Cúria de Palmas, L.1., p.76.

114 Arquivos da Cúria de Palmas, L.1., p.77.

115 Arquivos da Cúria de Palmas, L.2., p.30.

116 Arquivos da Cúria de Palmas, L.1., p.36v.

"Os noivos declararão que receberão como filhos legítimos - Florêncio Antônio - Maria - Joaquina - Maria Josepha - Fidelis - João - nascidos da união deles ante nupcias".117 "O casal Pedro e Marcelina declararão que receberão como filhos legítimos os meninos Jacó; Olímpio; Antônio; Sebastião; Rozalina; Pedro, nascidos da união deles ante nupcias".118

Conforme já se falou, no que tóca à questão da consanguinidade, apareceram numerosos casos registrados, assim transcritos:

"Os noivos foram dispensados do parentesco de 1º e 2º graus pelo Nuncio Apostólico".119 "Dispensados do parentesco de afinidade de 1º grau igual lícito, concedida pelo Bispo Diocesano".120 "Dispensa de parentesco de consanguinidade no 3º grau misto ao 2º da linha transversal pelo vigário".121 "Dispensados do parentesco de consanguinidade lateral de 3º grau pelo Bispo Diocesano - cumprindo penitência".122 "Os noivos receberam dispensa de consanguinidade em linha lateral no 2º grau líquido - tendo cumprido penitência pela dispensa".123

Como se pode ver, havia a preocupação do celebrante no sentido de anotar todas as irregularidades existentes, com o objetivo de legalizar o ato religioso.

Comparando-se os números de casamentos realizados no período ao número de habitantes observa-se: em 1854, Palmas tinha 734 habitantes e foram realizados, entre 1840 e 1859, 33

117 Arquivos da Cúria de Palmas. L.5, p.96.

118 Arquivos da Cúria de Palmas. L.5, p.58.

119 Arquivos da Cúria de Palmas. L.1, p.10v.

120 Arquivos da Cúria de Palmas. L.1, p.119.

121 Arquivos da Cúria. L.1, p.140v.

122 Arquivos da Cúria. L.1, p.70v.

123 Arquivos da Cúria. L.1, p.29v.

casamentos igual a 4,50%, 54 em 1.200. Entre 1872 a 1879, a população era de 7.068, abrangendo parte do segundo coorte no período estudado 221 casamentos, o que corresponde a, 3,12%, 37,52 em 1200. Enquanto que no terceiro coorte o número de casamentos foi de 1.278 e considerando-se a população de 7.068 habitantes tem-se 18,08%, igual a 216,97 em 1200.

Assim sendo, pode-se verificar que, num tempo que varia entre 18 a 25 anos, houve um crescimento populacional relativamente alto, elevando-se de 734 para 7.068 habitantes.

Levantaram-se, também, dados que possibilitassem analisar a questão referente ao casamento de viúvos e viúvas. Verificou-se que o recasamento foi uma prática constante em Palmas. No primeiro coorte não houve nenhum enlace nupcial envolvendo pessoas viúvas, nem do sexo masculino e nem feminino.

No coorte seguinte, de 1860 a 1879, aconteceram 11 eventos onde um dos cônjuges era viúvo. Destes, 6 viúvos se casaram com moças solteiras, normalmente, muito mais jovens que eles. Dos restantes, 4 foram de mulher viúva que se casaram, com rapaz solteiro e, em 1 casamento, ambos os cônjuges era viúvos.

Enquanto que no último coorte, de 1880 a 1899, houve 55 núpcias onde ou um ou outro, ou os dois cônjuges eram viúvos. Destes, 22 viúvas se casaram novamente, sendo que 15 o fizeram com rapazes solteiros, e 7 com viúvos. Dos 40 homens viúvos, que buscaram uma segunda união, 33 se casaram com moças solteiras e apenas 7 com mulheres viúvas.

Embora, em relação ao número total de casamentos, 66, que representam 4,30% do total de casamentos; pode parecer um percentual baixo, porém, sempre é um fato que se deve conside-

rar. Não se pode esquecer que o homem é um ser social e não vive isolado, sendo a família a corporificação primeira da sociedade.

O número de viúvos que se casaram pela segunda vez é bem superior ao de mulheres, viúvas, que buscavam uma nova união.

Será que morriam mais mulheres, fazendo com que o número de viúvos fosse maior? Ou será que nem todas as viúvas se casavam novamente?

Deve-se acreditar na segunda hipótese - pois é mais difícil para o homem viver só do que para a mulher, por mais que tenha filhos. Além disso mulher viúva com filhos é um encargo a mais, além de ocasionar problemas domésticos. As viúvas não casavam por tais razões e também porque os homens de sua faixa etária ou mais velhos já estavam comprometidos.

Constam recasamentos de homens já com idade bastante avançada, enquanto que a mulher se casava até uma determinada idade, exemplo, um casamento onde o noivo contava 90 anos e a noiva 60, aliás, o único que envolveu uma noiva com mais 51 anos. Enquanto são registrados 33 noivos que se casaram com mais de 50 anos, apenas 2 mulheres voltaram a se casar após esta idade. Isto se pode observar na análise da tabela V, ou seja, que o número de viúvos que se casaram novamente era bem superior ao de mulheres.

2. Idade dos Noivos

Em relação à idade dos noivos ao se casarem, nos dois primeiros coortes do período estudado, em apenas 2 ou 3 casos,

aparece esta informação, razão pela qual não se trabalhou com os dois coortes.

O mesmo não ocorre no coorte final do período. Nesta fase é grande a preocupação com o registro da idade dos noivos. Em 1.278 eventos registrados, apenas 27,61% dos homens e 29,97% das mulheres não tiveram registrada sua idade ao se casar.

O que se pode observar foi que as mulheres se casavam mais cedo que o homem, e, quase sempre, com homens mais velhos. Enquanto foram realizados 804, 52,50% do total de casamentos de mulheres com menos de 21 anos, sendo que a idade de maior incidência foi entre 14 a 16 anos, somente 216, 14,09%, dos noivos apresentavam-se nesta faixa etária. Ainda assim, a idade de maior frequência para estes era entre os 19 e 21 anos. São muito frequentes os casos de casamentos de homens com mais de 35 anos, até mesmo 60 anos, com mulheres de 15 ou 16 anos.

Nos casamentos, em que a idade variou entre 21 e 40 anos, foram registrados 198, 13,00%, casos de mulheres e 886, 57,90% de homens, nesta faixa etária. Sendo que para as mulheres, a maior incidência se deu dos 20 aos 25 anos, enquanto que entre os homens isto ocorreu dos 20 aos 30 anos.

Segundo se pode comprovar na tabela V, enquanto foram registrados 11 casamentos, que representavam menos de 1%, de mulheres com mais de 40 anos, para os homens este percentual subiu a 5,14%.

A diferença numérica de casamentos entre homens mais velhos e mulheres mais jovens aparece também nos casamentos onde não consta a idade dos mesmos, cita apenas se é maior ou menor. Contra 16, 1,04% de noivas, aparecem 68, 4,43%, noivos ci-

TABELA V
 PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS
 1840-1899 - Idade dos Noivos

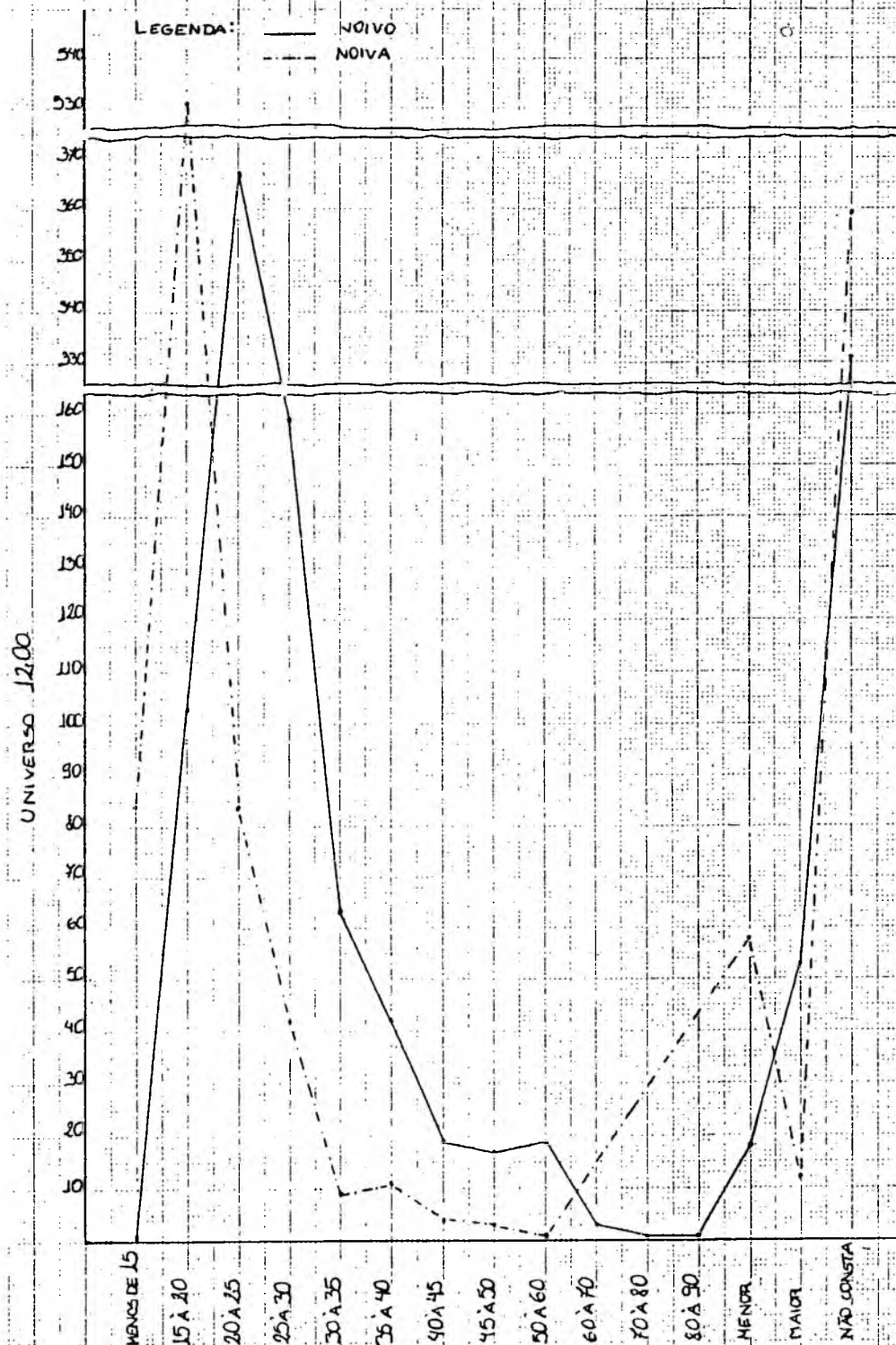
IDADE	NOIVO	%	U 1200	NOIVA	%	U 1200	TOTAL	%	1200
Menos de 15	01	0,06	0,90	107	6,99	84	108	3,52	42
15 a 20	132	8,60	103,40	678	44,25	531	810	26,43	317
20 a 25	469	30,61	367,40	107	6,99	84	576	18,79	225,5
25 a 30	203	13,25	159,00	54	3,52	42	257	8,39	101
30 a 35	81	5,28	63,40	12	0,79	09,5	93	3,04	36
35 a 40	54	3,52	42,00	14	0,91	11	68	2,22	27
40 a 45	24	1,56	19,00	05	0,32	04	29	0,95	11
45 a 50	22	1,43	17,40	04	0,26	03	26	0,85	10
50 a 60	25	1,63	19,20	02	0,13	1,5	27	0,88	11
60 a 70	04	0,26	3,00	-	-	-	04	0,13	1,5
70 a 80	02	0,13	1,60	-	-	-	02	0,07	0,8
80 a 90	02	0,13	1,60	-	-	-	02	0,07	0,8
Menor	23	1,50	18,00	74	4,83	58	97	3,17	38
Maior	68	4,43	53,00	16	1,04	12,5	84	2,74	33
Não consta	422	27,61	331,10	459	29,97	359,5	881	28,75	345,4
TOTAL	1532	100,00	1200,00	1532	100,00	1200,0	3064	100,00	1200,0

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.

GRÁFICO Nº 04

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

IDADE DOS NOIVOS — 1840-1899



FONTE: TABELA Nº V

tados como maiores, enquanto que foram registradas, 74, 4,83%, noivas e 23, 1,5% noivos como menores.

Assim sendo, pode-se afirmar que os homens se casavam mais tarde, isto é, quando tivessem alcançado melhores condições econômicas para sustentar a família, ou mesmo uma certa maturidade. O mesmo não acontecia com as mulheres, pois, elas se casavam bem mais cedo e, como em toda a sociedade rural, o seu papel era de "dona de casa", de esposa e mãe. Para exercer tais tarefas não precisava estudo e nem preparação, eram consideradas suficientes as orientações recebidas em casa. Além disso, quanto mais cedo casasse, maiores eram as probabilidades de gerar filhos, como diz HUGON:

"De modo geral a precocidade do casamento é fator que o Brasil influiu grandemente na forte natalidade. Calcula-se que uma mulher que se casa aos 15 anos, e que não pratica a contracepção tem, em média, 12 filhos; casando-se aos 20 anos, 10 filhos; aos 30, 6 filhos. Ora, no Brasil em 1950, 15% das mulheres casadas tinham entre 15 e 19 anos. Proporção muito importante. Na Suíça não era senão de 0,8% e na França 5,6%".¹²⁴

E continua:

"As causas da precocidade no casamento, são diversas: causas biológicas, ligadas ao início da puberdade; causas demográficas, ligadas a uma esperança de vida curta, em certas regiões, o que provoca por reação inconsciente um casamento prematuro; causas econômicas, principalmente as migrações distantes, que isolam o indivíduo e o impelem a constituir família, etc".¹²⁵

HUGON analisa, ainda, a diferenciação das taxas de na-

¹²⁴HUGON, Op. cit., p.147.

¹²⁵Id. Ibid., p.147.

talidade por região e, segundo ele:

"(...) por causas gerais da diminuição da natalidade; o desenvolvimento da urbanização sobretudo".¹²⁶

Portanto, Palmas, como uma comunidade isolada, exigia um aumento rápido da população. E, segundo depoimento de pessoas descendentes dos antigos povoadores, as famílias, em Palmas, eram sempre numerosas.¹²⁷

Não se quer com isto dizer, que se deva tomar Palmas como modelo único no Brasil, nem nivelar todas as comunidades brasileiras aos parâmetros estudados em Palmas. Trata-se da constatação relativa à comunidade de Palmas.

3. Hora da Realização dos Casamentos

Outro aspecto que se analisou foi a questão do horário dos casamentos.

Na tabela VI, distribuíram-se os casamentos, quanto aos horários, a saber: antes das 8:00 horas; das 8:00 às 10:00 horas; das 10:00 às 12:00 horas; das 12:00 às 14:00 horas; das 14:00 às 16:00 horas ou mais e aqueles eventos que não tiveram registrados o horário de sua celebração.

Como nos demais tópicos analisados, nos dois primeiros cortes, os assentos são um tanto falhos, pois não foram registrados todos os dados nos eventos realizados, inclusive o horário.

¹²⁶ HUGON, Paul. Op. cit., p.148.

¹²⁷ SANTOS, José Ferreira dos. (Entrevista)

TABELA VI

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS
1840-1899 - Horário dos Casamentos

ANO	Antes das		Das 8:00 às		Das 10:00 às		Das 12:00 às		Das 14:00 às		Das 16:00 às		TOTAL
	8:00 horas	10:00 horas	10:00 horas	12:00 horas	12:00 horas	14:00 horas	14:00 horas	16:00 horas	16:00 horas	18:00 e mais	18:00 e mais	Consta	
1840-1859	Nº ABS.	01	01	01	01	05	05	12	12	13	33		
	Nº REL.	3,03	3,03	3,03	-	15,16	36,36	39,39	100,00				
	U 1200	37	37	37		181	436	472	1.200				
1860-1879	Nº ABS.	02	08	08	01	28	46	128	221				
	Nº REL.	0,90	3,62	3,62	0,46	12,67	20,81	57,92	100,00				
	U 1200	10,5	43,5	43,5	5,5	152	249,5	695,5	1.200,0				
1880-1899	Nº ABS.	12	55	241	11	174	654	131	1.278				
	Nº REL.	0,93	4,30	18,85	0,87	13,61	51,18	10,26	100,00				
	U 1200	11,3	51,6	226,3	10,4	163,4	614,0	123,0	1.200,0				

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas

No primeiro coorte predominam os eventos em que não foram registrados os horários. Em 33 eventos, 39,39% não têm seu horário registrado; 36,36% ocorreram no horário das 16:00 às 18:00 horas e 15,16% os das 14:00 às 16:00 horas

O mesmo ocorre no segundo coorte. Em 221 registros, 57,92% não possuem a hora de realização da cerimônia; 20,81%, ocorreram das 16:00 às 18:00 horas; 12,67% no horário das 14:00 às 16:00 horas. Nos demais horários, o número significativo de casamentos foi nos dois horários da manhã, das 8:00 às 10:00 e das 10:00 às 12:00 horas, com um percentual de 3,62%.

Já no último coorte ocorrem mudanças. Sem anotação de hora constam apenas 10,25% dos casamentos, enquanto, que das 16:00 às 18:00 horas apareceram 51,18% das 10:00 às 12:00 horas, 18,85% e das 14:00 às 16:00 horas, 13,61%, dos eventos realizados e registrados.

Como em outras situações, buscou-se respostas entre as pessoas mais antigas do lugar. Concluiu-se que as cerimônias religiosas dos casamentos eram realizadas em horários mais próximos do almoço e/ou jantar, uma vez que a cerimônia precedia um banquete, almoço ou jantar, normalmente churrasco, quando se tratava de pessoas de posses, portanto, da categoria social mais rica. Após o banquete, os festejos continuavam, sempre com a presença dos noivos que "abriam" o baile que durava, na maioria dos casos, até o dia seguinte. Mesmo que a festa fosse ao meio dia, à tarde eram servidos bolos e doces e à noite, o baile era indispensável, geralmente na casa dos pais da noiva.¹²⁸

¹²⁸ SANTOS, José Ferreira dos. (Entrevista)

A preferência pelos horários mais tardios se dava pelo fato de os convidados terem que se deslocar das fazendas para a cidade. Como nem todos poderiam vir na véspera, pois, não tinham casa na vila, vinham da fazenda no dia da festa e o transporte se dava a cavalo, carroça ou diligência.¹²⁹

Os festejos se prolongavam até o dia seguinte por vários motivos; eram momentos de encontro de parentes, amigos e compadres que, assim teriam tempo de conversarem e colocarem seus "assuntos em dia". E, também, para facilitar o retorno daqueles que voltavam às suas casas na fazenda, para que o fizessem durante o dia.¹³⁰

Normalmente os noivos não viajavam após o casamento, como acontece hoje. Eles permaneciam na festa até o último convidado se retirar e só então iam para casa.

Os casamentos que aconteciam nos horários mais nobres, mais propícios para a festa eram de pessoas influentes ou ricas. Os casamentos de pessoas de categoria social inferior eram realizados em qualquer horário, desde que não atrapalhassem a realização do casamento da filha de um "coronel", por exemplo. Isto ocorreu mais no início da povoação, quando o padre não morava, ainda, em Palmas e por ocasião de sua visita, o número de casamentos no mesmo dia era grande. A escolha do horário mais conveniente cabia sempre ao casamento da pessoa de maior influência econômica, política ou social, que merecia destaque,

Alguns assentamentos tinham o horário registrado de

¹²⁹ SANTOS, José Ferreira dos. (Entrevista)

¹³⁰ Idem (Entrevista).

4:00 horas da manhã. Provavelmente, foi engano do padre ao passar para o livro correspondente, pois esta hora além de ser ainda noite, é totalmente imprópria para a realização de tal evento.¹³¹

Constam, também, registros de núpcias às 6:00 e 7:00 horas da manhã. É possível que tenham acontecido devido à necessidade de viagem ou dos noivos, ou mesmo do padre que se deslocava para atender, em localidades próximas, ou em alguma fazenda, suas obrigações religiosas. Neste caso há mais probabilidade e coerência do que no anterior, 4:00 horas da manhã.¹³²

Em alguns registros havia a informação de que o evento fora realizado,

"em Cartório Privado por licença especial do Reverendo e Bispo".¹³³

É o caso do registro das núpcias do Dr. Euclides Beviláquia, provavelmente realizado na fazenda, pois o casamento realizou-se

"em Cartório Privado por licença especial do Reverendo e Bispo".¹³⁴

4. Nomes de Noivos

Trabalhou-se, também, os nomes dos noivos, procurando detectar sua nacionalidade através dos mesmos. Analisou-se o

¹³¹Registros da Cúria de Palmas, L.1, p.16v.

¹³²Registros da Cúria de Palmas, L.1, p.91v. e 74v.

¹³³Registros da Cúria de Palmas, L.5, p.97.

¹³⁴Registros da Cúria de Palmas, L.5, p.88v.

TABELA VII

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

1840-1899 - Nomes dos Noivos

NOME	TOTAL	%	U 1200
José	151	9,84	118,30
Manuel	142	9,27	111,20
João	137	8,95	107,30
Antônio	104	6,79	81,50
Joaquim	86	5,62	67,40
Francisco	81	5,29	63,50
Pedro	79	5,16	61,90
Domingos	27	1,77	21,10
Luiz	23	1,51	18,10
Benedicto	20	1,30	15,50
Outros	682	44,50	534,20
Total	1.532	100,00	1.200,00

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas

período total. Em 1.532 eventos ocorridos nos 60 anos pesquisados levantou-se, entre homens, 151, 9,84% com o nome de José; 142, 9,27% com o de Manoel; 137, 8,95%, com o de João; 104, 6,79%, com o de Antônio, seguindo-se Joaquim, Francisco, Pedro, Domingos, Luiz e Benedito, que aparecem com uma frequência superior a 20, 1,3%.

Estes nomes são tipicamente portugueses, como se pode observar através da História do Brasil, nomes que figuravam nas denominações até mesmo de reis e imperadores do Brasil e de Portugal.

Foi grande o número de nomes combinados, como, José Luiz, José João, José Manuel ou João Manuel. Não se computou os nomes combinados, dada a variedade e por absoluta falta de tempo, embora fosse um trabalho interessante.

Nomes anotados na pesquisa são tradicionais em Palmas, que ainda hoje, são registrados entre os descendentes das famílias ligadas aos primeiros povoadores. Como exemplos tem-se: Domingos, José, João, Sebastião, Manuel, entre outros.

Entre os nomes não constantes na tabela VII, aparecem nomes como Florentino, Estephanio, Lázaro e outros mais, que atestam a presença de estrangeiros em nossa comunidade.

Quanto aos nomes femininos, predominou o nome de Maria, havendo 472, 30,80%, noivas com esse nome. Outros nomes que apareceram foram: Anna, com 5,36%, Francisca, 5,10%, Joaquina, Antônia, Balbina, Gertrudes e Rosa com frequência variante entre 2,35% e 1,3%.

Além do alto percentual do nome Maria, grande foi a

TABELA VIII

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

1840-1899 - Nomes das Noivas

NOME	TOTAL	%	U 1200
Maria	472	30,80	369,70
Anna	82	5,36	64,30
Francisca	78	5,10	61,10
Gertrudes	36	2,35	28,20
Joaquina	24	1,57	18,80
Antônia	22	1,44	17,20
Balbina	21	1,38	16,40
Roza	20	1,30	15,70
Outros	777	50,70	608,60
Total	1.532	100,00	1.200,00

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas

quantidade, em torno de 60%, que levava este nome combinando com outro, Balbina Maria, Josefa Maria, Rosa Maria, Zeferina Maria, e outras mais.

É interessante notar que os nomes de Teresa ou Terezi-
nha, muito comuns em outras regiões do Brasil, tem, em Palmas, um
índice bastante baixo se comparado à Maria.

O mesmo que ocorreu com os homens, em relação a nomes
de origem portuguesa, ocorreu com as mulheres, inclusive quanto
a nomes não portugueses, como Adriana, Augusta, Flávia, Hedovir-
ge, Hermenegilda, Victória e outros.

Entre os nomes femininos surgem nomes estranhos, como
Nitoclorina, Junyna, Floxina, Zuitéria, os quais podem ser fru-
to de erros ortográficos de quem os escreveu e não nomes esco-
lhidos pelos pais.

Curioso, ainda, foi encontrar registrado um casamento
cuja noiva se chamava José Carneiro Rio Branco, filha de ex-
escrava.¹³⁵ O fato chamou a atenção e verificada ser a infor-
mação correta, o mais provável é de que tenha havido engano da
parte do oficiante da cerimônia e, portanto, no assentamento.

Observou-se que os registros mais incompletos são os re-
ferentes a escravos, ex-escravos e indígenas. Estes não merecem
tanta atenção como os correspondentes a outros grupos sociais.¹³⁶
Mesmo que apenas um dos cônjuges fosse de origem indígena, es-
cravo ou seu descendente, os dados referentes a ele ou ela não

¹³⁵ Arquivos da Cúria de Palmas. L.4, p.3.

¹³⁶ Arquivos da Cúria de Palmas. L.1, p.144v.
Arquivos da Cúria de Palmas. L.2, p.35.
Arquivos da Cúria de Palmas. L.3, p.16.

foram preenchidas.¹³⁷

Embora o número de casamentos que envolveu o elemento nativo não seja muito elevado, alguns nos servem de exemplos. Crê-se que a quantidade de enlances matrimoniais de elementos índios seja bem maior que o registrado, porém não foram passados todos para o livro correspondente. Tal suposição foi levantada baseada na cooperação e na convivência dos elementos indígena com o branco, desde o início do povoamento de Palmas e mesmo pelos hábitos adquiridos por indígenas que fugiram do Aldeamento do Atalaia em Guarapuava e vieram para Palmas.

Também, muitas falhas dos registros, foram causadas, pelo menos até 1855, pelo fato de o vigário não residir em Palmas e, ao transcrever os registros para o livro próprio, por uma ou por outra razão, não o fazia em sua totalidade. Além disso, devido às longas viagens, pode ter acontecido o extravio dos mesmos.

Não se acredita na desinformação do padre, ou na falta do preparo do mesmo, uma vez que a ele cabia a responsabilidade dos registros civis em todo o Brasil, não apenas na região de Palmas.

Outro aspecto que se estudou foi o nível cultural do povo palmense. A melhor maneira para se procurar conhecer este aspecto é através de levantamento e análise de documentos que contenham assinaturas. É grande o número de registros em que não constam assinaturas dos noivos ou mesmo dos padrinhos. A única assinatura que aparece nos registros é a do vigário ou do celebrante. Mesmo as pessoas de categoria social superior não

¹³⁷ Arquivos da Cúria de Palmas. L.6, p.21.
Arquivos da Cúria de Palmas. L.1, p.106.

assinaram os registros e muitos dos que os fizeram, assinaram arrego de outros.¹³⁸

São muito raros os registros em que aparece a assinatura dos noivos. Devido a situação geográfica e atividade pecuarista, pessoas espalhadas pelas fazendas, eram poucos os que sabiam ler e escrever. A escola era, na época, um privilégio da elite sócio-econômica e, normalmente estava localizada na vila, o que quase impossibilitava aos jovens frequentar a escola.

Não se conseguiu referências a respeito do primeiro professor e/ou escola, e quando começou a funcionar em Palmas.

Não se sabe onde os filhos dos primeiros fazendeiros de Palmas, iam estudar. No início do século XX, os jovens iam estudar em Curitiba ou São Paulo, embora muitos ficassem "internos" em Palmas para estudar.

Até muito pouco tempo, havia em Palmas, duas escolas que, durante a semana mantinham as crianças e jovens em regime de internato, escolas estas cuja criação data do século XX.

Assim sendo, mesmo os filhos de fazendeiros eram analfabetos, em sua maioria, pois, a inexistência de escolas em Palmas e as dificuldades de se chegar à Curitiba eram muitas e os riscos altos, o que dificultava a saída das crianças para estudar.

Além disso a mulher não saía nem para trabalhar e nem para estudar, razão pela qual o índice de analfabetismo era alto, no século XIX.

Afora os aspectos observados, chama a atenção observação como:

¹³⁸Arquivo da Cúria de Palmas. L.1, p.9.

"Ocorreu uma denúncia canônica".¹³⁹

ou:

"Só ocorreu uma denúncia Canônica".¹⁴⁰

Para esclarecer o fato entrevistou-se o Bispo Diocesano de Palmas. Segundo Dom Agostinho, pelo Direito Canônico, diria respeito à denúncias feitas por pessoas, que conhecendo um dos cônjuges, e sabedores de algum impedimento à realização das núpcias, desse ciência ao vigário. Outro tipo de denúncia canônica é quando um dos cônjuges poderia denunciar o outro e anular o casamento. Porém, no caso trata-se de fatos que antecedem o evento.¹⁴¹

Isto pode-se comprovar pelos próprios registros, conforme transcrição abaixo:

"Thomaz Pereira com Vergínia Maria dos Santos. Aos vinte e oito de outubro do anno de mil oitocentos e oitenta e seis na Igreja filial de Bella Vista desta parochia de Palmas, tendo o nubente justificado o seu estado de solteiro e desempedido, tendo corrido só uma denúncia canônica ficando outras duas suprimidas pela justificação, justo as disposições do Exmo. e Rev.mo Sr. Vigário Geral Forense da Província na Província que remeteo em seis de setembro do corrente anno, feitas as outras diligências do estylo e não constando impedimento algum em minha presença e dos testemunhas, José Lustosa Siqueira e Leopoldino d'Oliveira Dico; pessoas por mim reconhecidas, as quatro horas da tarde (depois de se terem confessados) in facie Ecclesiae por palavras de presentes receberão em matrimônio Thomaz Pereira e Verginia Maria dos Santos; Aquelle nascido e baptisado na Paroquia de Itapetinga, província de São Paulo, de vinte e dois annos de idade e filho de Antônio Pereira e de Maria Soares; e esta nascida e baptisada nesta

¹³⁹ Arquivos da Cúria de Palmas. L.2, p.31v.

¹⁴⁰ Arquivos da Cúria de Palmas. L.2, p.30.

¹⁴¹ SARTORI, (Dom) Agostinho José. (Entrevista em 16/07/87).

parochia, de quatorze annos de idade e filha de Manoel Domingos dos Santos e de Anna Pereira do Espirito Santo. E para contar lavrei o presente termo, que assigno. O vigario Achilles Saporiti".142

Outras expressões foram usadas para o mesmo fato:

"dispensados os banhos devido a necessidade de urgência do casamento".143

ou

"Dispensados dos três proclamas".144

Mais uma vez ressalta-se a responsabilidade e o zelo do padre para com os registros, tanto do ponto de vista civil como religioso. Embora, em muitos casos, já vistos, tenha havido falhas da parte dos celebrantes, durante todo o período estudado.

142 Arquivos da Cúria de Palmas. L.2, p.31v.

143 Arquivos da Cúria de Palmas. L.1, p.36v.

144 Arquivos da Cúria de Palmas. L.2, p.30.

CAPÍTULO VI

NATALIDADE

A evolução da população de Palmas está condicionada à imigração, inicialmente dos bandeirantes, conquistadores e colonizadores da região. A esse grupo acrescentam-se os Tropeiros, vindos de outras províncias, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além dos paranaenses que continuaram a vir para Palmas.

Registrou-se, também, a chegada de elementos oriundos de outras províncias do Brasil, como Ceará, Goiás, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outras, que, embora em menor número, contribuíram para o crescimento da população. A partir de 1850 começaram a aparecer pessoas vindas do exterior, destacando-se o polonês e o italiano. Além desses, assinala-se a presença de alemães, argentinos, paraguaios, entre outros, conforme se pode comprovar no Anexo VI.

A partir de 1860, iniciaram-se os registros de filhos de pais não palmenses aqui radicados. A partir deste momento o palmense começa, efetivamente, a contribuir para o crescimento da população.

Natalidade e mortalidade são as duas variáveis que mais influem no crescimento de uma população, pois, em certos casos, o aumento de uma depende do decréscimo de outra. Em outros momentos, altas taxas de natalidade acompanhadas de altas taxas de mortalidade, correspondem a um crescimento pouco acima da sobrevivência biológica; altas taxas de natalidade e baixas de mortalidade provocam um crescimento maior, chegando, em muitos casos, a caracterizar uma verdadeira explosão demográfica.

Além dos citados, outros fatores interferem nas taxas de natalidade, especialmente o estágio sócio-econômico de uma

comunidade; quanto mais tradicional ela for, maiores as taxas de natalidade e mortalidade.

Nas sociedades rurais, agrárias, elas se comportam de forma semelhante às das sociedades mais primitivas, a fertilidade é alta como também o número de filhos, pois esses representam mão-de-obra não remunerada. Já nas sociedades urbano-industriais as taxas de natalidade diminuem, bem como as de mortalidade, além do número de filhos por família.

A queda da natalidade nas cidades pode ser atribuída a uma série de fatores: os progressos da medicina que prolonga a vida das pessoas e previne contra doenças infecto-contagiosas, as melhorias no setor de saneamento básico, o que é mais fácil de acontecer nas regiões rurais.

O desenvolvimento econômico age em duas direções, na melhoria da qualidade de vida, alimentação, educação e moradia da população, que permite a diminuição da mortalidade. Por outro lado, o fato da mulher trabalhar fora de casa, leva a uma diminuição das taxas de natalidade e, conseqüentemente, há uma redução do crescimento vegetativo da população.

As taxas de natalidade, de mortalidade e a distribuição da população no Brasil se apresentam de uma forma desigual de uma região para outra, e mesmo de um estado para outro.¹⁴⁵

O Paraná até 1853 pertencia à São Paulo, era a quinta Comarca daquela província. As primeiras cifras sobre a população do Paraná que se encontrou datam de 1779 e 1780. Dos 17.288 habitantes, 7.428, 42,9% estavam no litoral e os 9.860 restan-

¹⁴⁵HUGON. Op.cit., p.164.

tes 57,1% moravam no interior, no planalto.¹⁴⁶

É importante notar que a grande maioria da população do Planalto residia em Curitiba. Em 1779, a futura capital da Província do Paraná contava com 6.828 habitantes, ou seja 69%.¹⁴⁷

TABELA IX
POPULAÇÃO DO PARANÁ 1779-1780

ANO	REGIÃO	POPULAÇÃO	%
1779	Litoral	7.428	42,9
1780	Planalto	9.860	57,1
TOTAL		17.288	100,0

FONTE: PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. p.25.

TABELA X
POPULAÇÃO DA PROVÍNCIA DO PARANÁ - 1854

REGIÃO	TOTAL	%
Litoral	19.442	31,2
Planalto	42.816	68,8
TOTAL	62.258	100,0

FONTE: PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. p.25.

¹⁴⁶ PADIS, Op.cit., p.24.

¹⁴⁷ Id. Ibid., p.25.

Em 1854, eram 62.268 habitantes do Paraná todo, destes 31,2% distribuíram-se pelas vilas espalhadas pelo Planalto, sendo que Curitiba possuía, na época, 15,8% do total da população de Planalto. Nesta mesma época, Palmas contava com 734 habitantes, igual a 1,7% da população planaltina.¹⁴⁸

TABELA XI
POPULAÇÃO RELATIVA DO BRASIL E PARANÁ

ANO	BRASIL	PARANÁ	%	ÍNDICE
1853	7.677.800	+ 62.000	-1,0	100
1872	9.930.478	126.722	1,3	203
1890	14.333.915	249.491	1,7	402

FONTE: PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. p.26.

Na época da emancipação da Província do Paraná, o Brasil possuía uma população de 7.677.800 habitantes. O Paraná, nesta época, contribuía com menos de 1% do total da população nacional.

Já em 1872, dos 9.930.478 habitantes do Brasil, 126.722, que representam 1,3% do total, estavam no Paraná. Em menos de 20 anos houve um crescimento populacional de mais de 100%. Segundo PADIS:

"Mesmo que se considerem possíveis erros na apuração de ambos os dados, é inegável que hou-

¹⁴⁸ PADIS, Pedro Calil. Op. cit., p.26.

ve um crescimento apreciável da população".¹⁴⁹

No recenseamento de 1890, mostrava para o Brasil uma população igual a 14.333.915, dos quais 249.491, 1,7%, no Paraná, apresentando um crescimento em torno de 100% em 18 anos.¹⁵⁰

Palmas, nesta época era responsável por 2,8% do total do Paraná, com uma população de 7.068 indivíduos. Portanto, a população de Palmas teve um crescimento de 862% em 38 anos. Este crescimento de acordo com a Teoria de Malthus, se caracteriza em taxas elevadíssimas, podendo se constituir numa verdadeira explosão demográfica.

1. Natalidade em Palmas

Ao se analisar a natalidade da população livre em Palmas, deparou-se com situações diferenciadas, a saber, filhos legítimos, naturais e indígenas.

Procedeu-se assim por serem expressivos os números correspondentes a cada um destes grupos sociais.

Embora a conquista e o povoamento dos campos de Palmas date de 1838, os primeiros registros oficiais são de 1843, data em que Palmas passou a integrar a Freguesia de Guarapuava.

Embora a descoberta e o início da povoação de Palmas date de 1838, tomou-se o ano de 1840 como data inicial do período estudado por questões metodológicas, ou seja, para completar os três cortes de 20 anos cada um, uma vez que não

¹⁴⁹ PADIS, Pedro Calil. Op.cit., p.27.

¹⁵⁰ Id. Ibid., p.27.

se pretendia adentrar no século XX.

Quanto ao período de 1840 a 1843 não se conseguiu nenhuma referência a não ser que o responsável por Palmas foi o Padre Ponciano José de Araújo. Ele chegou aqui juntamente com uma das bandeiras conquistadoras e tinha o direito de Altar Portátil, direito esse concedido a padres que se deslocassem para as vilas do interior ou se dedicassem à catequização do indígena. Palmas, nesta época, pertencia à Freguesia de Castro.

A contribuição do indígena, foi de grande valor para a população branca de Palmas. Ainda hoje existem na região vários agrupamentos, nos Postos Indígenas. Em Palmas o Posto Fioravante Esperança, em Mangueirinha e em Bom Jesus, Santa Catarina, onde se reuniram os remanescentes dos índios da região de Palmas, Mangueirinha, Chapecô e Xanxerê.

O fato de ter havido um grande número de filhos naturais em Palmas, foi atribuído à presença do índio e dos escravos na região. Com isto, não se pretende defender a sociedade patriarcal escravagista, porém, foi o que se pode constatar ao se analisar as atas dos registros, pela forma como foram preenchidas e, mesmo, que em muitas delas cita a categoria da mãe, como - mulata e/ou índia.

Pelos costumes da época, possibilitou o relacionamento entre brancos, negros e indígenas fora do casamento, dando origem à população mestiça, denominada "cabocla", no Brasil e na região.

Embora se faça referências aos escravos na análise referente aos livres, uma vez que fazem parte do mesmo contexto, eles serão tratados mais adiante.

A natalidade em Palmas, no período estudado apresenta uma tendência de crescimento bastante elevada, conforme comprovação na tabela XII.

Os registros de batizados, que na verdade são os oficiais, apresentam algumas lacunas. Isto ocorreu, as vezes, por vários anos seguidos, como 1840 a 1843, sem registro. O mesmo acontece nos anos de 1848, 1850, 1851, 1855, 1858 e 1861. Somente a partir de 1862 não ocorreram mais lacunas com faltas parciais ou totais de registros.

Não se encontrou explicações para tal fato, principalmente porque, como ficou comprovada no capítulo referente à origem da População de Palmas, a predominância do elemento português é evidente. Assim sendo, os rituais católicos eram seguidos a rigor e com muita fé, devoção e principalmente, por serem os registros de batizados, os oficiais para a cidadania do indivíduo.

A explicação aceita é a de que o padre não morando em Palmas e não trazendo consigo os livros de registros e ao transcrever os registros nos livros correspondentes não o tenha feito com cuidado necessário, ou mesmo, tenha extraviado as anotações durante as viagens. Devido às extensões que percorriam em suas visitas pastorais não era difícil perder alguma anotação pelo caminho.

Além disso, como era costume, os padres recebendo o direito de Altar Portátil e, muitas vezes, dedicando-se ao "bandeirantismo", demoravam anos para voltar às Freguesias a que pertenciam facilitando, assim, tais falhas. O direito de Altar Portátil dava ao padre, além da obrigação e direito de desem-

TABELA XII
 PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS
 1840-1899 - Nascimentos - Livres

ANO	NASCIMENTO	BATIZADO	CONCEPÇÃO	
1840	02	-	02	
1841	05	-	10	
1842	09	-	09	
1843	08	28	03	
1844	02	07	03	Nascimentos anteriores à
1845	09	10	11	1840 = 13
1846	11	09	09	Não consta data = 10
1847	06	09	10	
1848	14	-	09	
1849	07	16	11	
1850	12	-	14	
1851	19	-	29	
1852	28	39	30	Concepções anteriores à
1853	32	40	25	1840 = 16
1854	18	28	11	Não consta data = 10
1855	14	-	33	
1856	29	48	10	
1857	09	22	04	
1858	03	-	02	
1859	03	04	02	
1860	03	01	04	Não consta data de batizado
1861	03	-	04	= 02
1862	04	02	05	
1863	07	03	07	
1864	08	02	06	
1865	07	02	29	
1866	37	03	39	
1867	56	02	52	
1868	40	77	72	
1869	70	39	74	
1870	76	95	69	
1871	78	59	81	
1872	75	125	77	
1873	74	44	80	
1874	93	86	91	
1875	74	102	38	
1876	32	35	38	
1877	43	01	88	
1878	109	63	125	
1879	134	170	169	
1880	180	96	160	
1881	167	118	206	
1882	204	249	259	
1883	268	184	251	
1884	241	230	235	
1885	260	253	284	
1886	264	341	259	
1887	279	248	304	
1888	279	315	285	
1889	299	188	295	
1890	294	252	322	
1891	355	260	374	
1892	384	310	432	
1893	425	443	546	
1894	612	315	564	
1895	514	713	488	
1896	514	598	505	
1897	521	379	584	
1898	505	595	315	
1899	257	848	29	

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.

penhar suas funções sacerdotais, o compromisso de efetivar os registros oficiais das cerimônias religiosas celebradas.

Além dos padres não residirem inicialmente, em Palmas, as lacunas podem ser explicadas pelos laços mantidos pelos primeiros povoadores com os locais de origem, Guarapuava, Palmeira, Castro, Curitiba e outros. Pode ter acontecido que ao buscarem a Igreja para a realização de eventos religiosos, tenham buscado aquelas localidades e os registros constarem nos livros das mesmas.

Outra suposição para explicar o ocorrido são as constantes trocas de vigários, associadas às longas viagens, pelo menos até 1855, quando foi criada a Paróquia de Palmas. Referindo às constantes trocas de vigários pode-se levantar a suposição de que nem todos eles tiveram os mesmos cuidados com os registros o que teria contribuído para as falhas citadas. Em relação às viagens, como eram feitas a cavalo ou de diligência, estavam sujeitos a ataques de índios contrários aos brancos, podem ter acontecido e, nesse caso, serem danificados e mesmo perdidos os registros.

Analisou-se separadamente, os registros de filhos legítimos, naturais e indígenas.

Notou-se, em relação aos registros, que os referentes aos brancos legítimos, mereceram uma atenção especial, são mais completos, faltam menos dados que os referentes aos filhos naturais e indígenas.

Quanto aos filhos naturais, considerados ilegítimos, seu número foi bastante elevado.

Este fato levou a levantar uma série de hipóteses na

tentativa de explicá-lo.

Havia grande número de uniões não realizadas na Igreja, vivendo os cônjuges maritalmente e tendo, às vezes, vários filhos antes de buscarem a oficialização da união. A comprovação pode ser feita por anotações do sacerdote nos registros de casamentos:

"O casal Joaquim e Marcelina, declaram que receberão como filhos legítimos os meninos João; Olympio; Antônio; Sebastião; Rozalina; Pedro, nascidos de uma união deles ante núpcias".¹⁵¹

Ou:

"Os noivos declaram que receberão como filhos legítimos: Florêncio, Antônio, Maria, Joaquim, Maria Josepha, Fideles, João, nascidos da união deles ante núpcias".¹⁵²

Ou ainda:

"Os noivos declaram que os dois filhos tidos antes do casamento serão adotados como filhos legítimos".¹⁵³

O número de mães solteiras era relativamente alto entre os habitantes da região. Não se precisou a que categoria social pertenciam, porém, pela forma como os registros foram preenchidos tudo nos leva a supor que eram negras, mulatas ou indígenas.¹⁵⁴

A quantidade de filhos ilegítimos aumentou muito nos últimos anos de escravidão no Brasil, continuando mesmo após a abolição.

¹⁵¹ Arquivos da Cúria de Palmas. L.5, p.58.

¹⁵² Arquivos da Cúria de Palmas. L.5, p.96.

¹⁵³ Arquivos da Cúria de Palmas. L.1, p.92v.

¹⁵⁴ Arquivos da Cúria de Palmas. L.1, p.23 e 23v.

Não eram tão frequentes os casamentos de branco com negra ou mulata e/ou indígena, porém ocorreu a miscigenação das três etnias que formaram o povo brasileiro.

O fluxo de crescimento dos filhos naturais acompanhou, mais ou menos, o dos filhos legítimos, estando sujeitos às mesmas variáveis e mudanças destes.

Deve-se salientar, ainda, a quase total ausência de filhos expostos.

A exemplo da cidade de São Paulo, onde o número de filhos ilegítimos, naturais, "bastardos", é relativamente alto, em Palmas isto não ocorreu.¹⁵⁵

Como já foi dito, atribuiu-se o grande número de filhos naturais à presença do negro e do indígena, convivendo com o elemento branco. Embora não se descarte a hipótese de haver brancos nas mesmas condições, porém, em número bem mais reduzido.

Devido às circunstâncias da época, não havia o costume de abandonar as crianças, mesmo aqueles de pai ignorado.

Muito frequentemente ocorriam adoções, por parte da fazendeiros e proprietários da região, tendo esses os mesmos direitos que os filhos legítimos.¹⁵⁶

Os próprios parentes, tios, padrinhos ou pais, da mãe das crianças, criavam-nos juntamente com seus próprios filhos.

A escassez de mão-de-obra, com a abolição da escravatura e mesmo antes, motivou a "adoção", procurando assim, suprir

¹⁵⁵ MARCILIO, Maria Luiza. A cidade de São Paulo. Povoamento e População 1750-1850, SP, Pioneira, 1973. p.111.

¹⁵⁶ SANTOS, José Ferreira. Entrevista.

esta falta com elementos ligados à família.¹⁵⁷

2. Movimentos Sazonais dos Nascimentos

Conforme se disse anteriormente, apesar dos primeiros registros serem de 1843, tomou-se como data inicial, para estudo, o ano de 1840, por questões metodológicas.

Entretanto, observando-se a tabela XII (p.141), correspondente aos nascimentos, batizados e concepções de livres, pode-se verificar que a única coluna que não tem início em 1840 é a correspondente aos batizados.

Verifica-se que houve nascimentos e concepções antes mesmo de 1840. Pode-se supor que houve nascimentos antes da vinda da família para Palmas, porém, o registro de batizado correspondia à Certidão de Nascimento e, assim sendo, aqui foram registrados.

Com isto, acredita-se justificar o porque de se ter tomado 1840 e não 1843, como marco inicial para nosso estudo.

Pois, embora o início dos registros tenham acontecido oficialmente a partir de 1843 a povoação já se desenvolvia normalmente, antes dessa data.

Assim sendo, no primeiro ano em que foram iniciados os registros, 1843, foram anotados 28 eventos, que representariam os nascimentos, ocorridos em Palmas, entre 1840 e 1843, o que, mais uma vez, justifica o início do estudo em 1840. Comparando as tabelas XIII, referente aos nascimentos, XIV e XV, referente aos batizados e concepções, observa-se que, na maioria dos

¹⁵⁷ SANTOS, José Ferreira. Entrevista.

TABELA XIII

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

1840-1899 - Nascimentos de Livres - Sazonalidade

Nascimentos anteriores a 1840=13

Não consta data de nascimento = 10

IESES		ANOS								
		1840-1859			1860-1879			1880-1899		
		Nº ABS	Nº REL	U 1200	Nº ABS	Nº REL	U 1200	Nº ABS	Nº REL	U 1200
Jan	L	05	2,08	25	61	6,00	71,6	488	7,16	86
	N	04	1,66	20	09	0,87	10,6	78	1,14	14
	I	07	2,91	36	08	0,78	09,4	15	0,21	02
Fev	L	11	4,59	54	51	5,00	59,6	409	6,00	72
	N	07	2,91	35	10	1,00	11,8	69	1,01	12
	I	02	0,83	9,5	-	-	-	09	0,13	01
Mar	L	17	7,09	85	54	5,27	63,3	450	6,60	79
	N	04	1,66	20	16	1,56	18,8	59	0,87	10
	I	01	0,41	4,5	06	0,58	07,0	10	0,14	01
Abr	L	07	2,91	36	48	4,70	56,4	385	5,64	67
	N	05	2,08	25	09	0,87	10,6	58	0,86	10
	I	01	0,41	4,5	03	0,29	3,5	06	0,09	01
Maio	L	04	1,66	20	55	5,37	64,6	504	7,39	88
	N	04	1,66	20	07	0,68	08	62	0,90	11
	I	02	0,83	9,5	03	0,29	3,5	17	0,24	03
Jun	L	08	3,34	40	87	8,50	102	437	6,40	77
	N	04	1,66	20	17	1,66	20	61	0,90	10
	I	-	-	-	07	0,68	08	09	0,13	01
Jul	L	09	3,75	45	54	5,27	63,4	511	7,50	90
	N	07	2,91	36	06	0,58	07	102	1,50	17
	I	02	0,83	9,5	05	0,48	5,8	04	0,05	0,7
Ago	L	19	7,91	94,5	80	7,82	94	580	8,50	102
	N	07	2,91	36	18	1,75	21	76	1,11	13
	I	04	1,66	20	06	0,58	07	08	0,11	01
Set	L	11	4,59	54	95	9,29	111,5	491	7,20	86
	N	03	1,25	15	23	2,24	27	84	1,23	15
	I	13	5,41	65	21	2,05	24,7	10	0,14	01,4
Out	L	14	5,84	70	63	6,15	74	540	7,91	95
	N	05	2,08	25	16	1,56	18,8	87	1,28	15
	I	02	0,83	9,5	10	1,00	11,8	07	0,10	01
Nov	L	12	5,10	61	61	6,00	71,5	504	7,38	88
	N	07	2,91	36	11	1,07	13	80	1,18	14
	I	03	1,25	15	03	0,29	3,5	06	0,09	01
Dez	L	13	5,41	65	80	7,82	94	521	7,63	91
	N	02	0,83	9,5	18	1,75	21	80	1,18	14
	I	14	5,84	70	02	0,20	2,3	05	0,08	0,9
TOTAL		240	100,00	1.200,0	1.023	100,00	1.200,0	6.822	100,00	1.200,0

Convenção: L = Legítimo

N = Natural

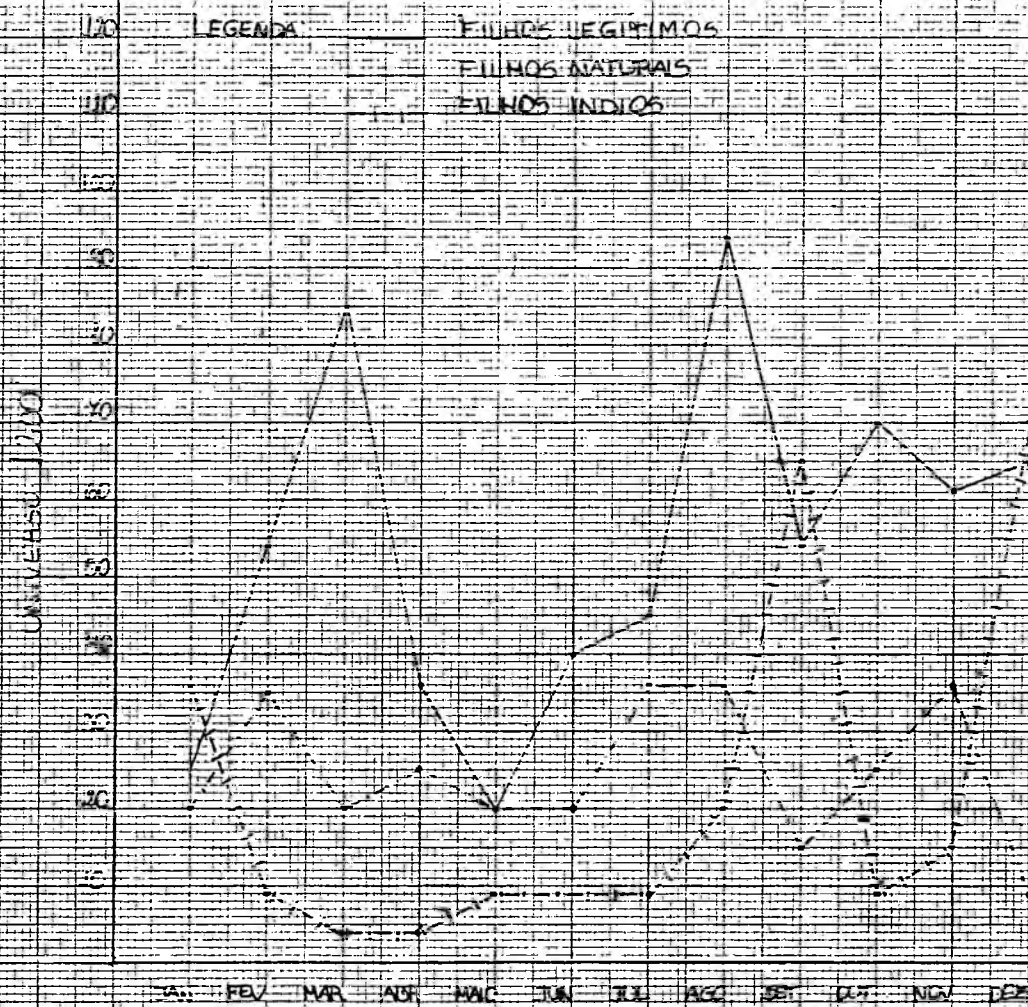
I = Índio

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.

GRAFICO Nº 05

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

PERÍODO DE 1840-1859 - NASCIMENTOS DE LIVRES



FONTE: TABELA Nº XLII

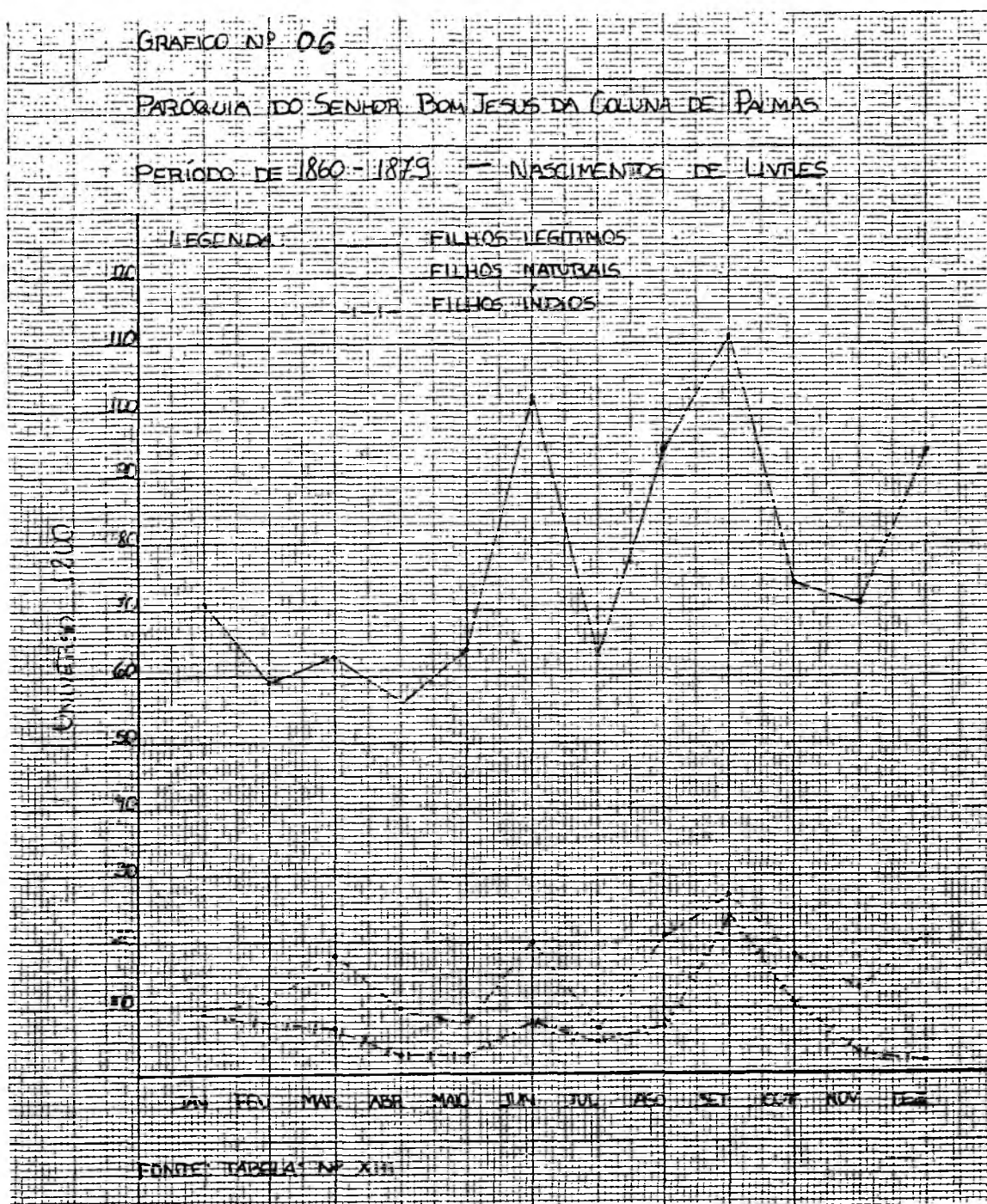
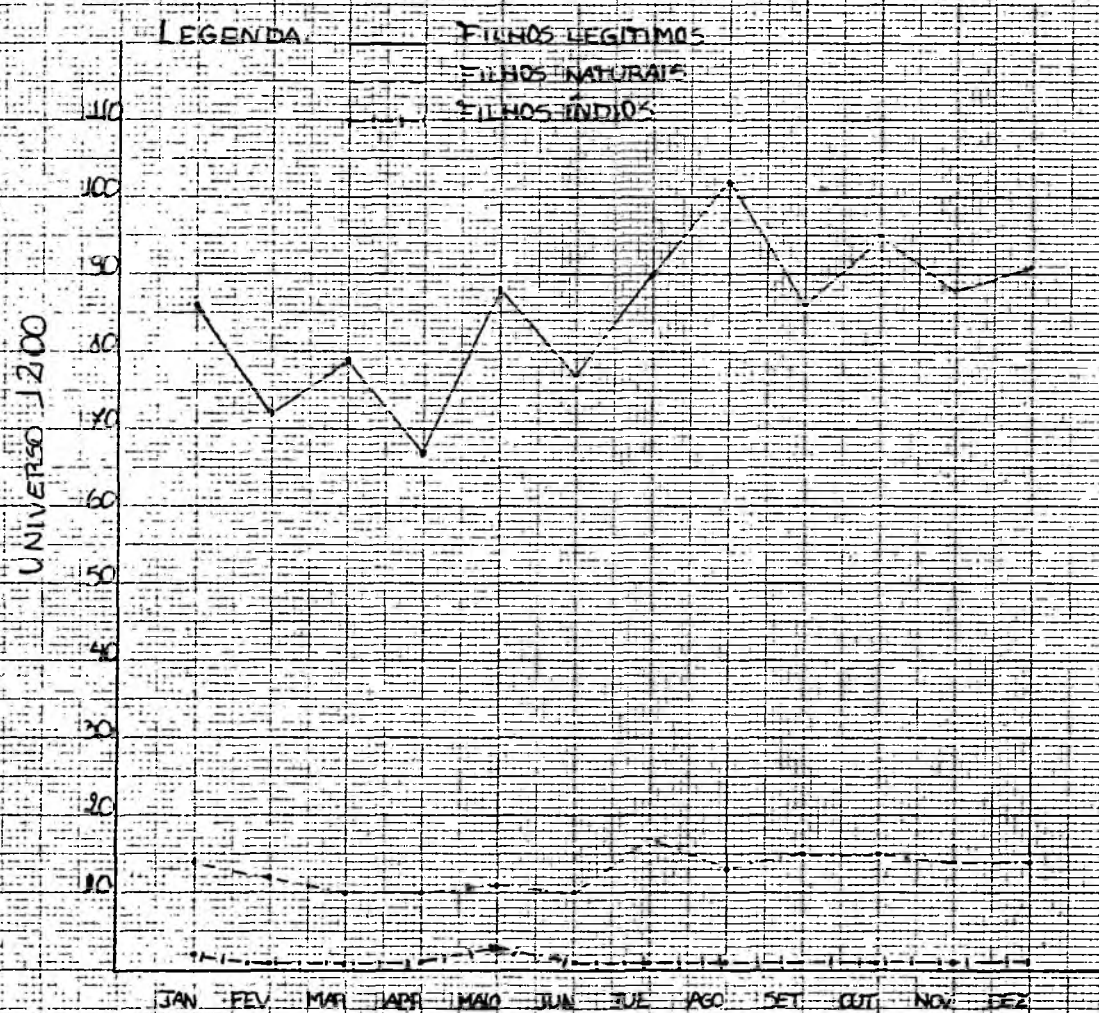


GRÁFICO Nº 07

PARÓQUIA DO SENHOR BON JESUS DA COLINA DE PALMAS

PERÍODO DE 1880 A 1891 - NASCIMENTOS DE LIVRES



FONTE: TABELA Nº XIII

TABELA XIV

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

1840-1899 - Batizados de Livres - Sazonalidade

Não consta data = 02

MESES	COND. SOC.	ANOS								
		1840-1859			1860-1879			1880-1899		
		Nº ABS	Nº REL	U 1200	Nº ABS	Nº REL	U 1200	Nº ABS	Nº REL	U 1200
Jan	L	11	4,23	51	39	4,28	51,5	478	6,90	83
	N	04	1,53	18,5	15	1,65	19,8	87	1,25	15
	I	10	3,84	46,1	08	0,88	10,5	16	0,23	03
Fev	L	12	4,61	55,5	66	7,25	87	448	6,45	77
	N	09	3,46	41,5	08	0,88	10,5	68	0,68	12
	I	04	1,53	18,5	01	0,10	01,3	05	0,07	01
Mar	L	08	3,07	37	34	3,74	44,7	499	7,20	86
	N	01	0,38	04,5	10	1,10	13	56	0,90	09
	I	-	-	-	03	0,32	04	06	0,08	01
Abr	L	10	3,84	46,1	82	9,00	108	662	9,54	117
	N	02	0,76	09	17	1,87	22,3	84	1,21	14
	I	02	0,76	09	06	0,66	08	06	0,08	01
Mai	L	06	2,30	27,5	29	3,19	38	448	6,45	77
	N	05	1,92	23	04	0,44	05,3	77	1,11	13
	I	09	3,46	41,5	01	0,10	01,3	21	0,30	03
Jun	L	03	1,15	14	42	4,61	55,4	233	3,35	40
	N	06	2,30	27,5	08	0,88	10,5	31	0,44	05
	I	-	-	-	01	0,10	01,3	11	0,15	02
Jul	L	04	1,53	18,5	44	4,82	58	487	7,02	84
	N	02	0,76	09	05	0,55	06,5	88	1,26	15
	I	-	-	-	08	0,88	10,5	01	0,01	01
Ago	L	16	6,15	74	42	4,61	55,4	408	5,80	71
	N	10	3,84	46,1	04	0,44	05,3	67	1,00	11
	I	03	1,15	14	01	0,10	01,3	15	0,21	02
Set	L	24	9,23	111	133	14,60	175,1	411	6,00	71
	N	04	1,53	18,5	28	3,08	37	56	0,90	09
	I	15	5,76	69,2	13	1,42	17,1	28	0,40	05
Out	L	17	6,52	78,5	30	3,30	39,5	458	6,70	79
	N	03	1,15	14	07	0,77	09,3	75	1,08	13
	I	01	0,38	04,5	01	0,10	01,3	05	0,07	01
Nov	L	12	4,61	55,5	33	3,63	43,4	449	6,47	78
	N	12	4,61	55,5	12	1,31	16	90	1,30	15
	I	03	1,15	14	06	0,66	08	07	0,10	01
Dez	L	14	5,38	64,5	139	15,26	183,2	907	13,08	160
	N	04	1,53	18,5	24	2,64	31,5	140	2,01	24
	I	14	5,38	64,5	07	0,77	09,2	07	0,10	01
TOTAL		260	100,00	1.200,0	911	100,00	1.200,0	6.935	100,00	1.200,0

Convenção: L = Legítimo
 N = Natural
 I = Índio

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.

TABELA XV

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

1840-1899 - Concepção de Livres - Sazonalidade

Concepções anteriores a 1840=16

Não consta data de concepção = 10

SES	COND. SOC.	ANOS								
		1840-1859			1860-1879			1880-1899		
		Nº ABS	Nº REL	U 1200	Nº ABS	Nº REL	U 1200	Nº ABS	Nº REL	U 1200
a	L	14	5,90	71,5	61	5,31	64	541	8,08	97
	N	05	2,10	25	17	1,48	18	88	1,31	16
	I	02	0,83	10	10	0,87	10,5	07	0,10	01
v	L	11	4,64	55	58	5,05	60,5	508	7,59	91
	N	07	2,95	35	11	1,00	11,5	77	1,14	14
	I	03	1,26	15	03	0,26	03	08	0,11	01
r	L	14	5,90	71,5	80	7,00	83,5	511	7,78	93
	N	01	0,42	05	18	1,56	19	80	1,20	14
	I	14	5,90	71,5	02	0,17	02	06	0,09	01
r	L	05	2,10	25,5	70	6,10	73	481	7,19	86
	N	05	2,10	25,5	10	0,87	10,5	76	1,13	14
	I	06	2,53	30,5	12	1,04	12,5	12	0,18	02
io	L	11	4,64	55,0	59	5,13	61,5	397	5,92	71
	N	06	2,53	30,5	15	1,30	15,5	65	0,98	12
	I	03	1,26	15	-	-	-	10	0,15	02
i	L	17	7,17	86,5	65	5,66	68	436	6,51	78
	N	04	1,68	20	18	1,56	19	56	0,83	10
	I	01	0,42	05	06	0,52	06	10	0,15	02
l	L	07	2,95	35,5	60	5,22	63	371	5,53	66
	N	05	2,10	25,5	10	0,87	10,5	55	0,82	10
	I	01	0,42	05	07	0,60	07,5	03	0,05	0,5
o	L	04	1,68	20	68	6,00	71	491	7,33	88
	N	05	2,10	25,5	08	0,69	08,5	60	0,90	11
	I	01	0,42	05	03	0,26	03	17	0,26	03
t	L	08	3,47	40,5	97	8,44	101,5	440	6,58	78
	N	04	1,68	20	21	1,82	22	60	0,90	11
	I	-	-	-	06	0,52	06	07	0,10	01
t	L	09	3,89	45	61	5,31	64	500	7,47	90
	N	07	2,95	35,5	07	0,60	07,5	101	1,50	18
	I	02	0,83	10	06	0,52	06	03	0,05	0,5
v	L	18	7,59	91,5	98	8,53	102,5	562	8,40	101
	N	08	3,37	40,5	19	1,65	20	75	1,11	14
	I	03	1,26	15	07	0,60	07	07	0,10	01
z	L	11	4,64	55,0	108	9,40	113	475	7,10	85
	N	04	1,68	20	23	2,00	24	84	1,26	15
	I	11	4,64	55,0	24	2,09	25	07	0,10	1,0
TOTAL		237	100,00	1.200,0	1.148	100,00	1.200,0	6.697	100,00	1.200,0

Convenção: L = Legítimo

N = Natural

I = Índio

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.

GRAFICO Nº 08

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

PERÍODO DE 1840-1859 - CONCEPÇÃO DE LIVRES

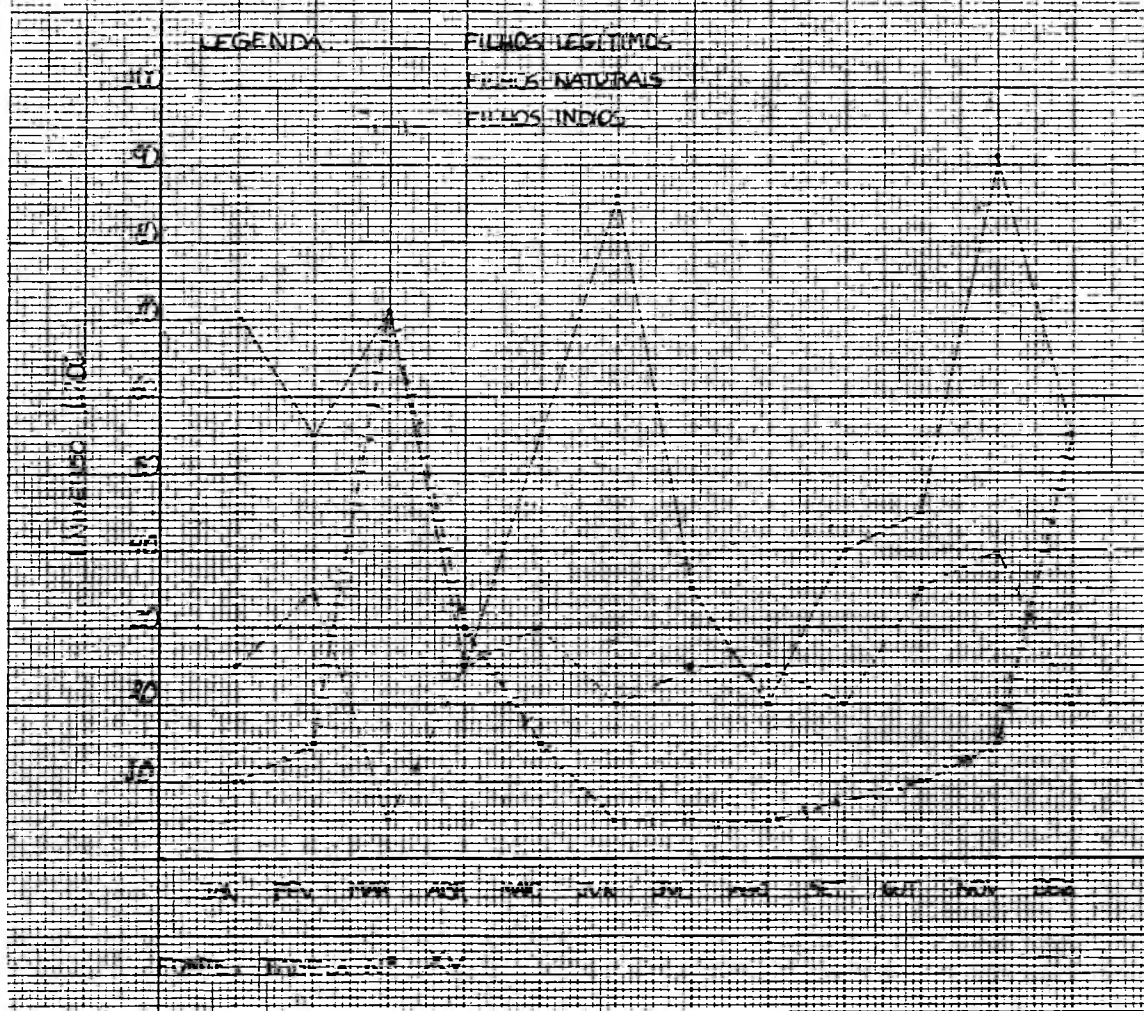
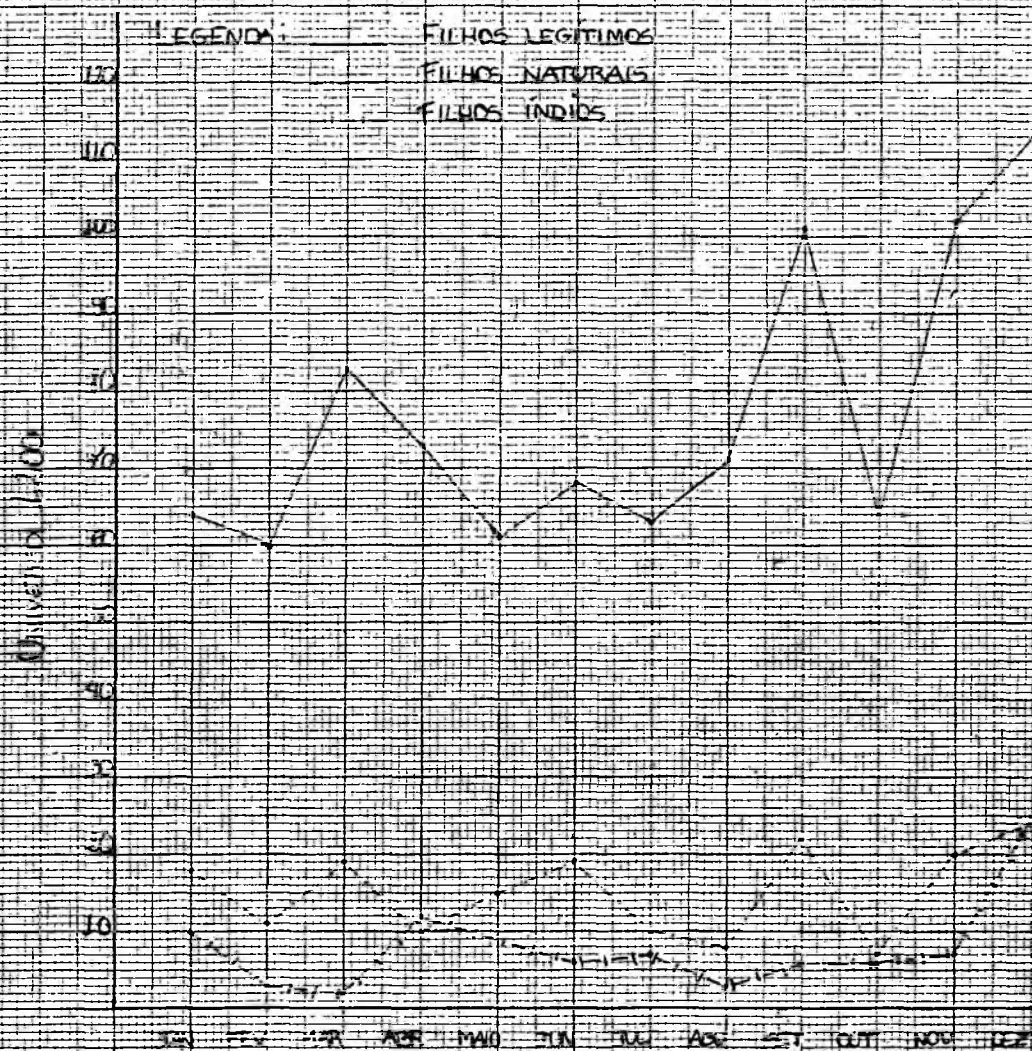


GRÁFICO Nº 09

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLINA DE PALMAS

PERÍODO DE 1860 A 1879 - CONCEÇÃO DE LIVRES

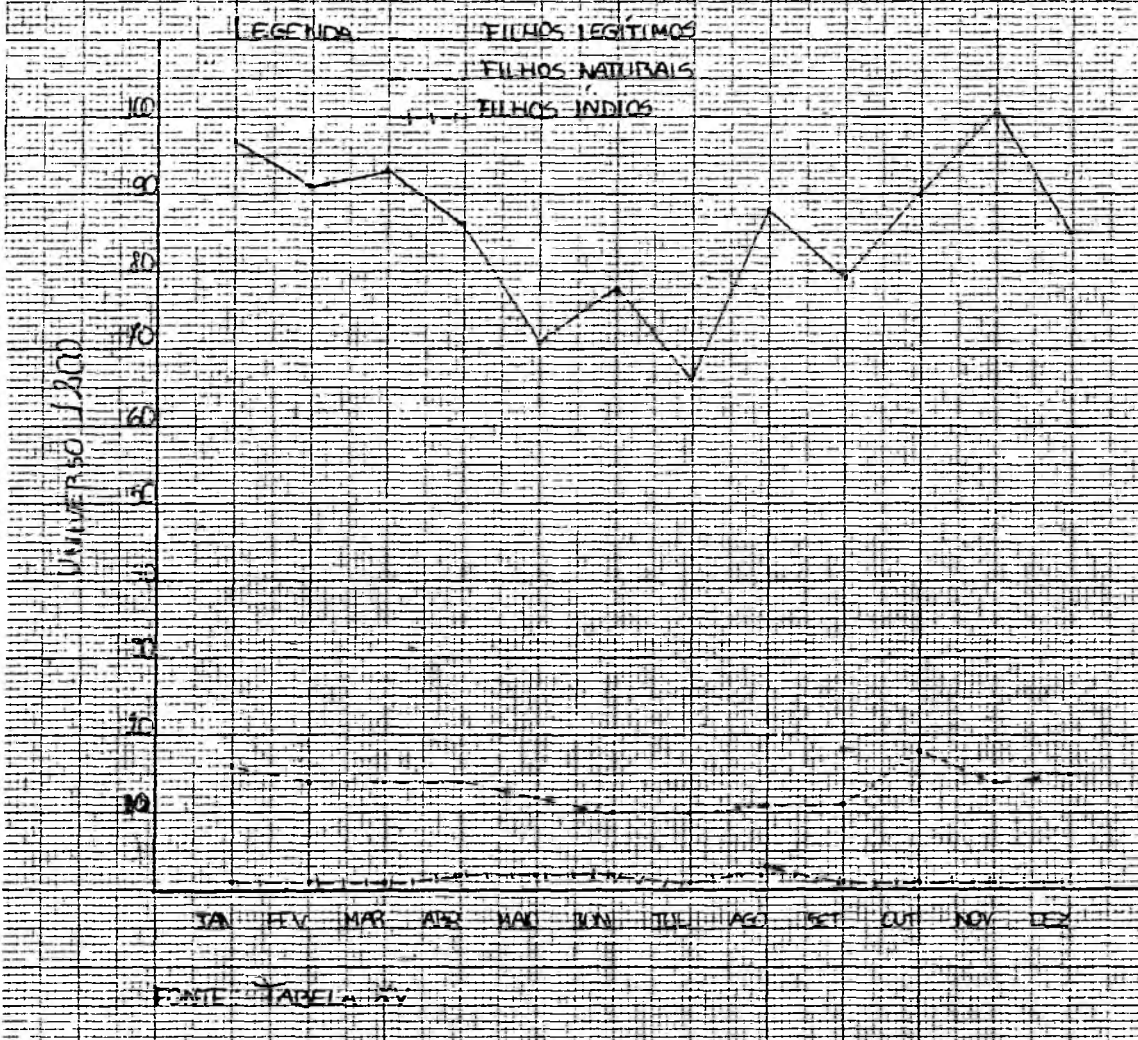


FONTE: TABELA Nº XV

GRÁFICO Nº 10

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA CÍRRIA DE PALMAS

PERÍODO DE 1880 A 1899 - CONCEÇÃO DE LIVRES



casos, quando num ano não foi feito nenhum registro, no seguinte o número se eleva. Isto ocorreu em 1843, quando se podia prever duas visitas do padre, uma em abril/maio e a outra em setembro. Em 1849, se englobavam os batizados dos nascidos em 1848, o padre teria visitado Palmas apenas uma vez, isto é, em fevereiro. Já em 1852, a situação se alterou, parece que o padre esteve em Palmas desde o mês de agosto até dezembro, pois, tem-se eventos registrados no decorrer de todos os meses do segundo semestre. O mesmo ocorreu no ano de 1856, quando foram registrados 48 batizados, todos nos seis meses finais do ano.

No período compreendido entre 1858 e 1867, houve uma queda sensível no número de batizados, 19 no total, representando uma média de 2,11 batizados por ano. Quase no mesmo período, de 1858 a 1865, caem também as taxas de nascimentos, 38, que corresponde a uma média de 5,23 nascimentos por ano. Quanto às concepções, estas começam a cair já em 1857 e voltam a subir em 1864.

Nesta época, Palmas já era Paróquia, o Padre morava na Vila e houve dois vigários, o padre Francisco Xavier Pimenta, que veio em 1856 e permaneceu até 1863 e o padre José Bilbao que aqui permaneceu de 1863 a 1876.

Assim sendo, as únicas respostas possíveis são: que os registros encontrados são expressão da verdade ou que não foram registrados, com o devido cuidado, todos os nascimentos.

É provável a segunda hipótese, pois, por volta de 1854 Palmas contava com 734 habitantes e é impossível acreditar-se que tivesse havido apenas 2 ou 3 batizados por ano.

A mesma observação é feita em relação ao ano de 1877,

quando houve apenas 1 registro de batizado, enquanto nascimentos foram de 43 crianças. De acordo com anotações encontradas nos arquivos da Paróquia de Palmas, em 1876 o Padre José Bilbao era substituído pelo Padre Achilles Saporiti, e esta lacuna poderia ser explicada pela troca de vigário.

Ainda, de 1843 a 1867, os registros não são muito expressivos, Tabela XII p.141, o que faz supor que o crescimento da população de Palmas dependia ainda, de elementos vindos de outras localidades, tendo, como já foi dito, ligações muito estreitas com as origens e, nestes momentos, recorrem aos locais de origens, pelos laços de parentesco e amizade.

É importante registrar, ainda, que todos os assentamentos, batizados, casamentos e óbitos são falhos, principalmente de 1858 a 1865.

Entretanto, a partir de 1877 verifica-se, pela frequência dos eventos, que a primeira geração de palmenses e até mesmo a segunda, está formada e arraigada à terra, dividindo com ela seus momentos de festa, de alegria e pesar. É a partir desta data que não se constata mais quedas sensíveis nos registros, ao contrário, tendem a crescer expressivamente, demonstrando o que se acabou de afirmar.

É verdade que a extensão da freguesia de Palmas era muito vasta, situação que dificultou o trabalho de pesquisa, apesar de se procurar evitar de computar os eventos correspondentes a outras localidades, alguns podem estar incluídos, o que não invalida a pesquisa.

O povo português era sumamente religioso e o catolicismo sua religião oficial. No Brasil, a Igreja estava ligada ao

Estado, desde a Proclamação da Independência, sendo os sacerdotes responsáveis pelos atos religiosos e os registros civis de tais atos. Como em Palmas a predominância do elemento português é incontestável, estranhou-se que tenham ocorrido falhas tão grandes e por tempo tão prolongado.

Conhece-se, também, os costumes do povo palmense que permanecem desde às suas origens. Os hábitos eram de procurar sempre a Igreja, mormente nas festas religiosas, cívicas e até mesmo sociais, ocasiões que aproveitam para rever os amigos, parentes, compadres e afilhados.

Além disso, de Palmas se originaram várias Vilas próximas, o que contribuía para a vinda de elementos destas para Palmas nos momentos de comemorações, dados os laços de parentesco e amizade.

Coincidindo, mais ou menos, com o surgimento de Vilas próximas à Palmas, 1880, a vinda de pessoas oriundas do Rio Grande do Sul e São Paulo e do imigrante estrangeiro, contribuem para o aumento populacional, o que está perfeitamente demonstrado nas tabelas XIII, XIV e XV. (ps.146, 150 e 151).

No que diz respeito as concepções, sabe-se, que existe uma margem de erro, pois em nem todos os registros constava a idade exata, ou a data do nascimento. Muitos deles foram preenchidos observando a idade aproximada, exemplo, 2 anos mais ou menos, 6 meses mais ou menos, etc.

Apesar disso, preferiu-se considerar este dado ao invés da data de batizado para calcular a data da concepção.

Poder-se-ia colocar em dúvida a não interferência da

igreja nos hábitos conceptivos da população de Palmas, dado o exposto, porém, no que toca aos casamentos, as datas dos mesmos não deixam dúvidas, e, como se viu houve picos altos, tanto no advento como na quaresma.

De acordo com os resultados verifica-se que não houve interferência, ou se houve, não era rigorosamente observada, da religião católica, no que toca à abstinência sexual, durante o advento e a quaresma. Isto se pode comprovar pela tabela XV p.151, onde o mês de setembro, corresponde à concepção no mês de dezembro, tempo de advento, apareceu com muita frequência como sendo o mês de maiores índices de nascimentos no período estudado. Foi também, nos meses de fevereiro e março, quando ocorre, normalmente a quaresma, que foram concebidas muitas crianças que nasceram em novembro e dezembro, tabelas XIII e XV (ps. 146 e 151).

Entre as três categorias sociais englobadas nas tabelas referentes aos livres, foi a dos filhos naturais que apresentou a maior frequência de concepções, nos meses acima citados, não se excluindo as outras categorias, pois houve picos, altos em relação aos filhos legítimos.

A frequência de concepções poderia estar relacionada ao fator clima. Isto se deveu ao fato de nos meses de junho e julho, quando são registradas as mais baixas temperaturas em Palmas, serem os meses de menores índices de concepções, enquanto que nos meses de maior calor, ou saída de inverno, são registrados índices mais altos.

Ainda, pode ter havido relação entre as concepções e aspecto econômico - a venda do gado. A venda do gado era rea-

lizada em duas épocas do ano, setembro e fevereiro,¹⁵⁸ meses que se apresentam em evidência em quase todo o período.

Outro aspecto que se pode relacionar com as concepções é a maior ou menor frequência de casamentos, nesta ou naquela época. Ainda, a idade das noivas ao se casarem, constitui-se num dado importante ao estudo da fertilidade.

A comparação da tabela IV p.108, referente à sazonalidade dos casamentos, à tabela XV p.151, das concepções, vê-se que a nove meses após altos picos de casamentos aparecem altas taxas de natalidade. Em todo o primeiro coorte estudado, a maior concentração de casamentos ocorreu em janeiro, agosto e novembro, as concepções corresponderam nove meses após em outubro, maio e agosto.

Já no segundo coorte, a maior frequência de casamentos aconteceu em dezembro, setembro, maio e abril e as concepções em agosto, junho, fevereiro e janeiro, respectivamente.

É importante notar que no terceiro coorte o comportamento da população não vai se modificar, para picos elevados em março, dezembro e fevereiro, em relação aos casamentos, tem-se altos índices de concepções em dezembro, setembro e novembro, com excessão dos casamentos realizados em dezembro, os demais meses fogem ao padrão anterior.

Assim sendo, pode-se, mais uma vez, afirmar que o comportamento da população de Palmas era semelhante à de outras localidades primitivas e em crescimento, no Brasil.

Por outro lado, há a influência da religião católica

¹⁵⁸ SANTOS, Nelson Ribas dos. (Entrevistas)

que vê no casamento a Instituição responsável pelo aumento e continuidade da espécie humana, além da preocupação com a sobrevivência do grupo.

Não se pode esquecer de que a mulher se casando bastante jovem, a tendência era de ter uma prole numerosa.

Além disso, há o fato de que natalidade e mortalidade são elementos inseparáveis, especialmente da mortalidade infantil e, relativamente, houve altas taxas de natalidade e baixas de mortalidade.

Embora, os registros referentes aos óbitos serem bastante falhos e não retratarem a realidade.

Analisando os nascimentos e os óbitos infantis, no período de 1840 a 1859, ocorreram 240 nascimentos de livres e 38 de escravos, sendo que foram registrados menos de 1% de óbitos de crianças com menos de 1 ano.

De 1860 a 1870, enquanto se computou 1.023 nascimentos de livres e 162 de escravos, houve 28 registros de óbitos infantis, igual a 2,36%.

No terceiro coorte, para 6.822 registros de nascimentos de livres e 157 de escravos, anotaram-se 74 óbitos, correspondente a 1%.

Aparentemente as taxas de mortalidade parecem baixas, porém deve-se considerar que, dadas às circunstâncias em que viviam os primeiros povoadores, espalhados pelas fazendas, não é de estranhar que nem todos os óbitos fossem registrados.

É muito provável que se tenha aí uma diferença de até 50% de óbitos não registrados oficialmente. É o subregistro.

Apesar disso, pode-se, sem sombra de dúvidas, afirmar que a população de Palmas apresentou um ritmo de crescimento muito acelerado, não se caracterizando, portanto, como uma sociedade neo-malthusiana.

Outro aspecto que dificultou nosso trabalho foi que os registros de nascimentos de escravos continham informações que os identificassem, enquanto que nos óbitos não havia nada que os distinguisse, especialmente os referentes às crianças.

3. População Indígena

Segundo WACHOWICZ, os índios que habitavam a região, antes da vinda dos bandeirantes, pertenciam ao grupo Gê, com a denominação de Caingangue e/ou Coroados. A estes juntaram-se os Camés e Votorões fugidos do Aldeamento do Atalaia, de Guaruva, comandados pelo Cacique Vitorino Condã.¹⁵⁹

Dadas as experiências e os ensinamentos recebidos em Atalaia, eles não se afastaram dos costumes aprendidos com os missionários, pois eles não fugiram do aldeamento devido aos ensinamentos, mas sim pelos maus tratos e castigos impostos por elementos contrários aos índios amigos do branco.

Nos campos de Palmas, os índios vindos de Guaruva, encontraram nova morada e passam a conviver com o elemento branco de maneira cordial. Esta convivência envolvia cooperação nos trabalhos e nas lidas da fazenda, construção de estradas, etc. Além disso, a continuação nos costumes e aos ensinamentos

¹⁵⁹ WACHOWICZ. Contribuição do Índio na ocupação do Sudoeste do Paraná. Palmas, 1978 (conferência no IIº Simposio de História Regional - FAFI).

dos missionários os levava à Igreja.

Casavam-se na Igreja, batizavam seus filhos, inclusive, escolhendo seus padrinhos entre os brancos amigos.

Isto se pode comprovar pelo número de índios registrados, crianças e adultos, que receberam o batismo, no período estudado (tabela XIV, .p.150).

Embora o número de registros não seja elevado, 245 no total, demonstra o que se acabou de afirmar. Porém, deve-se considerar, o fato de que nem todos os índios que habitavam os campos de Palmas se integraram à civilização branca. Isto ajuda a explicar a razão do número relativamente pequeno de registros de indígenas.

Como os demais registros, estes também iniciam-se em 1843 e estão sujeitos às mesmas falhas e lacunas apresentadas em todos os registros analisados. Já se disse anteriormente do descuido com que foram tratados os registros dos índios e dos negros.¹⁶⁰

Como se pode ver na tabela XIV p.150, existem lacunas de vários anos seguidos, além de não terem sido registrados todos os dados que eram anotados nos referentes aos brancos legítimos.

No período compreendido entre 1861 e 1867, não há nenhum registro de indígenas. Não é de se estranhar uma vez que, nem os referentes aos brancos são completos.

O período mais completo vai de 1880 a 1899. Embora se

¹⁶⁰ Registros da Cúria de Palmas. L.1, p.21v., 24, 24v.

note que sempre houve, com raras exceções, uma certa continuidade em relação aos registros de elemento nativo.

Estabelecer uma relação percentual entre os eventos e o total da população indígena, se torna praticamente impossível, pois não se tem dados referentes ao número de índios que habitavam a região.

Os registros de nascimentos de índios, no primeiro bi-decênio, tem no mês de dezembro o maior índice de nascimentos, 14, que corresponde a 5,84% do total de registros desta categoria social. Aparecem, ainda, os meses de setembro e janeiro com taxas relativamente significativas.

As concepções correspondentes aconteceram nos meses de março, dezembro e abril. Mais uma vez fica claro que as prescrições da Igreja quanto à abstinência não foram obedecidas integralmente.

No segundo coorte, foi o mês de setembro que registrou os maiores índices de eventos, com 2,05%. A concepção referente a setembro aconteceu em dezembro, continuando nas mesmas condições que no primeiro período.

Já no terceiro coorte, aconteceram mudanças. Desta vez foi no mês de maio que ocorreram os mais altos índices de registros, com 0,24% do total de registros do coorte. A concepção desta vez, aconteceu em agosto, portanto, fora dos chamados períodos proscritos pela igreja.

Quanto à relação entre o indígena e o branco acrescenta-se que houve muita resistência do elemento nativo, especialmente daqueles chefiados pelo cacique Nonohay, que habitavam a região do noroeste do Rio Grande do Sul. Enquanto os chefia-

dos pelo caciques Viri e Vitorino Condã eram amigos dos brancos e com eles conviveram harmoniosamente, enquanto o branco o permitiu, não o agredindo.

Com a chegada dos bandeirantes e povoadores aos campos de Palmas os indígenas que aqui estavam se dispersaram para outras regiões, ficando na região apenas os liderados pelos dois caciques citados.

As migrações constantes e o avanço em busca de terras não povoadas, além dos constantes choques entre brancos e índios, ajudou a diminuir a população indígena na região.

Assim sendo, o crescimento demográfico do indígena não acompanhou o desenvolvimento da população branca e mesmo dos filhos naturais.

CAPÍTULO VII

MORTALIDADE

Em termos demográficos, a taxa de mortalidade é um dado muito importante para medir a evolução de uma população.

Segundo HUGON, as populações são classificadas em três grupos, de acordo com a importância de sua mortalidade. "Classifica-se na categoria de país de fraca mortalidade, aquele que apresenta uma taxa inferior a 11%; na de média, com taxa entre 11 e 14% e na de forte quando a taxa é superior a 14%".¹⁶¹

A taxa de mortalidade varia de acordo com diversos fatores como, progressos da medicina, estrutura médico-social, distribuição sócio-econômico, grau de instrução etc.

Países que antes da Segunda Guerra Mundial, tivessem uma mortalidade inferior a 13% eram considerados de baixa mortalidade, o que para hoje, seria uma taxa elevada, daí porque dissemos que as taxas padrão não são nem rígidas e nem fixas.

"No Continente Americano, observa-se que os países de forte mortalidade são os da América Central e os da parte tropical da América do Sul, enquanto aqueles que estão situados - parcialmente ou na quase totalidade - nas zonas temperadas, norte ou sul apresentam menor mortalidade".¹⁶²

Observando os dados destes países, ressalta-se a importância para a mortalidade, do fator clima e do grau de desenvolvimento.

Tomando por base o Brasil, país de dimensões continentais, com taxas de mortalidade variadas, que vão desde 19,2%, em Maceió, até 8,3% em São Paulo, capital, verifica-se que a afirmativa de HUGON, não pode ser tomada como determinista. En-

¹⁶¹HUGON, Paul. Op.cit., p.110.

¹⁶²Id. Ibid., p.116.

tre os países da América Central, concentram-se países de alta mortalidade e, coincidentemente, são países que pertencem ao Terceiro Mundo e, portanto, subdesenvolvidos. Apesar do autor referir-se apenas ao fator clima, acredita-se que este se associa ao grau de desenvolvimento destes países.

Apesar de, em algumas áreas, a taxa de mortalidade, no Brasil ser alta, como é o caso de Maceió, com 19,2%; Fortaleza, com 18,4% e Natal, com 18,2%, a taxa média enquadra-se entre os países de fraca mortalidade. "O Brasil, com uma taxa de mortalidade inferior a 10%, coloca-se atualmente no grupo de países de mortalidade fraca".¹⁶³

Se essa era a situação da América Latina e do Brasil em 1950, no século XX, pode-se imaginar qual seria a realidade no século XIX, especialmente nas comunidades interioranas, isoladas.

A população de um país não possui características homogêneas e iguais em todas as regiões, além de distinguir-se o contexto rural do urbano. Este cuidado deve ser observado até mesmo ao se analisar a população de um mesmo Estado. No Paraná, por exemplo, distingui-se várias realidades: o litoral, a região do Planalto, denominado Paraná Tradicional, o norte e o sudoeste. Cada uma destas regiões, apresenta características distintas de ordem econômica, social, política e demográfica.

Entre os fatores diferenciadores, o demográfico desempenha função importante, pois sem a população, todos os demais podem ser considerados nulos, uma vez que é em função do homem e de suas necessidades que uma comunidade se organiza e desen-

¹⁶³HUGON, Paul. Op.cit., p.111.

volve.

Como as diferenças entre uma região e outra existem e são claras e evidentes, assim também o são as relativas ao setor rural e urbano.

Enquanto que, no rural, o homem sofre a falta de determinadas comodidades e necessidades básicas, o urbano é melhor estruturado, quanto aos recursos de higiene, sanitários e educacionais. É bem verdade que nas cidades, hoje, aparecem as favelas, que formam o "cinturão da miséria", onde o humano se confunde com o sub-humano. Grande parte dos favelados, são pessoas que, nos últimos vinte anos, foram "explusos" do campo, devido à concentração da propriedade. Como estas pessoas não possuem conhecimento técnico e nem uma profissão definida, acabam na marginalidade social, econômica e cultural.

Entretanto, a época que se está estudando diferenciava-se da realidade de hoje.

1. Mortalidade em Palmas

No Brasil Colônia, a superioridade numérica do setor rural é evidente, situação esta que só vai se modificar a partir de 1930, com início da industrialização. A dominância do setor rural sobre o urbano não se manifestou apenas numericamente, mas também no político e econômico, haja visto a política do "café-com-leite". Além disso, o "coronelismo" foi uma instituição que surgiu ligado ao domínio da classe agrário-exportadora.

Assim sendo, as taxas de natalidade e mortalidade são altas e aliadas às migrações internas e externas, provocaram um grande aumento da população.

"Três foram as ondas provocadas que, em conjun-
turas diversas e com motivações distintas, rea-
lizaram esta ocupação e formaram as comunidades
regionais que hoje constituem o Paraná".¹⁶⁴

"Assim, a História do Paraná compreende a forma-
ção de três comunidades regionais: a do Paraná
Tradicional, que se esboçou no século XVII, com
a procura do ouro, e estruturou-se no século
XVIII sobre o latifúndio campeeiro dos Campos
Gerais, com base na criação e no comércio do
gado e mais tarde, no século XIX, nas ativida-
des extrativas e no comércio exportador da erva-
mate e da madeira; e as do Paraná Moderno, já
no século XX, sendo o norte, com a agricultura
tropical do café, a que, pelas origens e inte-
resses históricos ficou a princípio mais dire-
tamente ligada a São Paulo; e a do Sudoeste e
Oeste, dos criadores de suínos e plantadores de
cereais que, pelas origens e interesses histó-
ricos, ficou, a princípio, mais intimamente li-
gada ao Rio Grande do Sul".¹⁶⁵

Palmas representa uma expansão de atividade do criató-
rio, pertencente, portanto, ao Paraná Tradicional que, pelas
suas características, se apresentava em comunidades dispersas
pelo território paranaenses do 1º, 2º e 3º planaltos.

As distâncias entre uma fazenda e outra, entre esta e
as cidades próximas, onde havia recursos médicos, sanitários,
educacionais e/ou outros, eram grandes, e às vezes de acesso
difícil, devido a existência de grandes rios ou florestas, além
da ameaça que os índios representavam.

Dias e dias de viagem, a cavalo ou de carroça, separavam
a população de Palmas dos centros urbanos mais próximos, onde
poderiam encontrar os primeiros recursos, especialmente médi-

¹⁶⁴ BALHANA, Altiva P. Formação da População Paranaense. Boletim do Insti-
tuto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 1969.
p.40-50.

¹⁶⁵ CARDOSO, Jaime Antônio & WESTPHALEM, Cecília Maria. Atlas histórico do
Paraná. Curitiba, Graf, 1981. p.9.

cos, contribuindo, assim, para as altas taxas de mortalidade.

Não apenas as distâncias para a busca de recursos, mas também, entre uma fazenda e outra, o isolamento e a rarefação demográfica dificultavam a implantação de serviços básicos de higiene, assistência médica-sanitária, educacionais e, conseqüentemente, a prevenção e a diminuição das taxas de mortalidade e de natalidade.

Palmas, comunidade isolada, distante de Curitiba, aproximadamente, 380 Km, de União da Vitória, 150 Km e de Guarapuava, 250 Km, enfrentava problemas, especialmente em relação aos recursos médicos. Não se conseguiu apurar nas diversas entrevistas em outras pesquisas feitas, se houve algum médico clínicando na região. Segundo pessoas entrevistadas, o primeiro médico que aqui se estabeleceu foi o Dr. Bernardo Ribeiro Vianna, no início do século XX, e passou a atender as comunidades desde União da Vitória a Barracão. Visitava, ainda, quando chamado, as localidades de Chapecó e Xanxerê e todas as proximidades.¹⁶⁶

Lamentavelmente, não se obteve dados a respeito da existência de profissionais da saúde. O que se sabe é que no início da povoação a medicina era exercida por pessoas curiosas, que se baseavam em livros de medicina para receitar remédios aos doentes.

Segundo José Ferreira dos Santos, houve vários "curadores" entre os antigos palmenses, como o Velho Simão, o Velho Joaquim e o Sr. Joaquim Fonseca, entre outros, dos quais ele não lembra o nome.¹⁶⁷

¹⁶⁶BAUER, José. (Entrevista).

SANTOS, José Ferreira dos. (Entrevista).

¹⁶⁷SANTOS, José Ferreira dos. (Entrevista).

Havia, ainda, inúmeras "parteiras" que ajudavam as mulheres no parto, muitas delas experientes e muito procuradas. Entretanto, havia outras não muito preparadas e nem tão cuidadosas, o que contribuía muito para o aumento da mortalidade da região.

No estudo da mortalidade em Palmas, encontrou-se certa dificuldade, principalmente, devido às falhas nos registros de óbitos.

Estas falhas poderiam ocorrer por descuido dos responsáveis pelos registros ou por ignorância de quem denunciava o acontecimento. A totalidade de assentamentos pode ser considerada incompleta, isto é, falta sempre algum dado, necessário a análise e estudo do assunto.

Além disso, é certo que houve o sub-registro, pois não se pode aceitar que, houve apenas 533 registros de óbitos, contra 8.108 nascimentos de livres, 359 de escravos e 1.532 de casamentos.

Para se poder comprovar este aspecto, do sub-registro, deveria se ter feito a reconstituição de famílias, o que não foi possível, devido a vários fatores: registros incompletos e, principalmente, pelo fato de os filhos de um mesmo casal não portarem o mesmo sobrenome.

Pretende-se retomar o estudo e completá-lo futuramente, ou mesmo que este sirva de contribuição para futuras pesquisas no campo, por outros estudiosos interessados no assunto. Pois está longe a pretensão da autora de ter esgotado o tema com a presente pesquisa.

Ao se fichar os registros de óbitos deparou-se com vá-

rias anotações que podem dar elementos para concluir que os mesmos não receberam nem os cuidados dispensados aos outros registros, como as que seguem

"Não aprovando o notável atraso dos registros de óbitos, recomendamos que de novo se comece com toda a diligência a fazer os ditos registros. Palmas, em visita Pastoral, aos 12 de fevereiro de 1898. + José, Bispo Diocesano".168

Logo adiante o Vigário de Palmas escreveu nota justificativa ao fato:

"Declaro que a escripturação dos óbitos nesta Parochia no correr de todo o meo exercicio desde o começo, tem sido imperfeito. Devido a não terem dado as partes comunicação dos óbitos que se verificaram nas longinquas localidades e também por um tanto de indolência de minha parte. Palmas, 10 de maio de 1903. Padre Saporiti".169

Na página 12, verso, aparece uma observação quase imperceptível:

"Se faltarem alguns outro assento foi por descuido das partes interessadas".170

Embora a nota do Padre Saporiti, data de 1903, portanto, fora do período que se está estudando, pode-se aplicar sua fala a todo o período em que foi responsável pelos registros. Ele mesmo se refere:

"(...) do meo exercicio desde o começo...",

e o tempo que foi vigário, inicia-se em 1874, Além do mais ele assume parte da responsabilidade pelas falhas ocorridas ao re-

168 Registros da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.80v.

169 Registros da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.86v.

170 Registros da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.12v.

ferir à sua própria indolência.

Outro fator que chamou a atenção foi que o termo de abertura do livro de óbitos data de fevereiro de 1843, porém o primeiro registro só aconteceu em abril de 1853, dez anos depois.

Assim sendo, os primeiros responsáveis pela comunidade de Palmas, de 1840 a 1853, não realizaram nenhum registro. São eles: Padre Ponciano José de Araújo, o Padre Manuel Chagas e o Padre José Antônio Camargo e Araújo. Os primeiros registros foram assinados pelo Padre Joaquim Gonçalves Pacheco. O período em questão responde àquele em que Palmas foi assistida por padres que vinham inicialmente da Palmeira e depois de Guarapuava.

Em entrevistas com pessoas da comunidade soube-se que existiram cemitérios particulares, localizados em fazendas da região. Facilitaria os sepultamentos e, talvez por suporem que não haveria problemas, não era dada ciência aos responsáveis pelos registros. Confirmando isto encontraram-se registrados em muitos assentamentos, observações:

"Sepultado no Campo Barão de Tibagi;" "Sepultado no Cemitério dos Campos de Cima;" "Sepultado no Cemitério do Senhor João Carneiro;" "Sepultado no Cemitério do Irany de propriedade de José Joaquim d'Almeida;" "Sepultado no Cemitério da Fazenda da Conceição", e Outras mais.¹⁷¹

Assim sendo, se torna quase impossível verificar ou comprovar se houve ou não mais sepultamentos em cemitérios não oficiais, em toda a região.

Uma vez que os próprios registros de óbitos, efetivamen-

¹⁷¹ Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.17, 45, 61, 65, 14.

te encontrados nos livros, apresentam muitas falhas, pode-se dizer, sem medo de errar, que os cuidados com os registros de óbitos eram menores que os dedicados aos de batismos e casamentos.

O percentual de sub-registros, pode ser considerado de 40 a 50% sobre o total de registros de óbitos. Pode acontecer que ao ser realizada a reconstituição de famílias de Palmas se possa corrigir esta falha e conseguir se aproximar da realidade.

A análise da mortalidade em Palmas, foi feita tendo em conta várias situações: mortalidade distribuída, nas diversas estações do ano, idade de maior incidência de óbitos, causa mortis, observando sempre sexo, idade e estado civil do defunto.

Sabe-se que se está trabalhando apenas com uma amostragem, o que não invalida o trabalho e a pesquisa realizada.

2. Taxas de Mortalidade

Conforme se viu, nos primeiros onze anos não ocorreu nenhum registro oficial de óbitos. Dizer que não aconteceu nenhuma morte neste período, é temerário, pois nos únicos seis anos do primeiro que aparecem registros, foram anotados 22 óbitos, igual a 4,12% do total do período.

Existem dados da população total de Palmas, de 1854, e de 1872 a 1880. Relacionando população-mortalidade, tem-se uma taxa bruta de mortalidade de 29,97 em mil habitantes para o período compreendido entre 1840 e 1859. Enquanto que para o período de 1860 e 1879, a taxa é de 17,26 em mil e para 1880 a 1899, de 55 em mil habitantes. A taxa para todo o período estu-

dado ficaria em 75,41 por mil habitantes.

TABELA XVI
TAXAS MORTALIDADE - 1840-1899

ANO	Popula- ção	1840		1860		1880		TOTAL	%.
		- 1859	%.	- 1879	%.	- 1889	%.		
1854	734	22	29,97	-		-		22	29,97
1872	7068	-		122	17,26	-		122	17,26
1880	-	-		-		389	55	389	55,00
TOTAL								533	100,00

FONTE: PADIS, Pedro Galil. Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná, p.26.

A tabela acima estabelece taxas de mortalidade, que se apresentam bastante elevada.

A amostragem permite concluir que a taxa de mortalidade, em Palmas, oscilou bastante, porém sempre se manteve como de alta mortalidade. Em 1854, estava 29,97 por mil, para cair para 17,26 em 1872 e subir para 55 em 1880. A taxa 75,41‰, no período todo seria considerada elevadíssima.

Assim sendo, pode-se justificar as altas taxas de natalidade, pois, assim poderiam garantir um número ideal de filhos e a sobrevivência do grupo. Representam, também, o comportamento de uma população tradicional, não malthusiana.

Segundo HUGON, as taxas elevadas de mortalidade residem, em certos casos, em dois problemas:

"o isolamento e a ignorância do indivíduo".¹⁷²

A respeito do isolamento, a população de Palmas vivia realmente isolada. Em relação à ignorância, também teve uma grande importância, pois o estudo se refere ao século XIX, quando a educação no Brasil era privilégio da elite e, como vimos, não havia uma infra-estrutura médico sanitária na região.

Além disso, o isolamento e as características regionais levaram a hábitos alimentares nem sempre dos mais saudáveis. Em Palmas, região de pecuária e praticando uma economia de subsistência bem rudimentar, o homem consumia alimentos ricos em proteínas, porém carentes de outros tipos de compostos orgânicos e inorgânicos. Estes hábitos causavam um depauperamento alimentar que contribuía para diminuir a resistência orgânica frente às intempéries, a que estavam sujeitos, e às doenças.

A falta de uma alimentação variada da mãe gestante, podia provocar um estado anêmico que se refletia na criança e, conseqüentemente, elevar os índices de mortalidade infantil e mesmo da mãe-gestante.

As doenças infecto-contagiosas eram muito comuns, dados aos vetores e os hábitos de higiene, e fatais, pois, na época, inexistiam vacinas e mesmo antibióticos e, dadas as condições em que eram realizados os partos, estes poderiam ser fatais.

Devem ser consideradas, também, causas de natureza biológica, como por exemplo, a questão da consangüinidade, tanto na mortalidade neo-natal como na perinatal.¹⁷³

¹⁷² HUGON, Paul. Op.cit., p.122.

¹⁷³ Id. Ibid., p.122.

HUGON, aliás, destaca:

"Pesquisas nesse sentido estão, atualmente, sendo realizadas em numerosos países e os resultados já obtidos não deixam dúvida quanto a influência direta da consangüinidade do pai e da mãe sobre a mortalidade infantil".

Citando o caso da Carolina do Norte, nos Estados Unidos, entre 1918 e 1922, quando a taxa média de mortalidade infantil era de 83,6%, a das famílias cujos genitores eram primos-irmãos atingia a casa dos 363%.¹⁷⁴

Portanto, não seria de estranhar, em Palmas, onde o índice de casamentos consangüíneos era elevado, que este fato tivesse contribuído também para o alto índice de mortalidade infantil.

Durante os 60 anos estudados em alguns anos os números absolutos de óbitos foram superiores aos demais. Nos primeiros vinte anos, o ano de 1857, registraram-se 10 dos 22 óbitos, igual a 45,45% e 1,8% do total de registros de óbitos. O maior percentual, 13,63%, foi registrado na faixa etária de 0 a 1 ano, portanto, mortalidade infantil. No segundo coorte, o maior volume de mortes aconteceu em 1874, com 18% e 4,12% do total de registros. E, mais uma vez foi a mortalidade infantil que se sobressaiu, com 6,55%.

Enquanto que no terceiro coorte, foi o ano de 1892 que apresentou o maior número de óbitos, 36, 9,25% e 6,75% do total de óbitos. Os maiores índices foram registrados entre as pessoas com mais de 50 anos, com 2,31% e entre as crianças de 0 a 1 ano, registrando 1,79% dos óbitos.

¹⁷⁴HUGON, Paul. Op.cit., p.122.

Não se conseguiu explicações sobre o porque de tais fatos, principalmente, em relação aos anos de 1857, pois, não há nenhuma anotação sobre a causa mortis.

O mesmo se pode dizer sobre o ano de 1874, pois consta nos registros apenas que faleceu "de uma enfermidade", não diz o nome da mesma.

Entretanto, no ano de 1892, apesar de 50% dos registros constarem como desconhecida a causa da morte, supõe-se que tenha acontecido um surto de gripe, pois em 2% dos registros consta como causa mortis "influência". O surto foi registrado no mês de fevereiro, exatamente o que registrou o maior número absoluto de óbitos.¹⁷⁵

Estudou-se a taxa de mortalidade, de acordo com o sexo e a idade. Notou-se, destacadamente, que o número de casos fatais com pessoas do sexo masculino foi superior ao do sexo feminino. Do total de óbitos, 57,04% foram de homens e 42,96% de mulheres.

Na distribuição por faixa etária, aparece uma pequena diferença, a favor dos homens, de 1 a 5 anos, com 13,70% do sexo masculino e 12,80% do sexo feminino; e na dos 5 a 10 anos, com menos de 1,3% do sexo masculino e 1,50% do sexo feminino.

Na faixa etária de 20 a 30 anos, o percentual é o mesmo para homens e mulheres, 6,75% e na de 40 a 50 anos, com 6,94%, para o sexo masculino e 5,25% para o feminino.

As maiores diferenças entre homens e mulheres encontram-se nas faixas iniciais da vida e nas finais, ou seja, de 0 a 1

¹⁷⁵ Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.65v. e 66.

TABELA XVII

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

1840-1899 - MORTALIDADE - Estado Civil

SEXO	ESTADO CIVIL	SOLTEIRO	%	CASADO	%	NÃO CONSTA	%	TOTAL	%
HOMENS		117	38,48	103	33,89	84	27,63	304	100,0
MULHERES		100	43,67	92	40,17	37	16,17	229	100,0
TOTAL		217	40,71	195	36,59	121	22,70	533	100,0

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.

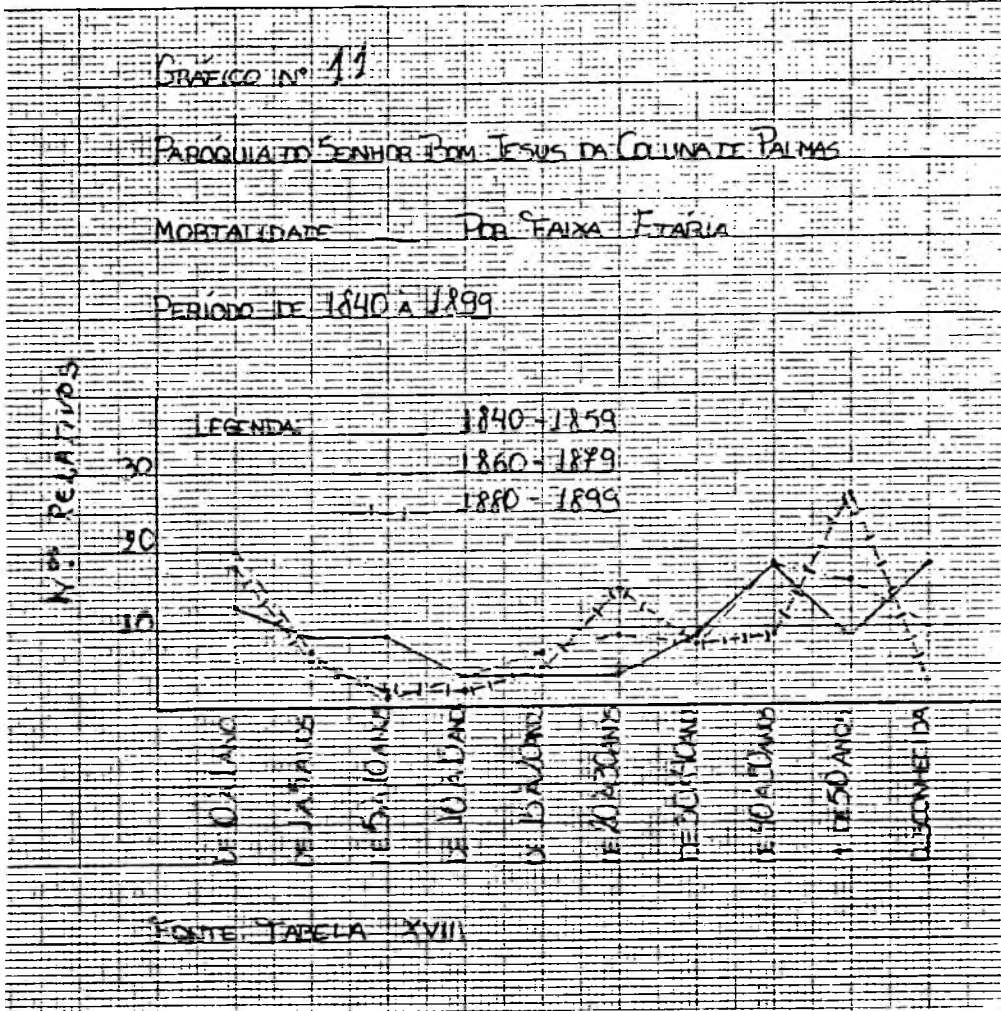
TABELA XVIII

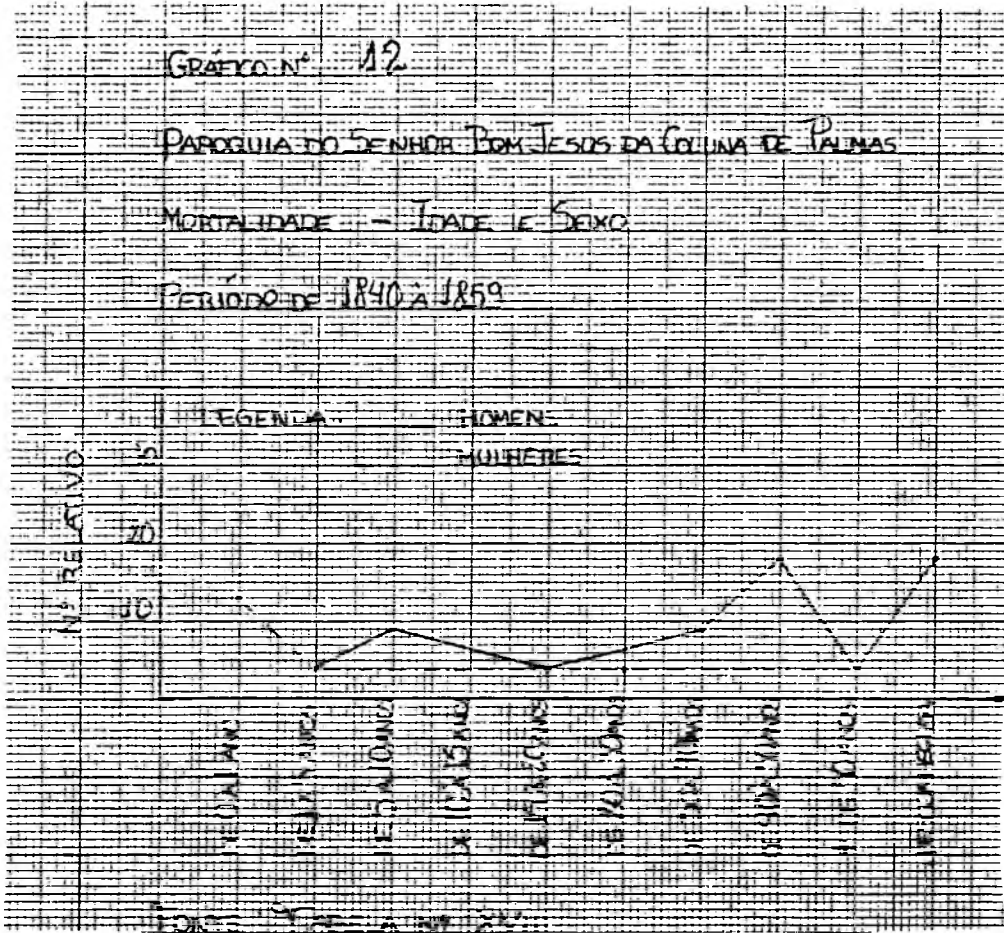
PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA EM PALMAS

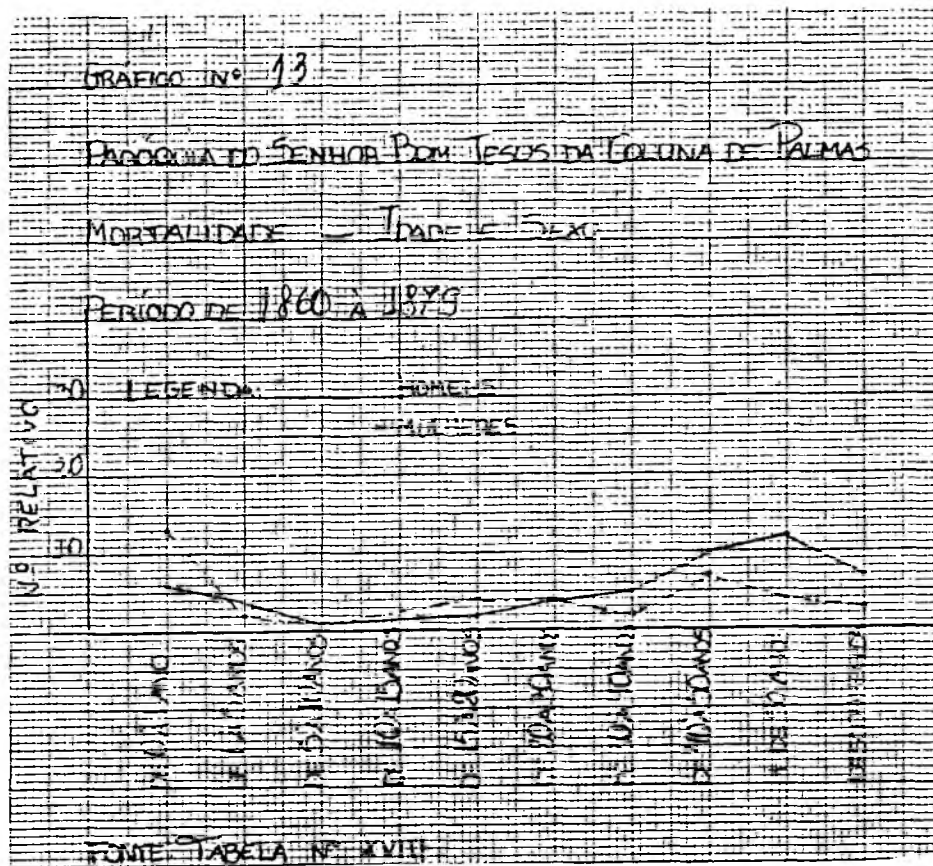
1840-1899 - MORTALIDADE - Idade e Sexo

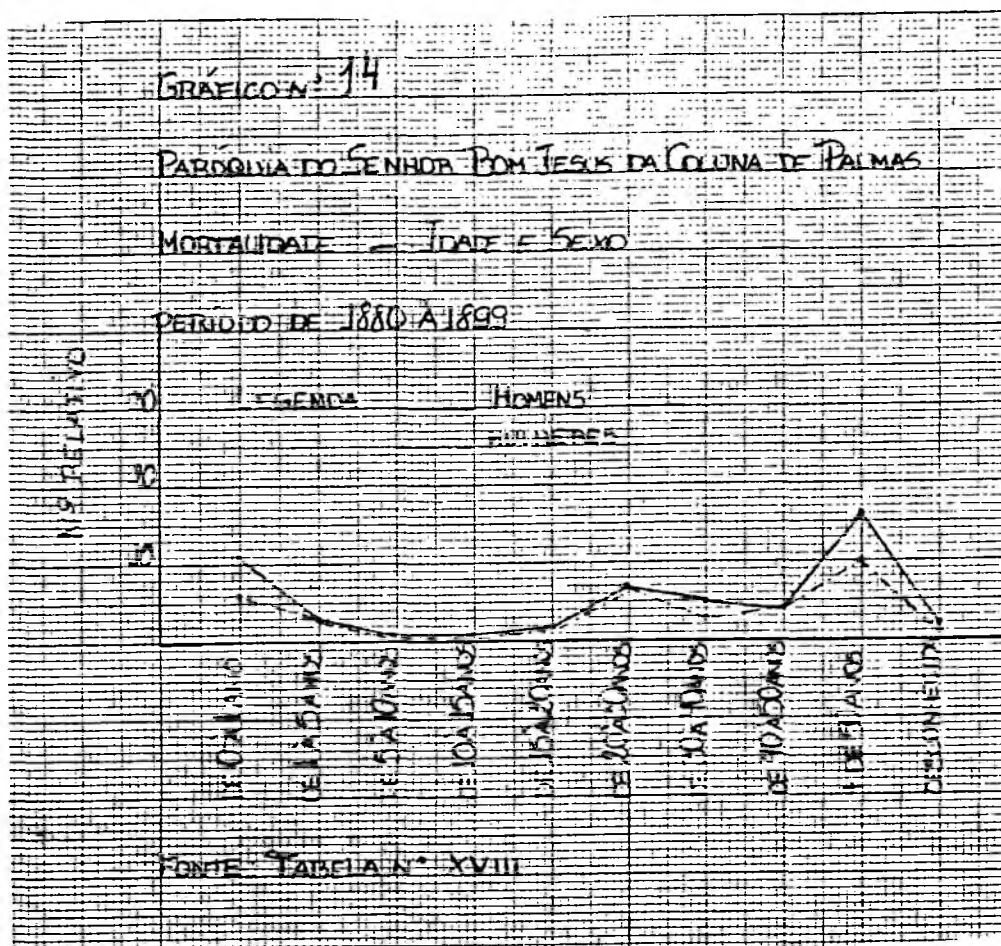
ANOS		1840-1859			1860-1879			1880-1899		
idade		Nº ABS	Nº REL	U 1200	Nº ABS	NºREL	U 1200	Nº ABS	NºREL	U 1200
0	H	-	-	-	08	6,85	78	45	11,60	139
1	M	03	13,08	168	17	13,90	167	27	6,94	8,30
1	H	01	4,54	54	06	4,91	60	13	3,34	40
5	M	01	4,54	54	03	2,45	29	14	3,59	43
5	H	02	9,09	109	01	0,81	09	04	1,02	12,5
0	M	-	-	-	01	0,81	09	07	1,79	21,5
0	H	-	-	-	-	-	-	04	1,02	12,5
5	M	01	4,54	54	-	-	-	04	1,02	12,5
5	H	01	4,54	54	03	2,45	29	11	2,83	34
0	M	-	-	-	06	4,91	60	10	2,57	31
0	H	-	-	-	06	4,91	60	30	7,71	92,5
0	M	01	4,54	54	06	4,91	60	30	7,71	92,5
0	H	02	9,09	109	07	5,76	69	20	5,14	61,5
0	M	-	-	-	03	2,45	29	14	3,59	43
0	H	04	18,18	218	13	10,65	127	19	4,88	58,5
0	M	-	-	-	09	7,37	88	19	4,88	58,5
+	H	01	4,54	54	15	12,29	148	66	16,96	204
0	M	01	4,54	54	05	4,00	50	40	10,30	123
sc.	H	04	18,18	218	09	7,37	88	09	2,31	28
	M	-	-	-	04	3,20	40	03	0,80	09,5
al	H	15	68,16	816	68	56,00	668	221	56,81	682,5
	M	07	31,84	384	54	44,00	532	168	43,19	517,5
TAL		22	100,00	1200	122	100,00	1200	389	100,00	1200

NTE: Arquivos da Cúria de Palmas.









ano, onde temos 9,94% para os meninos e 8,8% para as meninas, e na correspondente às pessoas com mais de 50 anos, quando temos 15,38% de homens e 8,63% de mulheres. Este comportamento da mortalidade mostra-se "natural" quando a incidência maior de mortes do sexo masculino apresenta-se mais elevada, nestas faixas etárias:

Quanto às demais colunas, sempre se registram mais óbitos masculinos que femininos, como podemos ver na tabela XVIII, p.180.

É grande, também, o número de pessoas que morreram solteiras.

Para estudar a mortalidade de acordo com o estado civil, dividimos os óbitos por idade e por sexo (Tabela XVII, p.179).

A análise da mortalidade de acordo com o estado civil, permite verificar, principalmente, a questão referente ao celibato.

De acordo com HUGON, em muitos casos, a opção pelo celibato acontecia como forma de facilitar, especialmente ao homem deslocar-se de uma região para outra, em busca de aventura e de fortuna.¹⁷⁶

Em Palmas, o percentual de óbitos de pessoas solteiras foi de 38,48% para os homens e de 43,67% para as mulheres.

Pode-se explicar, ainda, o celibato, pelos costumes da época quando a Igreja era a Instituição responsável pelos registros e somente reconhecia como oficial, quando o casamento era realizado por ela. Assim pessoas que viviam juntas, sem se

¹⁷⁶HUGON, Paul. Op.cit., p.117.

casar, "amasiadas", portanto, e se não procuravam a Igreja na época do casamento, dificilmente o faziam depois e, para todos os efeitos legais, continuavam como solteiras.

Entre os celibatários registrados anotaram-se pessoas com mais de 50 anos. Uma pergunta que nos fazemos é se essas pessoas se abstiveram também, de uma relação marital? Provavelmente não, pois o relaxamento moral predominou no Brasil todo, não havendo razões para excluir Palmas do contexto. A miscigenação das três etnias que compuseram o povo brasileiro é responsável pelo branqueamento da cor negra e o quase desaparecimento dos caracteres raciais do índio.

Muitos conflitos entre a Igreja e os "colonos" no Brasil têm origem neste fato.

O que se acaba de afirmar pode ser comprovado quando se estuda as fichas de óbitos de mulheres solteiras. Muitas delas morreram de parto, sendo que a maioria era escrava ou ex-escrava.¹⁷⁷

É superior, também, o número de homens, casados e/ou viúvos que morreram no período estudado. O percentual corresponde ao sexo masculino foi de 33,89% enquanto que o de mulheres foi de 40,17%. O mesmo ocorreu com aqueles que não tiveram sua idade anotada nos registros, contra 27,63% do sexo masculino e 16,17% do sexo feminino. Pode parecer que não são superiores as taxas masculinas, porém, tomou-se para calcular os números relativos, de cada sexo, os totais correspondentes a cada sexo, que são de 304 homens e 129 mulheres (Ver tabela XVII, p. 179).

¹⁷⁷Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.154 e 156v.

Pode-se explicar o fato citando HUGON,

"(...) nos diversos grupos de idade, a mortalidade dos homens é superior à das mulheres".

e continua:

"O fenômeno é de difícil explicação. (...) As explicações propostas são numerosas e se reportam à consideração de causas biológicas ou endógenas e de causas sócio-econômicas, ou exógenas. As causas biológicas explicam que a maior mortalidade masculina já existe durante a vida embrionária. O organismo do homem é, pois marcado por maior propensão à morte, por maior sensibilidade do que o da mulher a certas doenças. (...) Observa-se também que a mortalidade masculina acentua-se com a idade".¹⁷⁸

3. Movimento Sazonal da Mortalidade

Passando à análise das taxas de mortalidade, em Palmas, inicialmente, pelos movimentos sazonais, como nos demais eventos, separou-se o período em três séries de 20 anos: 1840-1859, 1860-1879 e 1880-1899.

No primeiro coorte, os registros só vão começar a partir de 1853, portanto, 10 anos após o início dos demais registros.

Deve-se isto a uma série de fatores como, o padre responsável pelos registros não morar em Palmas, ou pelo descuido do mesmo ao registrar no livro correspondente as anotações feitas no local do evento. Também, pode ter acontecido devido aos parentes do defunto não terem notificado ao padre quando de suas visitas pastorais. Afirmar que não houve nenhuma morte em 10 anos seria temerário, principalmente se se levar em conta

¹⁷⁹ HUGON, Paul. Op. cit., p.116.

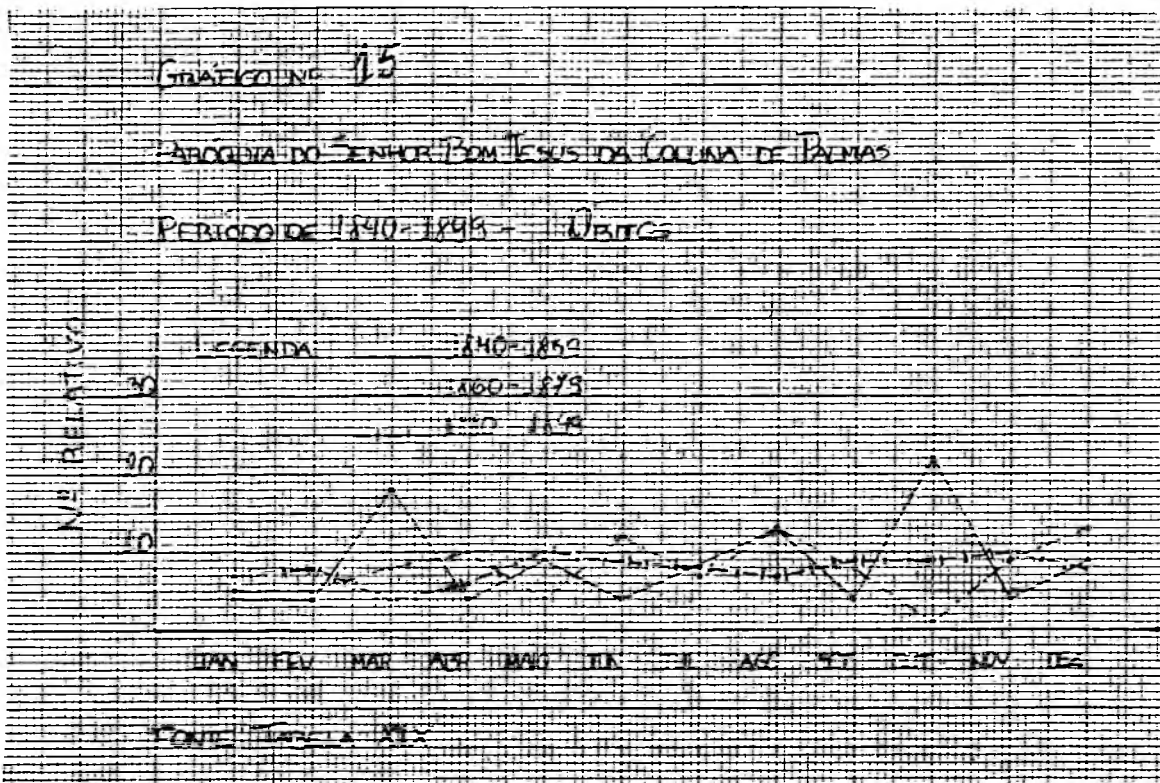
TABELA XIX

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

1840-1899 - ÓBITOS - Sazonalidade

ANOS	1840-1859				1860-1879				1880-1889			
	Nº ABS	Nº REL	U 1200	Nº ABS	Nº REL	U 1200	Nº ABS	Nº REL	U 1200	Nº ABS	Nº REL	U 1200
Janeiro	01	4,56	54	07	5,73	68	28	7,20	68	28	7,20	87
Fevereiro	01	4,56	54	07	5,73	68	34	8,75	68	34	8,75	104
Março	04	18,18	219	10	8,20	99	16	4,11	99	16	4,11	50
Abril	01	4,56	54	13	10,66	127	25	6,42	127	25	6,42	78
Maiο	02	9,08	110	05	4,10	50	41	10,53	50	41	10,53	127
Junho	01	4,56	54	15	12,30	147	36	9,25	147	36	9,25	111
Julho	-	-	-	09	7,38	89	32	8,22	89	32	8,22	99
Agosto	03	13,60	164	17	13,94	167	31	7,97	167	31	7,97	96
Setembro	01	4,56	54	10	8,20	99	37	9,51	99	37	9,51	114
Outubro	05	22,70	273	02	1,64	20	35	9,00	20	35	9,00	107
Novembro	01	4,56	54	11	9,01	109	40	10,29	109	40	10,29	123
Dezembro	02	9,08	110	16	13,11	157	34	8,75	157	34	8,75	104
TOTAL	22	100,00	1.200	122	100,00	1.200	389	100,00	1.200	389	100,00	1.200
TOTAL GERAL:	533											

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas



as dificuldades e as condições em que viviam os primeiros povoadores, isolados de qualquer recurso.

De 1840 a 1859 constam 22 registros, sendo que o maior índice aconteceu no mês de outubro e março, com 22,70% e 18,18%, respectivamente.

Pode-se atribuir isso, ao clima, pois outubro está entre os meses de inverno e verão, enquanto que março está entre o verão e o inverno. Mudanças bruscas de temperatura são grandemente responsáveis por doenças do aparelho respiratório.

A suposição é nossa, pois não se encontrou nenhuma informação para explicar o fato e nos autos de óbitos não consta a "causa mortis", o que dificulta um estudo mais aprofundado sobre o assunto.

Nos demais meses o número de óbitos variou de 1 a 3 eventos.

Dos 122 óbitos registrados no segundo coorte, os maiores índices aparecem nos meses de agosto, com 13,94%; dezembro, com 13,11%; junho com 12,30%. O menor índice foi registrado em outubro, 1,63%, exatamente quando, no período anterior foi registrado o maior percentual.

Os registros correspondentes ao coorte em questão, continuam não registrando a "causa mortis", cita apenas "enfermidade". Parece que foram registrados os sintomas da doença e não a causa da morte.

Já no terceiro coorte, 1880-1899, os meses em que foram registrados mais óbitos foram, maio, com 10,53%; novembro, com 10,29% e setembro, com 9,51%, do total de óbitos registra-

dos nos 20 anos. Os menores índices aconteceram em março, com 4,11%.

Assim sendo, no período todo, incluindo os 60 anos, ocorreram mudanças, que não possibilitam conclusões semelhantes, quanto à "causa mortis".

4. Causa das Mortes

Além das causas biológicas para as mortes, existem as de ordem sócio-econômicas. Entre as sociais podem ser citadas o alcoolismo, mais freqüente entre os homens do que entre as mulheres.

As econômicas estão relacionadas a certas atividades profissionais exercidas quase exclusivamente por homens. Por exemplo, profissões que exponham a pessoa a maiores riscos de vida, desempenhadas em regiões de maior risco, insalubres, de difícil acesso ou com muitos perigos; sem contar o afastamento, muitas vezes, da civilização por longos períodos de tempo.

Quanto à "causa mortis", devido ao grande número de registro em que não consta a causa, 70,55%, trabalharemos apenas com uma amostragem que corresponde a 29,45%.

Como se vê, em grande parte dos casos, não é citada a "causa mortis", porém, os sintomas da doença, Por exemplo, inflamação de uma ferida no braço ou na perna, ou mesmo o parto, queimaduras e/ou outras que podem ter provocado infecções generalizadas e fatais.

Hoje, dados os avanços da medicina, a descoberta de antibióticos, cuidados com a higiene, casos semelhantes são per-

TABELA XX
"CAUSA MORTIS"

CAUSA	ÓBITOS	%
Afogamento	10	1,88
Assassinato	13	2,44
Congestão Cerebral	06	1,13
Desconhecida	376	70,55
Febre	22	4,13
Hidropsia	11	2,00
Influenza	08	1,50
Inflamação	10	1,88
Meningite	10	1,88
Parto	16	3,00
Pneumonia	10	1,88
Quedas	03	0,57
Sarampo	04	0,76
Tiro	06	1,13
Tuberculose	04	0,76
Outras	24	4,51
TOTAL	533	100,00

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas

feitamente curáveis. Saliente-se que havia o predomínio de causas externas para as mortes.

De acordo com a tabela XX, sobre as "causas mortis", saliente-se que 3,0% das mortes foram provocadas por parto. Deve-se considerar vários agravantes que levaram mulheres parturientes à morte. A falta de médicos, partos difíceis que exigiam uma cesariana, precários cuidados higiênicos de grande parte da população, hábitos alimentares que, como já se destacou, debilitavam a mulher levando-a a estado de anemia, gestações muito próximas que acabavam enfraquecendo o organismo feminino, falta de preparo e cuidados higiênicos das parteiras na hora do parto, e outros mais, que contribuíram para o aumento de morte de mulheres no momento de dar a luz.

Como se trabalhou com apenas 29,45% de óbitos, onde consta a "causa mortis", e destes 10,20% das mortes foram provenientes de "parto mal sucedido", ou "infeliz parto" ou, ainda, simplesmente "parto"¹⁷⁹ como consta nas fichas, pode-se supor que o número de mortes nessas condições seria de até 100% maior.

Entre outras doenças em que são citados apenas os sintomas estão as febres, embora apareçam explicações sobre o tipo de febre, como "febre biliosa", "febre tifoica", "febre miasmática", ou, simplesmente "febre", não deixa de ser o sintoma e não a doença em si.¹⁸⁰

Registrou-se um caso onde encontramos como causa "febre intermitente" e consultando o Dr. José Maria de Araújo Perpétuo,

¹⁷⁹ Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.47v., 54 e 54v.

¹⁸⁰ Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.38, 36, 40.

médico de Palmas, recebemos a informação de que se trata de malária. Inicialmente estranhou-se o fato uma vez que Palmas é uma região de clima temperado frio e a malária é doença tropical, de clima quente. Porém, ao se procurar identificar quem havia sido vítima de tal febre, verificou-se tratar-se de Major Eduardo Tolosa, do Exército Argentino, que estava na região participando da Comissão de limites entre o Brasil e a Argentina. A doença, portanto, não foi contraída na região, mas sim em suas andanças pelo interior do Brasil ou mesmo na Argentina.¹⁸¹

Quanto à mortalidade infantil, o total de 116, 21,76% óbitos no grupo etário de 0 a 2 anos, e 46, 8,63%, até 14 anos, em apenas 18 casos, 3,37%, no primeiro grupo e 12, igual a 2,25% no segundo, foi registrada a "causa mortis".

Além do alto índice de mulheres que morreram em consequência do parto, segundo informações médicas de Palmas, é provável, que entre as crianças com menos de um mês de vida, tenha sido grande o número de óbitos provocados pelo chamado "mal dos sete dias".¹⁸²

Trata-se de infecção ocasionada por condições precárias em que eram feitas os partos, especialmente os filhos de escravos de ex-escravas e do grupo social mais pobre.

De acordo com os registros de óbitos, por volta de 1884, deve ter acontecido, na região, um surto de sarampo. Vários casos em que foi dada como "causa mortis" o sarampo, datam deste

¹⁸¹Arquivos da Cúria de Palmas: Óbitos, L.1, p.47.

¹⁸²PERPÉTUO, José Maria de Araújo. (Entrevista)

TABELA XXI
 PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS
 1840-1899 - "Causa Mortis" de Crianças

Causa Mortis	Menos de 2 anos				De 2 a 14 anos			
	H	M	T	%	H	M	T	%
Febre	08	02	10	33,34	-	03	03	10,02
Engoliu Potassa	-	-	-	-	01	-	01	3,33
Pneumonia	02	-	02	6,66	-	-	-	-
Crupe	-	-	-	-	-	01	01	3,33
Meningite	01	02	03	10,02	-	-	-	-
Inflamação	-	-	-	-	-	01	01	3,33
Afogado	01	-	01	3,33	-	-	-	-
Influenza	01	-	01	3,33	01	01	02	6,66
Sarampo	-	01	01	33,33	01	01	02	6,66
Desastre-Queda	-	-	-	-	-	01	01	3,33
Suicídio	-	-	-	-	-	01	01	3,33
TOTAL	13	05	18		03	09	12	

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.

ano, e são menores de 14 anos.¹⁸³

Dos trinta casos de mortes de menores de 14 anos, 43,33% morreram em consequência de febre, como, tifóide, miasmática, ou outra.

Dois óbitos que chamaram a atenção foram o de uma menina, filha de

"Pais desconhecidos. Causa mortis, suicídio. Idade de 13 anos. Natural da vila de Palmeira. Seu cadáver foi sepultado fora do terreno sacro por ter me referido que sua morte foi procurada de mão própria".¹⁸⁴

E de uma senhora, casada.

"Nome (...) Idade 18 anos. Filha legítima. Pai (...). Mãe (...). Esposo (...). Causa mortis: assassinada pelo marido".¹⁸⁵

Não foram apenas estas observações que se destacaram, mas também, as que se referem aos não católicos, por exemplo:

"Nome (...) Idade 24 anos. Filho legítimo de (...) e de (...). Natural da colônia Pluminao. Observação: na última hora não quis converter-se por isso não recebeu os últimos recursos religiosos; foi seu cadáver sepultado no lugar destinado para os que pertencem as diferentes ultes".¹⁸⁶ Ou, ainda: "Nome (...). Idade 25 anos, Causa mortis: Congestão pulmonar. Natural: da Alemanha, observação: converteu-se e recebeu o sacramento do baptismo debaixo de condição por duvidar de sua validade sendo protestante, seu fallecimento foi proveniente de congestão pulmonar (...)"¹⁸⁷

¹⁸³ Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.35.

¹⁸⁴ Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.32v.

¹⁸⁵ Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.51v.

¹⁸⁶ Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.49v.

¹⁸⁷ Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.51v.

São três apenas os registros de óbitos de índios, sendo que, entre eles estão do Cacique indígena Viri,

"Aos três dias do mês de janeiro de mil oitocentos e cetenta e três, nesta Parochia do Senhor Bom Jesus de Palmas, faleceu da vida presente, proveniente de uma enfermidade, Estevão do Nascimento Viry, Capitam Commandante do Aldeamento dos índios da Freguesia de Palmas; não recebeu infelizmente os sacramentos da ora extrema por não terem procurado o sacerdote; foi seu corpo sepultado em um cemitério indígena no mesmo aldeamento. E para constar mandei passar o presente assento que assigno. O Vigário José Bilbao".¹⁸⁸

Foram registrados vários militares pertencentes à Companhias sediadas próximas à Palmas e consta que foram enterrados com o uniforme correspondente ao posto que ocupavam.¹⁸⁹

Ainda, aparecem citações às Companhias Militares próximas à Palmas, ao se referir a relatos de óbitos feitos por comandantes das mesmas, além de outros acusados por particularidades, por exemplo.

"Aos onze de novembro do ano de mil oitocentos e noventa e dois, indo para a Villa de União da Victória, pertencente por Jurisdição de estola a esta Parochia de Palmas, em exercício de artes parochiais pelos Senhores Giovanni della Barba, André Tortato e Antonio della Joana, achando-se eles presentes me foi referido que em dez de fevereiro do anno passado falleceu perto d'aquella Villa em lugar da construção da estrada de rotagem que segue d'aquella Villa por esta de Palmas, Domingos Prudel, filho "legítimo de Christovam Prudel, desconhecendo-se o nome da mãe, natural da cidade de Trento na Itália, politicamente pertencente a Áustria, da Diocese de mesmo nome, tendo a idade de sessenta e quatro annos mais ou menos. Não me foi declarada a doença que causou sua morte nem elles declarantes o conhecerão, tendo estado poucos dias enfermo. Não recebeu infelizmente os sacramentos da hora extrema por ter sido seu fallecimento um tanto repentino e em lugar distante d'esta Matriz em modo de não

¹⁸⁸ Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.17v.

¹⁸⁹ Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos, L.1, p.18 e 20.

poder chegar em tempo, e seu cadáver foi sepultado no cemitério d'aquella Villa pelos mesmos dois primeiros declarantes. E para contar fiz este assento que assigno. O Vigário Achilles Saporiti".¹⁹⁰

Segundo José Bauer, a construção da estrada entre Palmas e União da Vitória demorou vários anos, tendo acontecido muitas mortes durante o período, porém, poucas foram registradas, como a que citamos acima.¹⁹¹

Este assento é dos mais completos e detalhados encontrados no livro de registros de óbitos, apesar de ter sido relatado por pessoas estranhas ao ofício de anotar os registros.

Lamenta-se que todos os registros não tenham merecido tratamento semelhante.

Os registros de óbitos de escravos, correspondem a 10,31% do total do período estudado. Computou-se no total, sem separar por sexo e/ou idade, uma vez que são os mais incompletos. Dos 55 registros de escravos e ex-escravos, 43, que correspondem a 78,18% e 8,06% do total de óbitos, não consta a "causa mortis".

Dos restantes, 4, igual a 7,27% do total de óbitos de escravos, morreram afogados, todos adultos. A explicação do fato seria pelo meio geográfico e pelo tipo de viagens que eram feitas, sempre a cavalo e/ou de carroça. Todas as vias de comunicação com Palmas, ou eram os rios ou eram "picadas", que passavam pelos rios Chopim, Iguaçu ou Chapecó. Entre as causas dos outros, 14,54% do total de óbitos de escravos, constava como

¹⁹⁰ Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos, L.1, p.69.

¹⁹¹ BAUER, José. (Entrevista)

sendo de parto, pneumonia, alienação mental, tuberculose, febre, mordida de cobra e suicídio.

Entre os meses de abril e maio do ano de 1894, foram registradas nove pessoas vítimas da Revolução Federalista.

Por se tratar de assunto importante da História do Brasil e, desconhecido até mesmo dos habitantes de Palmas, transcreve-se os ditos autos.

"Aos três ou quatro de Maio do anno de mil oitocentos e noventa e quatro nesta Parochia de Palmas falleceo assassinado pelas forças legaes vindas do Rio Grande do Sul, na costa do Chopim, como realmente dias depois foi referido e por ter eu encomendado os restos, o Capitão João Ferreira dos Santos, casado de idade de quarenta annos mais ou menos, os restos sepultados naquele mesmo lugar, depois transladado no Cemitério desta Villa. E para constar fiz este assento que assigno. O Vigário Achilles Saporiti".¹⁹²

"No mesmo dia do assento supra, no mesmo lugar, foi assassinado Domingos Cândido de Azevedo, de quarenta annos de idade mais ou menos, casado, vi os restos mortaes sepultados no mesmo lugar dos do Capitão João Jesus Ferreira dos Santos, fiz recommendação sobre a sua sepultura, passado algum tempo, os parentes levarão os restos para o cemitério de Mangueirinha. E para constar fiz este assento que assigno. O Vigário Achilles Saporiti".¹⁹³

"Nos dias quatro para vinte de maio do mesmo anno de mil oitocentos noventa e quatro. Nas costas das Caldeiras, perto desta Villa foi assassinado pelas forças republicanas do Rio Grande do Sul, como me foi declarado, tendo eu só visto o seu cadáver, Eduardo de Witt, negociante de Boa Vista, aqui trazido preso por aquellas forças, de quarenta annos de idade mais ou menos, natural do Rio Grande do Sul, casado, tempo depois sua família veio recolher os restos mortaes e os levou para o cemitério de Bella Vista. E para constar fiz este assento que assigno. O Vigário Achilles Saporiti".¹⁹⁴

¹⁹² Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.74v.

¹⁹³ Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.75.

¹⁹⁴ Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos. L.1, p.75.

"Aos dias do mez de abril para o mez de Maio de 1894 no caminho que sai nas Caldeiras, distante desta Villa um kilometro, foi assassinado em uma emboscada por pessoa desconhecida usando de arma de fogo, Orquiza de Oliveira Franco, de quarenta annos de idade mais ou menos, seu cadáver foi recommendado e sepultado no cemitério desta Villa. E para constar fiz este assento que assigno. O Vigário Achilles Saporiti".195

"Nos dias do mez de abril para os de Maio do anno de mil oitocentos noventa e quatro na costa do rio Jangada, perto do caminho que vai para o Porto, foi assassinado pelas forças revolucionárias, como várias pessoas me referirão, Ildebrando Baptista d'Andrade, casado, de trinta annos de idade, levado pelos seus parentes no lugar, encomendei sua sepultura, onde já o tinham sepultado. E para constar fiz este assento que assigno. O Vigário Achilles Saporiti".196

"Nos dias do mez de Maio do anno de mil oitocentos noventa e quatro, nos campos da Fazenda São José, forão encontrados e reconhecidos os restos mortaes de João Alexandre Vieira, de dezessete annos de idade, julgou-se ter sido assassinado pelas forças republicanas, as quaes o tinham naquelles dias levado preso; os parentes foram recolher os restos dentro d'uma urna e os levarão no cemitério desta Villa e forão recommendados. E para constar fiz este assento que assigno. O Vigário Achilles Saporiti".197

"Nos dias do mez de abril para os de Maio do anno de mil oitocentos noventa e quatro, na fazenda de Joaquim Ribas foi assassinado pelas forças revolucionárias, segundo a declaração de pessoas presentes, José de Moraes de quarenta e cinco annos de idade, mais ou menos, casado, seu cadáver foi sepultado naquele mesmo lugar. E para constar fiz este assento que assigno. O Vigário Achilles Saporiti".198

"Nos dias do mez de abril para Maio do anno de mil oitocentos noventa e quatro na casa de Joaquim Ribas, foi attirado por José Moraes aliás Paulista, um soldado, do qual desconheço o nome, pertencente e escolta que ia a prender o mesmo José Moraes, me foi referido mesmo instantaneamente, seu cadáver foi sepultado perto daquela casa e tempo depois recomendado por mim. E para constar fiz este assento que assigno. O Vigário Achilles Saporiti".199

195 Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos, L.1, p.75v.

196 Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos, L.1, p.75v.

197 Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos, L.1, p.75v.

198 Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos, L.1, p.76.

199 Arquivos da Cúria de Palmas. Óbitos, L.1, p.76.

Como se pode ver Palmas, foi palco bem próximo da Villa, de diferenças e escaramucas com as tropas gaúchas que marchavam contra o governo central do Marechal Floriano Peixoto, fazendo vítimas, muito antes de chegarem à Lapa, onde os heróis lapeanos e paraenses, chefiados pelo General Carneiro, conseguiram contê-los em sua marcha.

Pela seqüência e direção que as tropas tomaram em sua caminhada, dá para perceber que o grupo contido na Lapa foi o mesmo que passou por Palmas.

As mortes por afogamento são perfeitamente justificadas devido a existência de rios, não de pequeno porte, que, tanto na saída como na chegada à Palmas, deveriam ser "varados" e, como não havia pontes, a passagem se dava pelo rio. Eram frequentes estes casos, pois, ao "varar" o rio o cavalo "rodava", derrubando o cavaleiro na água, sem condições de se salvar.

As doenças mais frequentes na amostragem que se tem, são típicas às regiões de clima temperado frio. As relacionadas com o aparelho respiratório são as mais frequentes, no período do inverno, e as infecciosas e de desidratação nos meses de maior calor.

Além disso as doenças que envolvem infecções também foram comuns, e, como já se salientou, vários fatores contribuíram para tanto. O isolamento, hábitos alimentares, hábitos de higiene e a ignorância da população.

A distância dos recursos, a falta de médicos e a ação dos "curiosos entendidos" em medicina se constituíram em elemento co-participante nas altas taxas de mortalidade.

Palmas foi a primeira povoação que surgiu numa área

muito vasta, aproximadamente 40.000 km², e as povoações que foram surgindo próximas, tiveram, com ela, ligações muito estreitas.

CAPÍTULO VIII

ESCRAVOS

1. A Escravidão em Palmas

A escravidão foi uma instituição que, desde o início da colonização do Brasil, esteve presente em nossa história.

Segundo Jonathas Serrano:

"No Brasil, encontrou o escravo africano a melhor de suas guaridas. Em menos de 4 séculos, incorporou-se, totalmente à nacionalidade brasileira. A grande e quase única revolta armada e organizada dos escravos deu-se, no Brasil, com o movimento dos Palmares".

E prossegue:

"Foi também de importância capital a ação do negro nos destinos históricos da sociedade brasileira. Renovou a raça portuguesa, tornou-lhe acessível a natureza esmagadora do Brasil, guarneceu-lhe as cidades e as fazendas, defendeu-lhe a costa, os fortes e os estabelecimentos, frutificou a terra com seu suor, desbravou os sertões com sua energia e, finalmente, acalentou-lhe os filhos e amparou-a com sua dedicação e amizade. Se a raça negra muito ganhou no solo da América, quer sob o ponto de vista físico, quer sob o ponto de vista moral, a raça portuguesa, por seu turno nela encontrou o elemento que lhe garantiu a integridade da terra descoberta. A raça negra, aliás, não é uma raça inferior e sim um raça "inferiorizada" em consequência de seu longo cativeiro".²⁰⁰

Por outro lado temos a visão de Castro Alves, o Poeta dos Escravos, que, em seus versos descreve os horrores e o sofrimento dos escravos transplantados para a América.²⁰¹

Entretanto, não podemos cair nem num extremo e nem no outro. A verdade é que

²⁰⁰ SERRANO, Jonathas. História do Brasil. 2.ed. RJ, Briguiet, 1968, p.159.

²⁰¹ ALVES, Castro. Poetas românticos brasileiros. São Paulo, Amadio, s.d.

"a escravidão constitui-se na mola mestra da vida do país".²⁰²

Economicamente o negro responsabilizou-se pelo trabalho produtivo. Socialmente ele vai participar da vida do branco, ora como trabalhador doméstico, ora como "ama de leite", companheiro de folgedos e diversões dos filhos dos senhores. Sem contar com o papel que o negro desempenhou na formação do povo brasileiro, produto do cruzamento das raças formadoras deste povo.

O trabalho e a participação do negro foi de extrema importância para o Brasil, durante quatro séculos. A maior contribuição do negro dada à economia açucareira, porém, com isto não se quer dizer que a pecuária tenha dispensado a mão-de-obra escrava.

A grande concentração do elemento descendente de escravos, está na região Nordeste, reminiscências da economia açucareira e na região de Minas Gerais, resquícios da Mineração.

No início do século XIX, com o desenvolvimento da economia cafeeira, o escravo foi exigido na lavoura do café. Embora, na segunda metade do século, comece a entrar, no Brasil, o imigrante italiano, dividindo com o negro o trabalho das lavouras.

A sociedade do Paraná colonial, neste aspecto, possuía muitas semelhanças com a do restante do Brasil, porém conserva suas próprias características.

Segundo WACHOWICZ, no Paraná não chegou a predominar

²⁰² PRADO Jr., Caio. História econômica do Brasil. 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. p.143.

o trabalho escravo, propriamente dito, devido ao tipo de economia aqui implantada. O sistema escravista chegou ao Paraná com a exploração do ouro no litoral, no início do século XVII. A curta duração da exploração do ouro ligada ao tipo de metal encontrado, ouro de aluvião, não gerou capitais suficientes para a importação de mão-de-obra escrava número. Por isso, foi o índio que substituiu aquele tipo de mão-de-obra.²⁰³

Apesar do negro não ter sido a base da força de trabalho na mineração, houve a entrada de escravo, embora em pequena quantidade.

Pelas próprias circunstâncias, não foi apenas a mão-de-obra negra ou indígena que contribuiu a base da força do trabalho. Houve também, o trabalhador livre, assalariado, além do trabalho familiar, uma vez que as famílias eram numerosas.

Os setores produtivos do Paraná, que mais se utilizavam da mão-de-obra escrava, foram a pecuária e a agricultura. O criatório foi o setor mais importante, não só pela facilidade de escoamento da produção, mas, principalmente, por se encontrar entre o "hinterland" gaúcho, grande produtor de gado bovino e muar, e as regiões consumidoras. A região ocupada e produtiva do Paraná, além do litoral, era a região dos campos - o Paraná Tradicional. As frentes pioneiras que exploraram o Norte, Noroeste e Sudoeste do Estado, primordialmente agrícolas, só chegaram no século XX.

Palmas, região campineira, teve até bem pouco tempo, sua economia fundamentada no criatório, constituindo-se, como o

²⁰³ WACHOWICZ, Ruy Christovam. História do Paraná. p.107.

restante do Paraná Tradicional, numa sociedade patriarcal, conservadora e pré-capitalista.

A escravidão negra em Palmas foi uma realidade. Não se tem dados mais aprofundados a respeito da escravidão na região. Conta-se apenas com os registros da Diocese de Palmas e com algumas referências na historiografia paranense e nos relatórios dos Presidentes da Província.

Segundo GRAF, em 1875, havia em Palmas, 273 escravos e em 1884, 301.²⁰⁴

A autora diz que em 8 de janeiro de 1887, haviam sido alforriados 214 escravos, através do Fundo de Participação para a emancipação dos escravos. Destes, 9 escravos foram libertados em Palmas.²⁰⁵

Em 1885, na presidência de Brasília Machado de Oliveira, foram libertados no Paraná, por alforria, 849 escravos em toda a Província, e em Palmas, 110, 12,95%, receberam a liberdade.²⁰⁶

Ainda, de acordo com GRAF, na década de oitenta, quando começam a ser criadas, na Província do Paraná, as sociedades pró emancipação dos escravos, em Palmas um grupo de cidadãos se organizou com esta finalidade. E, em 1885, concederam, 8 cartas de alforria.²⁰⁷

Assim sendo, pode-se verificar que, em Palmas, apesar das distâncias e do isolamento os cidadãos não foram tão insen-

²⁰⁴ GRAF, Márcia Elisa de Campos. Imprensa periódica e escravidão no Paraná. Curitiba, Grafipar, 1981. p.66-8.

²⁰⁵ Id. Ibid., p.71.

²⁰⁶ Id. Ibid., p.87.

²⁰⁷ Id. Ibid., p.102.

síveis à questão da escravidão. Tampouco estavam desinformados do que acontecia no cenário nacional, pois, nesta época, a campanha abolicionista estava espalhada por todo o Brasil.

Inclusive, segundo relatos de antigos moradores do lugar, o terreno onde se localiza hoje, o bairro São Sebastião, teria sido doado por um grupo de cidadãos, com finalidade de reunir ali escravos libertos e seus descendentes. É neste local que se aglomera a maior parte das pessoas de cor de Palmas, não se tem nenhum documento que comprove a afirmativa, porém, o número de descendentes de escravos que ali se concentra é grande. Além do mais são aparentados entre si, razões pelas quais pode-se acreditar que isto realmente tenha ocorrido.²⁰⁸

Outro aspecto que se procurou analisar foi a quantidade de escravos que os fazendeiros fizeram registrar no período estudado.

Os 359 escravos pertenciam a 85 donos, sendo que 28 deles registraram apenas 1 escravo. Dos 85 proprietários de escravos, 12 registraram acima de 10 indivíduos. Entre os que mais registraram escravos, destacavam-se o Sr. João Carneiro Marcondes, com 28 elementos, o que representa 7,79% do total de escravos registrados; o Sr. Manuel Ferreira Bello, com 19, 5,28%, dos escravos registrados e o Sr. Francisco Antônio de Araújo, com 17, 4,73%, do total registrado.

2. Natalidade

Quanto aos nascimentos, batizados e concepções de escravos, procedeu-se da mesma forma que nos outros eventos, com

²⁰⁸SANTOS, José Ferreira dos. (Entrevista).

3 séries de 20 anos - de 1840 a 1859, de 1860 a 1879, e de 1880 a 1899, apesar de nos últimos onze anos, por força da Lei Áurea, não haver mais escravos no Brasil.

Os 359 eventos envolvendo escravos, estão distribuídos da seguinte forma, 25 no primeiro coorte, 75 no segundo e 146 no terceiro, sendo que 7 indivíduos nasceram antes de 1840 e 106 não citavam a data do nascimento.

Em relação aos movimentos sazonais, no primeiro coorte, o maior índice de nascimentos ocorreu em agosto, sendo que novembro é o mês que corresponde à concepção, relativa a agosto. Os demais meses, com exceção de setembro e outubro, apresentam taxas de natalidade relativamente baixas.

Já no segundo coorte, os 75 nascimentos estão distribuídos em todos os meses do ano, ficando entre um mínimo de 2 em agosto, cuja concepção aconteceu em novembro e um máximo de 9, nos meses de abril, junho, outubro e dezembro. As concepções relativas aos meses de maiores taxas de nascimentos foram dezembro, abril, junho e janeiro.

Quanto aos eventos do terceiro coorte, são mais numerosos, 146 no total, apesar de não ter nenhum registro nos últimos 11 anos, em função da Lei Áurea. Neste período também distribuídos ao longo do ano, com um mínimo de 5 eventos no mês de abril e o máximo de 22 em julho. As concepções correspondentes aconteceram em julho, o menor número e em outubro o maior número.

Entre os nascimentos em 106 não constava a data do nascimento, por isso, não se calculou a data da concepção dos mesmos. Assim se procedeu pois grande parte dos batizados ti-

TABELA XXII

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

1840-1899 - Nascimentos de Escravos

ANOS	1840-1859			1860-1879			1880-1899		
	MESES	Nº ABS	Nº REL	U1200	Nº ABS	Nº REL	U1200	Nº ABS	Nº REL
JAN	01	4,0	48	07	9,33	113	12	8,21	99
FEV	01	4,0	48	03	4,0	48	07	4,80	58
MAR	02	8,0	96	06	8,0	96	18	12,33	148
ABR	01	4,0	48	09	12,0	144	05	3,43	41
MAIO	01	4,0	48	06	8,0	96	12	8,21	99
JUN	01	4,0	48	09	12,0	144	10	6,85	82
JUL	01	4,0	48	05	6,67	80	22	15,07	180
AGO	06	24,0	288	02	2,66	31	12	8,21	99
SET	04	16,0	192	05	6,67	80	15	10,28	123
OUT	05	20,0	240	09	12,0	144	12	8,21	99
NOV	01	4,0	48	05	6,67	80	15	10,28	123
DEZ	01	4,0	48	09	12,0	144	06	4,12	49
TOTAL	25	100,0	1200	75	100,0	1200	146	100,0	1200

NOTA: 106 escravos não consta a data de nascimento e 07 nasceram antes de 1840, logo não foram tabulados nos coortes adotados.

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.

GRAFICO Nº 16

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

NASCIMENTOS DE ESCOLARES

PERÍODOS DE 1840-1859 / 1860-1879 / 1880-1899

LEGENDA — 1840-1859
 - - - 1860-1879
 - - - 1880-1899

UNIVERSO 1.200

JAN FEV MAR ABR MAI JUN JUL AGO SET OUT NOV DEZ

FONTE TABELA Nº XXII

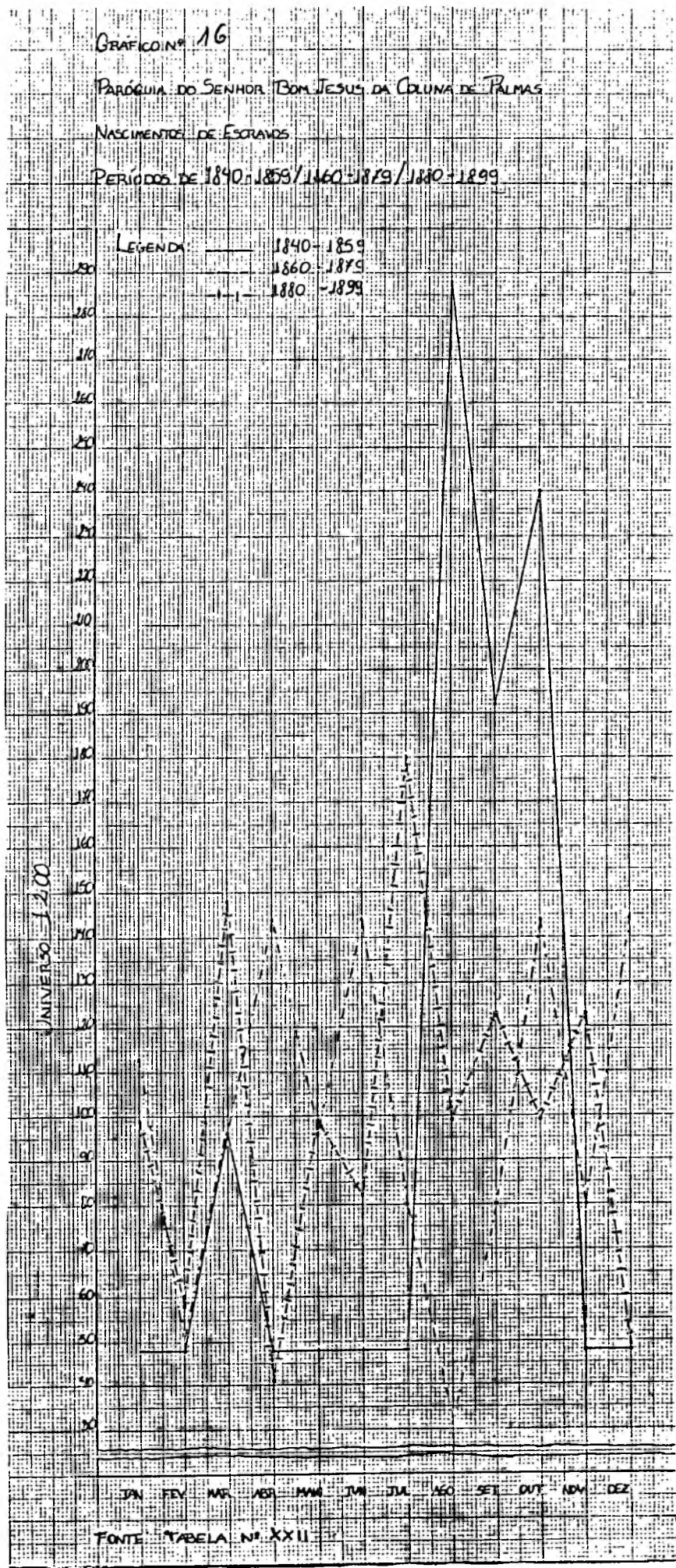


TABELA XXIII

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

1840-1899 - Concepção de Escravos

ANOS	1840-1859			1860-1879			1880-1899		
MESES	Nº ABS	Nº REL	U1200	Nº ABS	Nº REL	U1200	Nº ABS	Nº REL	U1200
JAN	05	20,0	240	09	10,71	129	12	8,76	106
FEV	01	4,0	48	05	5,95	71	15	10,95	131
MAR	01	4,0	48	09	10,71	129	06	4,38	52
ABR	01	4,0	48	11	13,10	158	07	5,11	61
MAIO	01	4,0	48	05	5,95	71	05	3,65	43
JUN	02	8,0	96	06	7,14	85	18	13,14	158
JUL	01	4,0	48	09	10,71	129	05	3,65	43
AGO	01	4,0	48	06	7,14	85	12	8,76	106
SET	01	4,0	48	10	11,92	144	09	6,57	79
OUT	01	4,0	48	05	5,95	71	22	16,06	193
NOV	06	24,0	288	02	2,39	29	12	8,76	106
DEZ	04	16,0	192	07	8,33	100	14	10,22	122
TOTAL	25	100,0	1200	84	100,00	1200	137	100,00	1200

NOTA: 106 escravos não consta a data de nascimento e 07 nasceram antes de 1840, logo não foram tabulados nos coortes adotados, pois foi impossível calcular a data da concepção.

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.

GRÁFICO Nº 17

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLINA DE PALMAS

CONCEPÇÃO DE ESCRAVOS

PERÍODOS 1840-1859 / 1860-1879 / 1880-1899

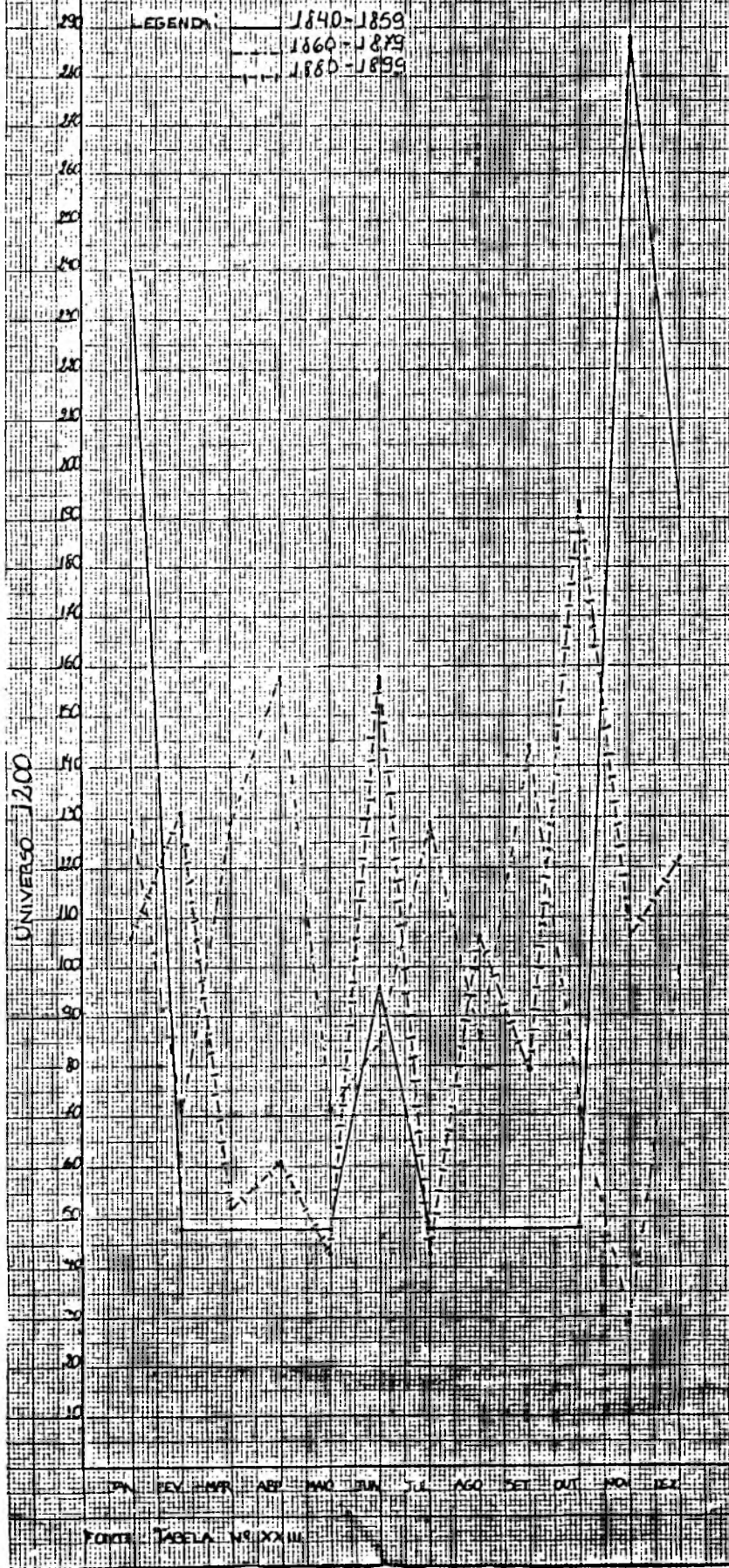


TABELA XXIV
 PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS
 1840-1899 - Batizados de Escravos

ANOS	1840-1859			1860-1879			1880-1899		
	MESES	Nº ABS	Nº REL	U1200	Nº ABS	Nº REL	U1200	Nº ABS	Nº REL
JAN	03	7,90	95	11	6,80	81	21	13,38	160
FEV	06	15,79	190	07	4,32	51	11	7,00	84
MAR	-	-	-	12	7,40	89	06	3,82	46
ABR	04	10,52	127	35	21,60	260	11	7,00	84
MAIO	01	2,63	31	04	2,47	30	14	8,91	108
JUN	01	2,63	31	10	6,18	74	10	6,37	77
JUL	-	-	-	05	3,09	37	02	1,28	15
AGO	08	21,05	252	20	12,34	149	25	15,92	191
SET	01	2,63	31	05	3,09	37	09	5,73	69
OUT	11	28,95	348	03	1,85	22	08	5,10	61
NOV	03	7,90	95	25	15,43	185	16	10,20	122
DEZ	-	-	-	25	15,43	185	24	15,29	183
TOTAL	38	100,00	1200	162	100,00	1200	157	100,00	1200

NOTA: 02 escravos não consta a data de batizado.

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.

nha idade superior a 5 anos, alguns adultos até.²⁰⁹

Quanto aos batizados de escravos, verificou-se que os maiores índices coincidiram com meses em que ocorria alguma festividade religiosa e/ou cívica. O mês de agosto apareceu evidenciado nos três coortes. Atribui-se isto ao fato de ser em agosto que se realizavam, e ainda hoje ocorrem, festividades alusivas ao dia do padroeiro, Senhor Bom Jesus da Coluna. Estas festividades se prolongavam por nove dias, pois eram realizadas "novenas" preparatórias ao dia do Padroeiro, 6 de agosto. Neste período havia cerimônias religiosas, sempre à noite, seguidas de festejos populares. Cada dia a "novena" estava a cargo de um segmento social. A do dia 5 de agosto, véspera da "festa do padroeiro" era dedicada aos "fazendeiros", demonstrando, assim a influência e a dominância desse segmento sobre os demais. Entre os festejos populares eram incluídas competições como o "pau-de-sebo", "cavalhadas" e outras.²¹⁰ Nestas ocasiões, ocorria o maior afluxo de pessoas para a vida, desde os patrões aos escravos.

No primeiro coorte aparece, ainda, o mês de outubro, enquanto que nos outros dois registra os mais baixos números.

Abril apresenta o maior índice, no segundo coorte, 35 eventos, atribuindo-se o fato a que a Semana Santa, eventualmente, ocorre neste mês. Além destes, o mês de dezembro também aparece, embora no primeiro coorte não se tenha nenhum batizado. Neste mês tem-se o período natalino.

²⁰⁹ Arquivos da Cúria de Palmas. L.1, p.41v., 33, 112v.

²¹⁰ SANTOS, José Ferreira dos. (Entrevista).

Os registros referentes aos escravos e filhos destes são bem mais incompletos que os relativos aos livres. Apresentam várias lacunas, sendo que uma delas se prolonga por 10 anos, de 1858 a 1868. Isto sem contar que, por força da lei, eles terminam em 1888, quando passam a ser registrados juntamente com os referentes aos livres.

O mesmo pode-se dizer em relação ao preenchimento de fichas onde faltam dados importantes para que se pudesse fazer um estudo mais aprofundado. Dificuldade houve em montar as tabelas, razão pelo que se trabalhou apenas com uma amostragem.

Sabe-se que se incorre no risco de se cometer erros, porém, preferiu-se tal situação a omitir o estudo referente aos escravos e seus filhos.

Pode ser que num próximo estudo sobre o tema se tenha condições de um aprofundamento maior, o que pode até mesmo alterar os resultados conseguidos na presente pesquisa.

Houve vários registros de escravos adultos, alguns vindos da África. Não se sabe se vieram diretamente da África para cá ou se foram comprados em outras partes do País. Supõem-se que tenham sido adquiridos em Paranaguá, porto paranaense por onde entrou grande parte dos escravos para o Paraná.

Lamentavelmente, não consta nos autos de batizados a origem da criança ou de seus pais, dificultando, assim, uma análise mais completa da questão.

Com algumas exceções os registros de escravos foram antes de um ano de idade, dos 359 registros, 330, 91.92%, aconteceram, nesta faixa etária.

Deve tratar-se de medida para assegurar os direitos de

posse sobre os escravos, uma vez que o registro de batizado cor respondia ao documento civil, porém, não se descarta a hipótese de ser a atitude motivada por fervor e preceitos religiosos.

Quanto aos padrinhos, 85,51% dos batizados foram apadrinhados por pessoas livres, além de 6 casos, 1,67%, em que o padrinho era livre e constava como madrinha Nossa Senhora. Em apenas 10 registros, 2,78% ambos os padrinhos eram, também, escravos. Enquanto que nos 36 restantes, 10%, um dos padrinhos era escravo e o outro livre.²¹¹ Isto leva a suposição que os escravos na escolha do padrinho de seus filhos consideravam a probabilidade de se ampararem na pessoa de seus filhos.

TABELA XXV
FILHOS DE ESCRAVOS: LIVRES E ESCRAVOS

Condição	1840		1860		1880		Total	%
	-	%	-	%	-	%		
	1859		1879		1889			
Livre	-	-	62	17,27	62	17,27	124	34,54
Escravo	38	10,58	102	28,42	95	26,46	235	65,46
TOTAL	38	10,58	164	45,69	157	43,73	359	100,00

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.

Dos 359 registros levantados, em 124, 34,54%, conta que a criança era livre, sendo o pai, ou a mãe ou ambos escravos, o que implicaria a criança permanecer sob a tutela do proprietário dos pais.

²¹¹ Arquivos da Cúria de Palmas. L.2, p.2, L.1, p.139v.

Embora, a partir de 1871, pela Lei do Ventre Livre, todos os filhos de escravos nascidos a partir de então, fossem livres porém, considerou-se como livres apenas os que continham, no registro, observação a respeito. Assim se procedeu, uma vez em que nem todos os registros tinha declarada a liberdade da criança.²¹²

TABELA XXVI
FILHOS DE ESCRAVOS - LEGÍTIMOS E NATURAIS

Condição	1840		1860		1880		Total	%
	-	%	-	%	-	%		
	1859		1879		1899			
Legítimo	09	2,6	23	6,4	25	7,0	57	16,00
Natural	29	8,0	141	39,2	132	36,8	302	84,00
TOTAL	38	10,6	164	45,6	157	43,8	359	100,00

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.

Em relação ao estado civil do escravo, pais do batizado, pode-se concluir que o casamento entre os escravos não era muito frequente, pois do total de registros, apenas 15,87% eram filhos legítimos, ou seja, os pais casados oficialmente.²¹³

Isto leva a conclusão de que o relaxamento moral que predominou no Brasil escravista esteve presente em Palmas também; enquanto batizava a criança para registrá-la, não havia preocupação de dar-lhe uma família legalmente constituída. E,

²¹² Arquivos da Cúria de Palmas. L.2b, p.20v; 17v.; 10.

²¹³ Arquivos da Cúria de Palmas. L.2b, p.25v.; 14.

ao que parece, a Igreja era conivente com tal situação, porque ao invés de combater tais costumes, fazendo com que todos cumprissem os preceitos religiosos, aceitava o que acontecia, batizando e registrando os filhos considerados "bastardos".

Não é de estranhar pois, que os registros de escravos e de filhos de escravos fossem efetuados em livros separados dos destinados aos livres, indígenas e naturais, especialmente, no início do período estudado.

No que toca à origem dos pais, ou dos escravos adultos, em apenas, 4, 1,1% dos 359 registros, a procedência, vieram da África e estes foram batizados já adultos. Os restantes, pode-se supor que os pais tenham vindo de outras regiões do Brasil, mais especificamente daquelas de onde vieram os primeiros povoadores para Palmas. Além destes, somam-se os próprios nativos de Palmas.

Numa comunidade em formação, afluxo de pessoas, que interfere no crescimento da população, depende de atrativos de ordem econômica. Em Palmas, foi a pecuária que representou este papel. A pecuária dependia de outros ciclos econômicos, pois ela sempre foi subsidiária, tanto do setor açucareiro, como do minerador de cafeeiro. Quando ocorria uma retração destes o setor pecuário também entrava em crise.

Assim, houve momentos de euforia e de estagnação, quando ocorria uma contensão da corrida das pessoas para as regiões pecuaristas. Palmas também, sofreu as conseqüências destes fluxos econômicos. O início do povoamento dos campos de Palmas, se deu por volta de 1840, e embora a vinda de elementos atraídos e ligados ao setor tenha continuado, durante todo o período, é natural que 30 anos depois, se tenha formado uma população lo-

cal. Esta, mesmo nos momentos de crise, não abandonou totalmente, a povoação e as propriedades rurais, porém, buscaram saídas para a sobrevivência nestas épocas.

Por isso, entende-se que no último coorte tenha ocorrido o maior número de nascimentos de filhos de escravos, proporcionalmente aos dos períodos anteriores, ou seja, de 1840 a 1859 e de 1860 a 1879.

De acordo com o Relatório do Presidente da Província, Dr. José Feliciano Horta de Araújo, em Palmas, em 1873, havia 336 escravos e em 1882, havia 316. Entre os dois anos citados, houve 37 novos escravos que entraram em Palmas, 5 saíram, 15 faleceram, 4 foram libertados pelo Fundo de Emancipação e 33 por iniciativa de particulares.²¹⁴

No capítulo referente aos livres, houve referência ao alto número de filhos naturais como sendo fruto da convivência do branco livre, com os escravos e os indígenas.

Pelo que se expôs no correr deste capítulo, não temos dúvidas do que afirmamos, pois num universo de 359 pessoas, descendentes de escravos, 84,00%, eram filhos naturais. Enquanto apenas 13,75% dos filhos livres aparecessem com naturais, estando, ainda, incluídos neste percentual os filhos de escravos nascidos após 1888 e, em alguns casos, após 1871.

²¹⁴Relatório do Presidente da Província, 1882.

TABELA XXVII

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

Nascimentos, Concepções e Batizados

escravos

ANOS	NASCIMENTOS	CONCEPÇÕES	BATIZADOS
1840	01	01	-
1841	-	-	-
1842	-	01	-
1843	02	01	01
1844	-	-	-
1845	-	02	02
1846	02	01	04
1847	01	01	01
1848	03	03	-
1849	01	01	04
1850	01	02	-
1851	03	05	-
1852	04	02	12
1853	03	01	03
1854	-	01	01
1855	01	01	-
1856	02	02	06
1857	01	-	04
1858	-	-	-
1859	-	-	-
1860	-	-	-
1861	-	-	-
1862	-	01	-
1863	01	-	-
1864	-	-	-
1865	-	-	-
1866	-	-	-
1867	-	-	-
1868	-	01	13
1869	02	04	04
1870	04	05	11
1871	06	08	07
1872	07	05	19
1873	07	16	14
1874	17	08	34
1875	11	12	23
1876	05	-	16
1877	-	07	-
1878	07	04	17
1879	08	13	04
1880	14	23	15
1881	22	17	20
1882	16	15	16
1883	17	19	19
1884	14	14	15
1885	19	22	13
1886	24	20	26
1887	17	07	20
1888	03	-	13
1889	-	-	-
1890	-	-	-

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.

- . Nascimentos e Concepções sem data = 106
- . Batizados sem data = 02
- . Nascimentos anteriores a 1840 = 07
- . Concepções anteriores = 07

CONCLUSÃO

O presente trabalho não pretende esgotar a História Demográfica de Palmas.

Muitos aspectos da população deixaram de ser abordados por falta de tempo e de condições, como é o caso da reconstituição de famílias. Além disso, outros aspectos poderiam ter sido melhor trabalhados e explorados, o que não ocorreu.

Com certeza lançou-se o fundamento do estudo, não apenas, da História Demográfica, mas da História da População de Palmas. Analisou-se as taxas de natalidade e mortalidade, a sazonalidade dos casamentos, nascimentos e óbitos, a origem dos noivos, a idade dos noivos ao se casarem, o papel da Igreja na vida sexual conjugal e nos costumes da população, o que se constituiu em boa base para estudos posteriores. Estudou-se ainda a natalidade dos escravos, separadamente da população livre.

A conquista e povoação de Palmas obedeceu a política imperial de posse primeira da região, parte do território pretendido pela Argentina.

Pelas características, vastos Campos; "aguadas", frequentes rios que serviam de vias de comunicação, prestou-se à atividade pecuarista, que marcou Palmas, quase até nossos dias.

A criação de gado, aliada a passagem de um Caminho de Tropas pela região, permitiu sua integração na economia nacional, através da invernagem do gado destinado à Feira de Sorocaba.

De um modo geral, a população era formada por brancos, negros, pardos e indígenas, distribuídos entre os dois segmentos comuns à sociedade brasileira, livres e escravos.

Essa população não sofreu ao longo do período estudado, os efeitos avassaladores, de grandes surtos epidêmicos, talvez, por ser beneficiada pelo próprio clima.

Entretanto as doenças infecciosas e respiratórias são, efetivamente as responsáveis pelo alto índice de óbitos. Isso demonstra o precário estado sanitário destas populações, agravado pelas distâncias e pela falta de médicos.

As condições geo-econômico-sociais criam um tipo característico de população. É o "fazendeiro", que vive cercado dos familiares, escravos, criados, afilhados, compadres e correligionários políticos, que acabam por referendar seu poder.

A grande maioria da população inicial de Palmas era de origem portuguesa, razão pela qual a Igreja católica desempenhou papel de grande importância na vida da comunidade.

Entretanto, como era de se esperar, não se observou o respeito aos chamados períodos proscritos pela Igreja, ou seja, o advento e a quaresma. Tanto no mês de dezembro como no de março, respectivamente, advento e quaresma, apresentam índices

significativos tanto de casamentos como de concepções.

Outro aspecto que chamou a atenção foi o alto índice de filhos ilegítimos, tanto entre os livres como dos escravos. Atribuiu-se este fato à convivência do branco com o negro e o índio.

A tendência de crescimento da população, durante o período estudado, apresenta-se em ascensão para os livres e, por força de lei, em declínio para os escravos.

Quanto à origem dos noivos, verificou-se da existência em Palmas, de uma sociedade receptora, de tipo aberto, assimilando os elementos vindos de outras partes do Brasil, especialmente das regiões que com elas estabeleceram contatos diretos, devido às atividades econômicas, como: Palmeira, Guarapuaça, Ponta Grossa, Lapa, Sorocaba, Curitibanos, Campos Novos, Cruz Alta e Passo Fundo e Vacarias.

Os poucos imigrantes estrangeiros que aqui entraram, dedicaram-se principalmente à prestação de serviços, do comércio e às pequenas indústrias artesanais existentes em Palmas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AB'SABER, Aziz N. et alii. A época colonial; do descobrimento à expansão territorial. 4.ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972. (História Geral da Civilização Brasileira, dir. Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos, 5v.).
- ALVES, Castro. Poemas românticos brasileiros. São Paulo, Amadio, s.d. 240p.
- ARAÚJO, Oswaldo Maciel de. Descobrimento e povoamento dos campos de Palmas. Documentos da Paróquia de Palmas, 1979. (Polígrafo).
- ARQUIVOS da Paróquia de Palmas.
- BALHANA, Altiva Pilatti et alii. História do Paraná. Curitiba, Grafipar, 1969. 4v.
- BAUER, José. (Entrevista).
- BELTRÃO, Pedro Calderon. Demografia, ciência da população; análise e teoria. Porto Alegre, Sulina, 1972. 335p.
- BROWN, Lester R. Mundo em crise; a ameaça da explosão populacional e como enfrentá-la. Trad. Ronaldo Sérgio de Biasi.

- Rio de Janeiro, Atlântida, s.d., 186p.
- CARDOSO, Jaime Antonio & WESTPHALEM, Cecília Maria. Atlas histórico do Paraná. Curitiba, Graf. Projeto, 1981. 78p.
- CALMON, Pedro. História do Brasil; formação brasileira, riquezas e vicissitudes. Rio de Janeiro, José Olympio, 1959. 2629p.
- FRANCO, Arthur Martins. 1º Centenário do Povoamento dos Campos de Palmas. Revista do círculo de estudos bandeirantes. Curitiba, 1(4):306-16, fev. 1937. p.306-7.
- GRAF, Márcia Elisa de Campos. Imprensa periódica e escravidão no Paraná. Curitiba, Grafipar, 1981. p.66-8.
- HEINEN, Luiz. Fundação da Cidade. Documentos históricos e religiosos de Palmas. Palmas, tomo III, 1956.
- HUGON, Paul. Demografia brasileira; ensaio de demografia brasileira. São Paulo, Pioneira, 1977. p.21.
- MACHADO, Brasil Pinheiro. Contribuição ao Estudo da história agrária do Paraná; formação da estrutura agrária tradicional dos Campos Gerais. Boletim da Universidade do Paraná. Curitiba, (3):2-27, jun. 1963. p.7.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. A cidade de São Paulo; povoamento e população, 1750-1850. São Paulo, Pioneira, 1974. p.111.
- ____ (org.). Demografia histórica; orientações técnicas e metodológicas. São Paulo, Pioneira, 1977. p.21.
- MARCONDES, Heverzita Fortes. Palmas; educação hoje. Palmas, 3:3-95, abr. 1977. Edição Especial.
- MARTINS, Romario. Bandeiras povoadoras do Paraná. Revista do

- círculo de estudos bandeirantes. Curitiba, 1(4):291-5, fev. 1937. p.293.
- NEGRÃO, Francisco de Paula. Campos de Palmas, 1836-1936. Revista do círculo de estudos bandeirantes. Curitiba, 1(4):295-301, fev. 1937. p.295.
- NIELSEN, Lawrence James. Uma metodologia de pesquisa para a história demográfica. Florianópolis, UFSC, s.d. (mimeo.).
- PADIS, Pedro Calil. Formação de uma economia periférica; o caso do Paraná. São Paulo, HUCITEC, 1981. 235p.
- PEREIRA, Wladimir. Demografia do subdesenvolvimento; formação de recursos humanos em países subdesenvolvidos. São Paulo, Saraiva, 1978. 294p.
- PERPÉTUO, José Maria de Araújo. (Entrevista).
- PINTO, Manuel Lacerda. Saudações ao povo Palmense. Revista do círculo de estudos bandeirantes. Curitiba, 1(4):281-4, fev. 1937. p.282.
- PRADO Jr., Caio. História econômica do Brasil. 2.ed., São Paulo, Brasiliense, 1981.
- REISEMBERG, Alvir. A instalação humana no Vale do Iguaçu. In: WACHOWICZ, Ruy C. Paraná, sudoeste; ocupação e colonização. Curitiba, Litero-Técnica, 1985. 313p. (Estante Paranista, 21).
- RELATÓRIO do Presidente da Província. Palmas, 1882.
- SAMPAIO, José Nogueira. Fundação da polícia militar de São Paulo; subsídios históricos. 2.ed., São Paulo, CORPM, 1981. 108p.
- SANTOS, Jair L.F. et alii (orgs.). Dinâmica da população; teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo, T.A. Queiroz,

1980. 362p.
- SANTOS, José Ferreira dos. Histórico de Palmas. Palmas, 1950.
(Manuscritos).
- _____ Depoimentos oral. (Neto do Descobridor).
- SANTOS, Nelson Ribas dos. (Entrevista).
- SARTORI, (Dom) Agostinho José. (Entrevista) em 16/07/1987.
- SERRANO, Jonathas. História do Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, Briguiet, 1968, 586p.
- SILVA, José Julio Cleto da. O centenário de Palmas. Revista do círculo de estudos bandeirantes. Curitiba, 1(4):285-291, fev. 1937. p.287.
- VARNHAGEM, Francisco Adolfo de. História geral do Brasil; antes da sua separação e independência de Portugal. 7.ed., São Paulo, Melhoramentos, 1962. 4v.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. Abranches; um estudo de história demográfica. Curitiba, Vicentina, 1976. p.50.
- _____ Contribuição do índio na ocupação do sudoeste do Paraná. 1980. (Conferência no IIº Simpósio de História Regional).
- _____ História do Paraná. Curitiba, Editar, 1972. 188p.
- _____ Paraná, sudoeste; ocupação e colonização. Curitiba, Lítero-técnica, 1985. 313p. (Estante Paranista, 21).
- WRIGLEY, E.A. História y Poblacion. In: FLORES, Maria B. Ramos. História de Itajaí; uma população em transição, 1866-1930. (Dissertação de mestrado). Florianópolis, UFSC, 1979.

A N E X O S

ANEXO I

FICHAS PARA INDEXAÇÃO DE BATIZADOS

BATIZADOS - ESCRAVOS

DATA:
 LUGAR: BOM JESUS - PALMAS
 NOME:
 MÃE:
 PAI:
 DONO:
 PADRINHO:liv-esc-forro
 MADRINHA:liv-esc-forra
 COMENTÁRIO.

BATIZADOS - LIVRES

LUGAR: BOM JESUS - PALMAS
 DATA:
 LUGAR:
 NOME:
 NASCEU:
 PAI:
 Origem:
 MÃE:
 Origem:
 AVÓS PATERNOS:
 AVÓS MATERNOs:
 Padrinho:Madrinha:
 COMENTÁRIO

ANEXO II
FICHAS PARA INDEXAÇÃO DE CASAMENTOS

Data:

Lugar:

Noivo

Nome:

origem:

Pai:

origem:

Mãe:

origem:

Comentário

Noiva:

Nome:

origem:

Pai:

origem:

Mãe:

origem:

Comentário

Testemunhas

1:

2:

Assin. 1. sim não 2. sim não

Comentário

Comentário

ANEXO III

FICHA PARA INDEXAÇÃO DE ÓBITOS

ÓBITOS - LIVRES E ESCRAVOS

LUGAR: BOM JESUS - PALMAS

DATA:

LUGAR:

NOME:

IDADE:

FILHO: legit _____ nat _____

PAI:

MÃE:

ESPOSO:

CAUSA:

SEPULTADO

COMENTÁRIO

ANEXO IV

AGREGAÇÃO ANÔNIMA - LIVRES

ANO: _____ PARÓQUIA DE PALMAS

PÁGINAS: _____ LIVRO: _____

Mês	filhos legítimos			filhos naturais			índios		
	homens	mulheres	total	homens	mulheres	total	homens	mulheres	total
Jan									
Fev									
Mar									
Abr									
Mai									
Jun									
Jul									
Ago									
Set									
Out									
Nov									
Dez									
Total									

Comentários:

ANEXO V

AGREGAÇÃO ANÔNIMA - ESCRAVOS

ANO: _____

PÁGINAS: _____

MÊS	filhos legítimos			filhos naturais			escravos		
	homens	mulheres	total	homens	mulheres	total	homens	mulheres	total
Jan									
Fev									
Mar									
Abr									
Mai									
Jun									
Jul									
Ago									
Set									
Out									
Nov									
Dez									
Total									

Comentários:

ANEXO VI

PAROQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS

1840-1899 - Origem dos Noivos

CIDADES	Estados	1840		1860		1880		TOTAL		TOTAL GERAL
		1859		1879		1899		H	M	
		H	M	H	M	H	M	H	M	
Antonina	Pr	-	-	-	-	02	01	02	01	03
Aphaiy	SP	-	-	01	01	01	-	02	01	03
Arraial Queimado	Pr	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Assunguy	Pr	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Bella Vista	Pr	-	-	-	-	03	-	03	-	03
Blumenau	SC	-	-	-	-	03	-	03	-	03
Bahia	Ba	-	-	-	-	03	01	03	01	04
Boca do Monte	RS	-	-	-	01	-	-	-	01	01
Cachoeira	RS	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Campinas	SP	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Campina Grande	Pr	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Campina Grande	RJ	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Campo Largo	Pr	-	-	05	02	13	11	18	13	31
Campos Novos	SC	-	-	01	02	15	16	16	18	34
Carazinho	RS	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Castro	Pr	-	-	04	05	10	03	14	08	22
Ceará	Ce	-	-	-	-	02	02	02	02	04
Chapecó	SC	-	-	-	-	09	08	09	08	17
Chopin	Pr	-	-	-	-	01	01	01	01	02
Col.do Alto Uruguai	RS	-	-	-	-	-	02	-	02	02
Colônia Phamenon	D	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Col.Dna.Francisca	SC	-	-	-	-	01	01	01	01	02
Cidade do Príncipe	Pr	-	-	04	-	-	-	04	-	04
Cruz Alta	RS	-	-	02	01	07	05	09	06	15
Curitiba	Pr	-	-	10	04	19	15	29	19	48
Curitibanos	SC	-	-	-	-	04	10	04	10	14
Crioula	D	-	02	-	-	-	-	-	02	02
Cuiabá	MT	01	-	-	-	-	-	01	-	01
Campanha	MG	-	-	01	-	-	-	01	-	01
Casa Branca	SP	-	-	-	-	-	-	01	-	01
Campo do Meio	RS	-	-	-	-	01	01	-	01	01
Desconhecida	D	14	15	49	55	479	569	542	638	1180
Desterro	SC	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Faxina	SP	01	03	07	02	14	09	22	14	36
Faxinal	Pr	-	-	-	01	-	-	-	01	01
Guarapuava	Pr	02	03	29	20	59	26	90	49	139
Guaratuba	Pr	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Goyas	GO	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Iguape	SP	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Inhambape	Ba	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Indigena	D	-	-	-	-	-	01	-	01	01
Itapera	SP	-	-	02	01	-	-	02	01	03
Itapetininga	SP	-	-	01	-	02	-	03	-	03
Itapetinga	SP	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Joinville	SC	-	-	-	-	03	03	03	03	06

Cont.

ANEXO VI

CIDADES		1840 1859		1860 1879		1880 1899		TOTAL		TOTAL GERAL
		H	M	H	M	H	M	H	M	
Juquiri	SP	01	-	-	-	-	-	01	-	01
Jaguariahyva	Pr	-	-	-	-	-	01	-	01	01
Lages	SC	-	-	01	-	12	05	13	05	18
Lagoa Vermelha	RS	-	-	-	-	02	-	02	-	02
Laguna	SC	-	-	01	-	-	01	01	01	02
Lapa	Pr	-	-	03	01	26	17	29	18	47
Mangueirinha	Pr	-	-	-	-	04	08	04	08	12
Maranhão	Ma	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Mato Grosso	MT	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Minas Gerais	MG	-	-	02	-	01	-	03	-	03
Monte Albão	RS	-	-	-	01	-	-	-	01	01
Morretes	Pr	-	-	-	-	02	04	02	04	06
Nanuguay	RS	-	-	-	-	04	07	04	07	11
Nonoay	RS	-	-	02	02	18	11	20	13	33
Norte	D	-	-	-	-	-	01	-	01	01
Netuverana	D	-	-	-	-	-	01	-	01	01
Ouro Preto	MG	-	-	02	-	-	-	02	-	02
Palmas	Pr	-	02	39	80	190	339	229	421	650
Palmeira	Pr	05	03	16	09	42	41	63	53	116
Palmeiras	RS	-	-	02	02	02	03	04	05	09
Pal.D'Oeste	Pr	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Paranaguá	Pr	-	-	-	-	02	02	02	02	04
Paraná	Pr	-	-	-	-	03	05	03	05	08
Parayba do Norte	PB	-	-	-	-	07	-	07	-	07
Passo Fundo	RS	-	-	03	07	32	32	35	39	74
Pernambuco	Pe	-	-	-	-	02	-	02	-	02
Piay	SP	-	-	-	01	02	02	02	03	05
Pinheiro Machado	RS	-	-	-	-	01	-	01	00	01
Petrópolis	RJ	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Ponta Grossa	Pr	03	02	11	10	24	09	38	21	59
Porto Alegre	RS	-	-	-	-	-	02	-	02	02
Província do Sul	RS	-	-	01	-	-	-	01	-	01
Paranayba	SP	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Rio Gde.Norte	RN	-	-	-	-	03	-	03	-	03
Rio Gde.Sul	RS	-	-	02	01	31	26	33	27	60
Rio de Janeiro	RJ	-	-	-	-	04	01	04	01	05
Rio Negro	Pr	-	-	01	01	04	04	05	05	10
Santa Catarina	SC	-	-	-	-	18	06	18	06	24
Santa Maria	RS	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Sta.Christina	RS	-	-	-	-	03	-	03	-	03
Santa Rosa	RS	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Santo Ângelo	RS	-	-	-	-	04	01	04	01	05
São Borges	RS	-	-	02	-	02	-	04	-	04
São Francisco	SC	-	-	-	-	01	02	01	02	03
S.Fco.de Paula	RS	-	-	-	-	02	-	02	-	02
São Gabriel	RS	-	-	01	01	-	01	01	02	03
São José	Pr	-	-	-	-	-	01	-	01	01
S.José dos Pinhais	Pr	02	01	06	02	18	08	26	11	37

Cont.

ANEXO VI

CIDADES		1840 1859		1860 1879		1880 1899		TOTAL		TOTAL GERAL
		H	M	H	M	H	M	H	M	
S. José Cristianismo	Pr	-	-	-	-	01	01	01	01	02
S. José da Boa Vista	Pr	-	-	-	-	04	-	04	-	04
S. Gerônimo	Pr	-	-	-	-	01	-	01	-	01
S. Leopoldo	RS	-	-	-	-	01	-	01	-	01
S. Luiz	RS	-	-	-	-	03	01	03	-	04
S. Martin	RS	-	-	-	-	01	-	01	-	01
S. Paulo	SP	01	-	02	-	05	03	08	03	11
S. Pedro	RS	-	-	-	-	01	-	01	-	01
S. Vicente	RS	-	-	-	-	01	-	01	-	01
S. Xavier	Pr	-	-	-	-	02	01	02	01	03
Sergipe	Se	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Sorocaba	SP	-	-	04	01	01	-	05	01	06
Santo Amaro	SP	-	-	01	01	-	-	01	01	02
S. José Patrocínio	D	-	-	01	-	-	-	01	-	01
S. Tomé	D	-	-	-	-	01	-	01	-	01
S. Miguel	RS	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Sarapuy	SP	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Taubaté	SP	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Teixeira	SP	-	-	-	-	02	-	02	-	02
Terezinha	RJ	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Tibagi	Pr	-	-	-	03	08	02	08	05	13
Tintigueira	SP	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Torios	RS	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Triunpho	Pr	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Tamanduá	Pr	-	-	01	-	-	-	01	-	01
Tatuhy	SP	-	-	01	-	01	-	02	-	02
Tajubá	MG	-	-	-	01	01	-	01	01	02
União da Vitória	Pr	-	-	-	-	05	05	05	05	10
Vacaria	RS	-	-	-	-	15	10	15	10	25
Natumerava	Pr	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Vila Nonacay	RS	-	-	-	-	-	02	-	02	02
Vila dos Pinhais	Pr	-	-	-	-	-	01	01	01	01
Vila Paranhos	D	01	-	-	-	-	-	-	-	01
Vila S. José	Pr	-	01	-	01	-	-	-	01	01
Vila do Rio Pardo	RS	-	01	-	-	-	-	-	01	01
Vila dos Brotos	SP	-	-	-	-	-	-	-	01	01
Vila da Palmeira	Pr	-	-	-	-	01	-	01	-	01
Escrava	D	-	-	-	-	02	02	02	02	04
TOTAL		33	33	221	221	1278	1278	1532	1532	3.064

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas

ANEXO VI

PARÓQUIA DO SENHOR BOM JESUS DA COLUNA DE PALMAS
1840-1899 - Origem dos noivos

ORIGEM	1840-1859		1860-1879		1880-1899		TOTAL		TOTAL GERAL
	H	M	H	M	H	M	H	M	
Áustria					04		04		04
África	01				06		07		07
Alemanha					17	01	17	01	18
Argentina					04		04		04
Arábia					01		01		01
Colônia	01				-		01		01
França					02	01	02	01	03
Itália					08	03	08	03	11
Paraguai					08		08		08
Polônia					17	20	17	20	37
Rússia					01		01		01
Síria					01		01		01
Suécia					01		01		01
Suíça					02		02		02
Tirol Católico					01		01		01
Uruguai				01	01		01	01	02
TOTAL	02			01	74	25	76	26	102

FONTE: Arquivos da Cúria de Palmas.

— 16 —

Art. 1.º É elevada á categoria de villa a sódo da freguezia de Palmas.

Art. 2.º O municipio terá a mesma circumscripção.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio da presidencia do Paraná, em 13 de Abril de 1877, 56.º da independencia e do imperio.

ADOLPHO LAMENHA LINS.

(L. S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial elevando á categoria de villa a freguezia de Palmas, como acima se declara.

Para V. Ex. ver.

Ernesto de Moura e Brito a fez.

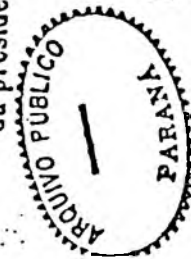
Sellada e publicada na secretaria da presidencia do Paraná, em 13 de Abril de 1877.

Justiniano de Mello e Silva,

Secretario da provincia.

Registrada no livro respectivo. 2.ª Secção da secretaria da presidencia do Paraná, em 13 de Abril de 1877.

O chefe, *Ernesto de Moura e Brito*



LEI N. 485 — DE 13 DE ABRIL DE 1877.

Adolpho Lamenna Lins, bacharel formado em direito, cavalleiro da imperial ordem da Rosa e presidente da provincia do Paraná

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Artigo unico. Só serão aceitas nos registros do Rio Negro,

— 15 —

dous ultimos; revogada para esse fim a lei n. 347 de 3 de Abril de 1873.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio da presidencia do Paraná, em 9 de Abril de 1877, 56.º da independencia e do imperio.

ADOLPHO LAMENHA LINS.

(L. S.)

Carta de lei pela qual V. Ex. manda executar o decreto da assembléa legislativa provincial restaurando a lei n. 231 de 11 de Abril de 1870 que determina as divisas entre os municipios do Paranaguá, Morretes e Antonina, como acima se declara.

Para V. Ex. ver.

Ernesto de Moura e Brito a fez.

Sellada e publicada na secretaria da presidencia do Paraná, em 9 de Abril de 1877.

Justiniano de Mello e Silva.

Secretario da provincia.

Registrada no livro respectivo. 2.ª Secção da secretaria da presidencia do Paraná, em 9 de Abril de 1877.

O chefe, *Ernesto de Moura e Brito*



LEI N. 484 — DE 13 DE ABRIL DE 1877.

Adolpho Lamenna Lins, bacharel formado em direito, cavalleiro da imperial ordem da Rosa e presidente da provincia do Paraná

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléa legislativa provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte: